

ANAIIS



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD

Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Maria Claudia Teixeira
Cláudia Maris Tullio
Dejair Dionísio
Priscila Finger do Prado
Roziane Keila Grandó
Sandra Mara da Silva Marques Mendes
(ORGANIZADORES)

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

C719a	<p>Colóquio de Letras EaD (3. : 03-04 ago. 2023 : Guarapuava) Anais do III Colóquio...: Letras e Diversidade [on-line] / Organizado por Maria Claudia Teixeira, Claudia Maris Tullio, Dejair Dionísio et al. – – Guarapuava : Unicentro/PPGL, 2022. 160 p.</p> <p>ISSN: XXXX-YYYY</p> <p>Disponível em: https://evento.unicentro.br/anais/coloquioletrasead23 Bibliografia</p> <p>1. Diversidade. 2. Letras – Diversidade. 3. Soares, Magda – 1932-2023 - Escritora. 4.Literatura – Acessibilidade. 5. LIBRAS. I. Título. II. Evento.</p> <p>CDD 400</p>
-------	--

Coordenação Geral

Cláudia Maris Tullio
Dejair Dionísio
Maria Claudia Teixeira
Priscila Finger do Prado
Roziane Keila Grandó
Sandra Mara da Silva Marques Mendes
(Núcleo Docente Estruturante)

Realização

Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa
Núcleo de Educação a Distância - NEAD
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO



Apoio

Departamento de Letras
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO



GUARAPUAVA, PR
2023

Comissão científica

Caroline de Araújo Pupo Hagemeyer
Cindy Mery Gavioli-Prestes
Cláudia Maris Tullio
Dejair Dionísio
Elizandra Fernandes Alves
Luciana Fracassi Stefaniu
Luciane Baretta
Márcia Regina Pawlas Carazzai
Maria Claudia Teixeira
Maria Cleci Venturini
Maxmillian Gomes Schreiner
Priscila Finger do Prado
Roziane Keila Grandó
Sandra Mara da Silva Marques Mendes
Tatiana Carolina Lazzarotto

Comissão organizadora

Cláudia Maris Tullio
Dejair Dionísio
Maria Claudia Teixeira
Maxmillian Gomes Schreiner
Priscila Finger do Prado
Roziane Keila Grandó
Sandra Mara da Silva Marques Mendes
Stefane Katrini Koop
Tibério Bernardim de Oliveira

Diagramação

Maria Claudia Teixeira

*Os textos são de inteira responsabilidade de seus autores e orientadores

PROGRAMAÇÃO

03/08/2023

Manhã

Horário: 8h

Local: Sala de eventos com transmissão ao vivo pelo canal do NEAD/UAB no Youtube - <https://www.youtube.com/watch?v=tShIRbqYE8A>

Conferência de abertura

“Decolonidade e dívidas históricas da Literatura Brasileira: a literatura preta no bicentenário da Independência +1”

Conferencista: Prof. Dr. Dejair Dionísio (UNICENTRO)

Mediadora: Profa. Dra. Elizandra Fernandes Alves (UNICENTRO)

Tarde

Horário: 13h30min

Local: Totalmente online – comunicadores e ouvintes receberão o link de acesso pelo e-mail cadastrado na inscrição

SIMPÓSIOS

Simpósio 1: Diversidade, acessibilidade e inclusão em discurso

Coordenadores: Profa. Dra. Maria Cláudia Teixeira (UNICENTRO), Ma. Adriana Cristina Bernardim (PPGL/UNICENTRO), Me. Leandro Tafuri (PPGL/UFPR)

Simpósio 2: Linguística Forense em cena

Coordenadoras: Profa. Dra. Caroline Hagemeyer Pupo (UNICENTRO), Profa. Dra. Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)

Simpósio 3: Literatura e sociedade

Coordenadora: Profa. Dra. Priscila Finger do Prado (UFSC)

Simpósio 4: Língua Brasileira de Sinais em foco

Coordenadora: Profa. Ma. Sandra Mara da Silva Marques Mendes (UNICENTRO/UNIOESTE)

Simpósio 5: “Literatura nacional: o que nos impõe e nos representa?”

Coordenador: Prof. Dr. Dejair Dionísio (UNICENTRO)

Simpósio 6: Língua(gens), ensino e aprendizagem

Coordenadoras: Profa. Dra. Cindy Mery Gavioli-Prestes (UNICENTRO)

Profa. Dra. Luciane Baretta (UNICENTRO)

Profa. Dra. Márcia Regina Pawlas Carazzai (UNICENTRO)

Noite

Horário: 19h

Local: Sala de eventos com transmissão ao vivo pelo canal do NEAD/UAB no Youtube - <https://www.youtube.com/watch?v=GcMrxHETfBQ>

Mesa-redonda

Diversidade e inclusão: cruzando histórias

Palestrantes: Maxmillian Gomes Schreiner (PPGL-UNICENTRO)

Isis Lenoah Ortiz (PPGE-UFPR).

Mediador: Prof. Dr. Dejair Dionísio (UNICENTRO)

04/08/2023

Manhã

Horário: 8h

Local: Sala de eventos com transmissão ao vivo pelo canal do NEAD/UAB no Youtube - <https://www.youtube.com/watch?v=FL2leBvsSM0>

Palestra

Desafios da inclusão no ensino superior

Palestrante: Prof. Me. Antonio Alexandre Pereira Junior (COORAE-UNICENTRO)

Mediadora: Profa. Dra. Marcia Regina Pawlas Carazzai (UNICENTRO)

Tarde

Horário: 14h

Local: Canal NEAD/UAB com transmissão para a sala de eventos UNICENTRO
- <https://www.youtube.com/watch?v=QA0NwBGbJN4>

Mesa-redonda

Práticas pedagógicas no contexto da educação escolar indígena: “línguas indígenas, culturas x culturas religiosas indígenas”.

Palestrantes: Profa. Esp. Linda Juca Morales (Reserva indígena de Dourados, MS)

Prof. Me. Aguilera de Souza (Reserva indígena de Dourados, MS/UNIGRAN)

Mediadores: Maxmillian Gomes Schreiner (PPGL-UNICENTRO)

Prof. Iumar Martins Rodrigues (Aldeia indígena - Tekoha Jevy - Guaíra, PR).

Noite

Horário: 19h

Local: Canal NEAD/UAB com transmissão para a Sala de eventos UNICENTRO
- <https://www.youtube.com/watch?v=ZsFVu6bK7Wk>

Conferência de Encerramento

“A história na história: as mulheres na história da formação do povo brasileiro”

Conferencista: Maria José Silveira (escritora, tradutora e editora brasileira)

Mediadoras: Profa. Dra. Priscila Finger do Prado (UFSC)

Tatiana Lazzarotto (Mestra, escritora, redatora e pesquisadora/*Egressa do curso de Letras da Unicentro).

Apresentação

O Colóquio de Letras EaD organizado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, modalidade a distância, coordenado pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), nesta terceira edição, abordou o tema “Letras e Diversidade” e prestou homenagem à grande pesquisadora Magda Soares, referência nos estudos sobre letramento e alfabetização, atrelados com a perspectiva social.

Segundo Magda Soares, no livro *Linguagem e escola: uma perspectiva social*, a escola brasileira é, fundamentalmente, uma escola para o povo. Contudo, estamos longe de ter uma escola para todos. Além disso, “a escola que temos é antes contra o povo que para o povo” (SOARES, 1986, p. 5). Isso acontece, porque, historicamente, a escola serviu às classes privilegiadas, de modo que a linguagem das camadas populares há pouco tem sido objeto de estudo, prevalecendo, de modo geral, uma situação de censura e estigmatização. Num ambiente em que a diferença é encarada como deficiência, a diversidade não encontra o lugar que lhe cabe. Pensando nisso, propomos o evento para dar visibilidade às vozes daqueles que, muitas vezes, são cerceados em suas manifestações, pois entendemos que a universidade deve ser o lugar do livre pensamento e da liberdade, cuja função é socializar o conhecimento produzido com vistas à justiça e à dignidade. Para tanto, é imprescindível o respeito às diferenças e à pluralidade, criando espaço para discussões e enfrentamento de problemas sociais emergentes, na produção do conhecimento, no ensino, na extensão com a comunidade/sociedade de forma democrática.

No Anais do III Colóquio de Letras EaD: Letras e Diversidade estão organizados os textos de pesquisadores que tratam do tema da diversidade, pela abordagem linguística ou literária, dando visibilidade à produção do conhecimento, ao saber científico e espaço para debater a diversidade, espaço ocupado por sujeitos negros, trans, indígenas, homens e mulheres, de modo democrático, buscando a equidade.

Coordenação geral do evento.

SUMÁRIO

Simpósio 1: **Diversidade, acessibilidade e inclusão em discurso**

Coordenadores: Profa. Dra. Maria Claudia Teixeira (UNICENTRO); Ma. Adriana Cristina Bernardim (PPGL/UNICENTRO); Me. Leandro Tafuri (PPGL/UFPR)

Resumo simples

Adriana Cristina Bernardim (UNICENTRO); Leandro Tafuri (UFPR).....	11
Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO); Maria Claudia Teixeira (UNICENTRO).....	12
Josiele Zevierzecoski (UNICENTRO).....	13
Márcia Elena de Brito (UNICENTRO)	14
Maria Claudia Teixeira (UNICENTRO).....	15

Resumo expandido

Maria Cleci Venturini (UNICENTRO/UFPR)	16
--	----

Simpósio 2: **Linguística Forense em cena**

Coordenadoras: Profa. Dra. Caroline Hagemeyer Pupo (UNICENTRO); Profa. Dra. Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)

Resumo simples

Álvaro José da Silva Fonseca (UFNT); Maria das Vitórias Nunes Silva Loureço (UFRN)	24
Andrei Ribeiro (UNICENTRO); Kamilla Tratsch Gula (UNICENTRO)	25
Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO); Luciana Fracassi Stefaniu (UNICENTRO)	26
Eduarda Carolina Annies (UNICENTRO); Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)	27
Fabiana Luiza Thome (UNICENTRO); Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)	28
Juliana Cardoso Borille (UNICENTRO); Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)	29
Karina Lohan Cardoso Paulena (UNICENTRO); Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)	30
Larissa Ribeiro dos Santos (UFF); Welton Pereira e Silva (UFF)	31
Mariana Ferreira de Fuccio (UFOP); Fernando Silvério de Lima (UFOP)	32
Thalia Ferreira Barbosa (UNICENTRO); Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)	33
Welton Pereira e Silva (UFF); Malcolm Coulthard	34

Simpósio 3: **Literatura e sociedade**

Coordenadora: Profa. Dra. Priscila Finger do Prado (UFSC)

Resumo simples

Avanilde Polak (UNICENTRO)	36
Érika Adriely Müller Rodrigues (UNICENTRO); Denise Gabriel Witzel (UNICENTRO)	37
Jaqueline Ruth de Mattos (UNICENTRO); Cláudio José de Almeida Mello (UNICENTRO).....	38
Jeferson Ueliton da Silva (UNICENTRO)	39
Kauana Pereira Galvão (UNICENTRO); Sonia Merith-Claras (UNICENTRO)	40
Luana Micheli Miranda (UNICENTRO); Davi Silva Gonçalves (UNICENTRO)	41
Priscila Finger do Prado	42
Sabrina Markoski (UNICENTRO); Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira (UNICENTRO)	43

Simpósio 4: **Língua Brasileira de Sinais em foco**

Coordenadora: Profa. Ma. Sandra Mara da Silva Marques Mendes (UNICENTRO/UNIOESTE)

Resumo simples

Eliziane Manosso Streiechen (UNICENTRO); Rossana Aparecida Finau (UNICENTRO)	45
Keyse R. L. Cunha (UNICENTRO); Rosane Toebe Zen (UNICENTRO)	46
Simone Aparecida Migon (UNICENTRO); Loremi Loregian-Penkall (UNICENTRO)	47

Simpósio 5: “Literatura nacional: o que nos impõe e nos representa?”

Coordenador: Prof. Dr. Dejair Dionísio

Resumo simples

Ádri Amarante (UNICENTRO)	49
Dejair Dionísio (UNICENTRO)	50
Fernando Luis de Moraes (UNICENTRO)	51
Josiane Larissa Ramos (UNICENTRO)	52

Simpósio 6: **Língua(gens), ensino e aprendizagem**

Coordenadoras: Profa. Dra. Cindy Mery Gavioli-Prestes (UNICENTRO); Profa. Dra. Luciane Baretta (UNICENTRO); Profa. Dra. Márcia Regina Pawlas Carazzai (UNICENTRO)

Resumo simples

Cindy Mery Gavioli Prestes (UNICENTRO)	54
David William Moraes (UNICENTRO); Luciana Fracassi Stefaniu (UNICENTRO)	55
Dirlene Pereira de Freitas (UNICENTRO); João Pedro Azevedo Silveira (UNICENTRO); Renata Thaís de Castro Dias (UNICENTRO); Luciane Baretta (UNICENTRO)	56
Gabriel Amancio de Oliveira (UEL); Cláudia Cristina Ferreira (UEL)	57
Giseli Cordeiro da Silva (UNICENTRO); Luciane Baretta (UNICENTRO)	58
Márcia Volani Cordova de Oliveira (UNICENTRO); Luciane Baretta (UNICENTRO)	59
Marieli Rosa (UEPG); Micheli Rosa (UnB)	60
Stefane Katrini Koop (UNICENTRO); Tibério Bernardim de Oliveira (UNICENTRO); Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)	61

Texto completo

PARA NÃO DORMIR NO PONTO, NEM ENCHER LINGUIÇA: O USO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E PROVÉRBIOS POR ESTUDANTES HISPANOFALANTES	63
--	----

Gabriel Amancio de Oliveira

Cláudia Cristina Ferreira

CULTURA POPULAR NO CONTO “SÃO MARCOS”, DE GUIMARÃES ROSA	81
--	----

Jaqueline Ruth de Mattos

Cláudio José de Almeida Mello

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MATERNIDADE PARA MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA.....	92
---	----

Márcia Elena de Brito

Célia Bassuma

OS SENTIDOS DA PALAVRA CIGANO NOS DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	105
---	-----

Maria Claudia Teixeira

EDUCAÇÃO JURÍDICA E SUA RELEVÂNCIA NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES E APONTAMENTOS.....	119
--	-----

Marieli Rosa

Micheli Rosa

SOBRE O ENSAIO FEMINISTA: NÍSIA FLORESTA E ANA DE CASTRO OSÓRIO.....	137
--	-----

Priscila Finger do Prado

RETÓRICA E ESTILÍSTICA: HISTORICIZAÇÃO E DESDOBRAMENTOS.....	147
--	-----

Stefane Katrini Koop

Tibério Bernardim de Oliveira

Cláudia Maris Tullio



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



SIMPÓSIO 1

Diversidade, acessibilidade e inclusão em discurso

Coordenadores

Profa. Dra. Maria Claudia Teixeira (UNICENTRO/LABELL)
Ma. Adriana Cristina Bernardim (PPGL/UNICENTRO/LABELL)
Me. Leandro Tafuri (PPGL/UFPR/LABELL)

Essa sessão de comunicação, pela abordagem teórica e metodológica da Análise de Discurso (AD), busca fomentar a reflexão crítica e proporcionar uma maior compreensão sobre o funcionamento do discurso acerca da diversidade, acessibilidade e inclusão na manutenção e/ou irrupção de (novos) sentidos. Conforme Orlandi (2013), “falamos com palavras, umas se reportam a outras. Palavras falam com palavras. E aí está uma afirmação que se sustenta em uma concepção (material) discursiva da palavra, na sua opacidade, em suas relações umas com as outras e nossa com elas. Sempre plural. Sempre capaz de ser outro sentido”. Desse modo, os trabalhos acolhidos nessa sessão podem abordar diferentes aspectos da diversidade, como raça, gênero, sexualidade, entre outros. Também podem se concentrar na acessibilidade, explorando como o discurso pode excluir ou incluir determinados grupos sociais. Além disso, a memória e sua relação com a construção dos sentidos também são temas de interesse para essa sessão de comunicação.

SOBRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DA INFÂNCIA DISCURSIVIZADA NO MUSEU

Adriana Cristina Bernardim¹

Leandro Tafuri²

Orientadora: Maria Cleci Venturini³

A memória quase sempre foi muito estigmatizada na história dos horrores sofridos pela humanidade e quando se trata da memória gerenciada por instituições, como memoriais e museus, tanto a memória quanto a história “sofrem” efeitos de sentidos diferentes e inúmeros. É o que se busca compreender nesta sessão de comunicação a partir de algumas análises feitas sobre o objeto discursivo exposto no Museu do Holocausto de Curitiba (MHC), o qual chamamos de materialidade discursiva = texto-memória e que discursiviza memórias da infância. As análises dessa materialidade (uma réplica de uma boneca encontrada num campo de concentração nazista, na Cracóvia, Polônia e que pertenceu a uma garota chamada Zofia Burowska), baseiam-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux no final dos anos sessenta. Ancorados nas categorias como formações ideológicas (FI), formações discursivas (FD), condições de produção (CP), que vão de 1933 a 1945, durante a segunda guerra mundial e a articulação com o presente. Também fundamentamos nosso estudo, em autores como Eni Orlandi (1997), a pioneira nos estudos pecheuxtianos no Brasil, Pierre Nora (1993) com destaque ao conceito de lugar de memória, Paul Ricoeur (2010), Jacques Le Goff (1990) e Eric Hobsbawm (1995), na linha da memória e história. Portanto, nos interessa saber sobre o sujeito judeu, que nesta comunicação entendemos como sujeitos de minoria, vítimas de um processo de exclusão e faxina ideológica e que na época do regime nazista, era criança e foi vítima, principalmente porque teve sua infância destruída. Então, a questão que nos move é: Como por essa materialidade ou texto-memória, (a boneca) se constituem efeitos de sentidos de uma infância roubada pelos horrores da perseguição daqueles que se transformaram em vulneráveis? Com vistas a responder essa questão, mobilizamos noções que constituem redes em torno da história, destacando os lugares de memória.

Palavras-chave: Memória; História; Holocausto; Museu; Infância.

¹ Doutoranda em Letras, (PPGL – UNICENTRO). E-mail: adrianabernardim@gmail.com

² Doutorando em Letras (PPGLET – UFPR). Docente da Rede Estadual de Ensino (SEED/PR). E-mail: professortafuri@gmail.com

³ Doutora em Letras (UFSC). Docente do departamento de Letras e dos Programas de Pós-Graduação da Unicentro e da UFPR. E-mail: mariacleciventurini@gmail.com



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

RELATO DE EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS ACERCA DO PROJETO DE EXTENSÃO “UNIVERSIDADE/ESCOLA E A FORMAÇÃO DE DOCENTES II”

Cláudia Maris Tullio¹
Maria Claudia Teixeira²

O presente trabalho tem como objetivo apresentar relato de experiências e memórias acerca do Projeto de Extensão “Universidade/Escola e a formação de Docentes II”. Este projeto, ainda em execução e em sua segunda edição, por meio de ações realizadas NA escola e PELA escola, além de ações realizadas NA Universidade, tem como intuito integrar escola e universidade. O projeto tem, ainda, o propósito de dar a conhecer, experienciar de maneira eficaz o universo escolar aos alunos de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa e aos alunos de Letras Inglês e Literaturas de Língua Inglesa. Assim, as ações realizadas no âmbito do projeto têm oportunizado aos acadêmicos (re)conhecer a escola, de onde são oriundos, mas que retornarão com um novo olhar, agora de docentes. Desta forma, visando contemplar também documentos como as *Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná* (DCE) e a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), principalmente no que tange aos multiletramentos, estão sendo realizadas ações de duas naturezas: PELA escola: por meio de oficinas, palestras e relatos de experiências de docentes da rede pública, os licenciandos conhecem a rotina burocrática da escola, como organização do Plano de Trabalho Docente, o Registro de Classe e, ainda, os projetos e recursos tecnológicos que são oferecidos à escola; NA escola: por meio de oficinas, os universitários compartilham os conhecimentos oriundos das disciplinas cursadas na universidade, ocasião em que podem atuar como professores, enfrentando na prática os desafios da profissão, permeada de “erros”, acertos e de desmitificação acerca das teorias estudadas. Também, há atividades realizadas NA universidade, momentos em que os professores regentes têm participado de atividades realizadas na própria universidade, dentre elas: Roda de conversas, Seminário de Relatório Final de estágio etc. Assim, como resultado, espera-se estreitar os laços entre a universidade, que não discute apenas o ensino, mas realiza ações de pesquisa e extensão, e a escola, onde os processos de ensino aprendizagem se efetivam. Duas instâncias que precisam estabelecer laços, no objetivo comum, de oportunizar um ensino de melhor qualidade.

Palavras-chave: Memórias; Universidade; Escola.

¹ Doutora em Estudos da Linguagem, docente do departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO. E-mail: claudiamaris@unicentro.br.

² Doutora em Linguística (UNICAMP), docente do departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO. E-mail: mteixeira@unicentro.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



OS EFEITOS DE SENTIDOS DA BANDEIRA DO BRASIL NA DISCURSIVIZAÇÃO DO MUSEU PARANAENSE NA EXPOSIÇÃO “MEJTERE: HISTÓRIAS RECONTADAS”

Josiele Zevierzecoski¹

A partir da teoria e metodologia da Análise de Discurso francesa (AD), compreendemos o museu em (dis)curso, pela língua em movimento, o qual significa porque se inscreve na história e, por isso, constitui redes de memórias. Assim, o espaço museológico não guarda lembranças, pois constitui efeitos de sentidos que fazem ressoar o passado no presente e, pelo funcionamento da memória discursiva, significa a si, os sujeitos e a cidade. Diante disso, neste trabalho, o ponto de partida para nossas reflexões é o Museu Paranaense (MUPA), espaço pelo qual propomos um gesto de leitura e interpretação sobre o modo como esse lugar de memória, na exposição “*Mejtere: histórias recontadas*”, produz efeitos de sentidos e significa a bandeira do Brasil, a qual está manchada de vermelho e com o discurso “Brasil Terra Indígena”. A exposição está em cartaz no MUPA desde 28 de fevereiro e contou com a colaboração, em sua produção, de três estudantes bolsistas indígenas que integram o projeto do Museu. Esse projeto tem como objetivo, pela pluralidade de vozes dos povos originários do país, construir uma nova perspectiva sobre os objetos da cultura indígena que integram os arquivos do Museu. Para isso, a questão a ser respondida é: como a bandeira do Brasil e os sujeitos indígenas são (re)significados, pelo funcionamento da memória, no/pelos discursos do Museu no espaço urbano? Os indígenas, desde o período da colonização foram explorados, segregados, apagados e esquecidos. A discriminação e a violência contra os primeiros habitantes do Brasil, ainda, são praticadas por sujeitos que deveriam garantir os direitos de cidadania e, conseqüentemente, de preservação dos povos originários possibilitando condições de vida que não ferissem seus costumes, sua ancestralidade e suas vidas.

Palavras-chave: Discurso; Memória; Museu; Indígenas; Espaço-urbano.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UNICENTRO). E-mail: josiele2711@gmail.com



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MATERNIDADE PARA MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Márcia Elena de Brito¹

O presente trabalho apresenta reflexões sobre como a maternidade durante muito tempo tem sido discursivizada como sendo algo inerente ao sujeito-feminino. Ainda, buscamos analisar os efeitos de sentidos decorrentes dos discursos acerca da maternidade no contexto prisional, bem como verificar quais são as suas condições de produção e as relações estabelecidas na construção do sujeito-mãe. Desse modo, o *corpus* é composto por discursos jurídicos proferidos por um juiz/juíza em audiências de custódia. Estas reflexões estão ancoradas nos pressupostos teóricos da análise de discurso de linha francesa defendidos por Michel Pêcheux e por Eni Orlandi. Verificamos neste trabalho que o discurso jurídico, traz ao fio do discurso sentidos relacionados ao modo como o sujeito-mulher deve se portar quando exerce a maternidade. Além disso, observamos que esses discursos estão atrelados a fatores históricos e sociais que se perpetuam nos moldes da sociedade patriarcal.

Palavras-chave: Maternidade; Mulher; Análise de discurso.

¹ Mestre em Letras (PPGL_UNICENTRO). E-mail: marcia.elena23@hotmail.com



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



O DICIONÁRIO, A PALAVRA E SEUS EFEITOS DE SENTIDO

Maria Claudia Teixeira¹

O interesse pelo estudo aqui proposto surgiu de inquietações geradas pela experiência vivenciada em uma turma de alunos composta por indígenas, de um curso de Pedagogia ofertado pela Unicentro, dentro da Terra Indígena Rio das Cobras. Para ministrar as disciplinas nesse curso, os professores deslocam-se até a TI e permanecem no local durante alguns dias, trabalhando de forma condensada, em regime de alternância. A vivência com os alunos, dentro da própria aldeia, coloca o professor em contato com a cultura indígena o que provoca nele o desejo pelo saber e pelo ressignificar. Histórica e discursivamente os sujeitos indígenas foram descritos e significados pelo olhar do outro, do branco colonizador, e esse modo de dizer o outro produziu um imaginário sobre o indígena ainda em funcionamento na sociedade que, repetido, produz efeitos de verdade que devem ser problematizados. Esses discursos legitimaram a escravização, a cristianização e a violência/assassinato de muitos povos indígenas. Dentre os vários questionamentos destacamos nesse trabalho: “Como as palavras “índio” e “indígena” são significadas nos dicionários de língua portuguesa e como tais definições significam o sujeito indígena e produzem sentidos para a história do Brasil?” O objetivo é oferecer uma pequena contribuição sobre a história dessas palavras, que perpassam pelo social e pelo cultural, a fim de compreender os seus sentidos. Tomamos, assim, o dicionário como *corpus*, a partir de uma posição materialista, pela qual entendemos que a relação entre as palavras e as coisas não se faz de modo transparente, mas opaco, no qual estão presentes a deriva, o sentido outro e o silêncio. Assim, dessa posição, as definições apresentadas pelos dicionários são significadas a partir do uso e das condições de produção em que as palavras são tomadas no discurso. É sobre essas lembranças que esse trabalho se inscreve, tomando o texto do dicionário como discurso, investigaremos, nas diferentes condições de produção, o funcionamento da língua na significação de “indígena” e “índio”.

Palavras-chave: Dicionário; Palavra; Índio; Indígena; Sentido.

¹ Doutora em Linguística, UNICENTRO. Trabalho vinculado ao Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários (Labell). E-mail: mteixeira@unicentro.br.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



O LUGAR DE MEMÓRIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O HOLOCAUSTO

Maria Cleci Venturini¹

[...] o passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental com o presente. (Robin, 2016, p. 31)

Diante do Holocausto como acontecimento, assumimos a dimensão do vivido e do experimentado, já que “toda história começa sempre antes” (Orlandi, 2001, p. 18). Entendemos que esse saber começa no dizer *sobre*, ancorado nesse ‘antes’, como tempo tridimensional – passado, presente, futuro (Catroga, 2001), que projeta futuros a partir do passado, fincado no real social (presente), contribuindo para as transformações possíveis no devir (futuro), conforme Kosseleck (2006).

O acontecimento do Holocausto teve a sua gênese na Alemanha a partir de discursos de divulgação da ideologia nazista, que se constituiu, em parte, por uma postura antissemita e anticomunista. Esse discurso disseminado pela propaganda nazista gerava no povo alemão um forte sentimento de pertencimento, principalmente pela valorização da cultura, amplamente divulgada em festivais populares que envolviam grande público.

Além dos festivais, a propaganda se centrava em promessas de fortalecimento da economia e da geração de empregos, instaurando o orgulho nacionalista, que culminou no desejo de uma raça pura. Os lugares de memória recortados são Museus, memoriais e centros de documentação, considerando os silenciamentos e apagamentos em torno dos campos de concentração, divulgados como sendo colônias, em que os judeus, ciganos e outros grupos de vulneráveis eram livres.

Nossa proposta inscreve-se na Análise de Discurso, cujo objeto é o discurso, definido por Pêcheux (2019, p. 39) como “o ponto de encontro entre A e B” na constituição, como nos ensina Orlandi (2002), de efeitos de sentidos, que contribuem para a produção do conhecimento como percurso, pelo qual ocorrem

¹ Doutora, UNICENTRO-UFPR. E-mail: mariacleciventurini@gmail.com



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



reproduções/transformações dos saberes, que instauram poderes. O museu em (dis)curso produz conhecimento, analisando e colocando em suspensos acontecimentos como o do Holocausto. Trabalhamos com as noções lugar de memória, corpo-documento e corpo-memória (Venturini, 2017a; 2017b) e história/historicidade, entre outras como dispositivo analítico que instauram redes de memória e, por meio de processos dão a conhecer versões da história, nesse recorte, do Holocausto

A pesquisa sobre museus, guetos e memoriais passa pelas relações com a língua, com a História, com a Antropologia, com a Filosofia e com a Psicanálise. Em relação ao estado da arte, sublinhamos as produções científicas e acadêmicas sobre os Museus, não tantas sobre o do Holocausto e não temos conhecimento, dentro da Análise de Discurso, de pesquisas que enfoquem o Holocausto por Lugares de Memória, buscando dois museus, centro de documentação e lugares, tais como campos de concentração e guetos. A proposta de incluir guetos ancora-se nas práticas nazistas que tentavam apagar as provas em torno dos campos de concentração e, como forma de no gueto de Varsóvia, os judeus resistiram, tentando manter as provas em lugar seguro, enterrando-os. Essa é a nossa justificativa para inserir os guetos em nossas discussões.

O lugar de memória, um dos conceitos que ancoram esse trabalho, pauta-se no presente, mas é compreendido pelas lentes do passado, tendo em conta que “manipular o passado é uma fantasia onipotente que habita permanentemente os grandes deste mundo [...]” (Robin, 2016, p. 215). A ‘fantasia’ de manipulação do passado é interdita pelo presente que ‘exige’, a ancoragem da produção dos conhecimentos no ‘já vivido’ (o histórico), trazendo o ‘novo’, não como solução, mas como o que incide sobre o ‘já acontecido’ (o científico), dando visibilidade ao que não ‘deve’ nem ‘pode’ repetir-se, via educação (o escolar). Esses processos desencadeiam a circulação de saberes e a pedagogização é uma via recorrente, diante da emergência do conhecimento reconhecido como escolar, sem o qual o museu seria somente um lugar.

Esta noção foi cunhada por Nora (1984) para funcionar como o lugar da crítica e não como comemoração. Venturini (2009, p. 65) deslocou-a da história e discutiu o seu funcionamento na perspectiva discursiva, sinalizando a necessidade de trabalhar



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



também com outras noções, dentre elas o discurso *de* e o discurso *sobre* (Venturini, 2014, p. 121), sinalizando que o discurso *de* (interdiscurso/funcionamento da memória), sustenta e se aproxima da história o que circulou antes e o discurso *sobre* (atualidade), que em nossa pesquisa, pode ser tomado como o conhecimento histórico, organizado no museu pelo trabalho do discurso científico, o qual, de acordo com Pêcheux (1997, p. 218), ultrapassa o funcionamento da “pedagogia pura’, no sentido de exposição-transmissão de conhecimentos”.

Os Lugares de Memória cumprem uma função social e política e significam pelo que é visível e também pelos silêncios, não-ditos, rupturas, equívocos e saturações dadas por seus acervos e, também, pelo modo como as memórias são organizadas e ressoam por eles/neles, de acordo com os lugares de observação. Enfim, os lugares de memória como observatório de pesquisas parte das práticas sociais e linguageiras, em que o sujeito gerencia, de certo modo, o presente e o devir.

Trata-se, também, de um espaço político, de disputa de sentidos, onde se estabelecem relações de força o tempo inteiro, coexistindo discursos e contradiscursos. É preciso considerar que há um projeto de gestão em cada espaço de memória e que esse é um espaço político, assim como o é toda tomada de posição em relação aos objetos simbólicos que constituem o museu, dando visibilidade ao modo como eles são discursivizados. Considera (2011, p. 8) assevera que os museus “(e os conhecimentos produzidos por estes) são lugares de poder, na medida em que guardam os ‘testemunhos’ de um passado, entendidos como ‘verdades’. Ou como diria Pierre Nora, os museus são lugares de história”.

Já a ciência, coloca em suspenso o que está documentado em tais lugares de memória, assentando-se em questões teóricas – a universalização, propondo interpretações possíveis; e o escolar, tendo-se em conta que esses lugares, especialmente os museus, pedagogizam os saberes em circulação, é o espaço de reconhecimento, no qual crianças e jovens são acolhidos e se constituem como sujeitos, que tomam posição e são instados a significar/interpretar no interior de uma prática social bem específica.

As instâncias históricas, científicas e escolares instauram a concreta possibilidade de que grandes tragédias, como a do extermínio de judeus e de minorias, não se repitam. Assim, o conhecimento histórico cria condições de analisar



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



de modo crítico, consequente e embasado em saberes científicos de diferentes domínios o presente, com vistas a alterar os modos de analisar as diferentes temporalidades. Compreendemos, portanto, que a história “está ligada a práticas e não ao tempo. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos e não a cronologia” (Orlandi, 2008, p. 42).

Dentro do recorte de nossa pesquisa, o Holocausto, a partir de janelas que fazem ver e saber a produção do conhecimento a partir do “lugar de memória” (Venturini, 2009) e se dá a ver/a ler/a interpretar/a compreender por meio de arquivos, que se organizam de acordo com a natureza da pesquisa em Museus, definidos por (Venturini, 2017, p. 56) como “espaços públicos que se constituem na confluência/contradição de um corpo-memória/corpo-documento” e nesse funcionamento instauram discursos.

A noção corpo-documento se constitui como a referência exigida pela história, com funcionamento junto à noção corpo-memória, que “rememora/comemora o ausente-presente pela repetibilidade que constitui a memória significando por e para sujeitos” (Venturini, 2017b, p. 53). É importante destacar que não se trata de um corpo físico, mas de um corpo material que instaura redes de memória que ‘cria’ o acontecimento. Tendo em conta que o nosso ‘fazer’ centra-se no discurso, o Holocausto é dado a ler/interpretar/compreender como percurso, a palavra em movimento, o homem falando, como assevera Orlandi (1999; 2004).

O corpo-documento se constitui pela historicidade e pelo que Pêcheux (1997, p. 160) destaca como ideologia, pensando nas evidências sustentadas pela norma identificadora, que instaura e sustenta a possibilidade da transparência da linguagem, que ‘mascara’ os sentidos. Esse mascaramento decorre, segundo o mesmo autor, do ‘caráter material do sentido’ das palavras e dos enunciados, sublinhando, conforme Pêcheux (1997), que não existe teoria que prescindia das práticas, pois é a partir delas que a intencionalidade falha/falta. Esse funcionamento está em consonância com os ‘esquecimentos’ inerentes ao sujeito, que se pensa a origem do dizer e nega que os sentidos sempre podem ser outros, conforme Pêcheux (2019; 1997).

O corpo-documento envolve também o político e já que significa dentro de determinadas condições de produção, em sua tese de doutoramento, traduzida em 2019 por Orlandi, Pêcheux (2019, p. 33) sinaliza que



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas [...] ele está bem ou mal situado no interior da relação de força existente entre os elementos antagonistas de um campo político dado [...].

Não se trata de estudar museus históricos, científicos e educativos, mas sim de investigar como a produção do conhecimento histórico, científico e escolar se efetiva nesses lugares em suas relações, com outros espaços dedicados a essa temática no Brasil.

Os lugares de Memória sobre o Holocausto produzem conhecimento pela história que está neles, não como literalidade, mas como uma versão pautada em sujeitos interpelados pela ideologia, por uma profusão de discursos, construídos a partir de diferentes materialidades linguístico-discursivas, imagéticas, testemunhais, documentais/monumentais, pelas quais retornam memórias e discursos já significados, antes em outros lugares, sinalizando para a heterogeneidade, para o não-fechamento dos sentidos.

Nesse movimento, os museus, os centros de documentação, os campos de concentração e os guetos constituem-se como materialidade que significam e presentificam o ausente (Venturini, 2017b) pela relação do que significa pela história e, pelas questões que se colocam ao conhecimento histórico, do qual resulta o conhecimento científico, que pelo trabalho da língua na história, torna-se acessível àqueles que buscam saberes. Pode-se dizer, então, que o histórico e o científico são pedagogizados, sinalizando, segundo Orlandi (2004, p. 144), que “há a necessidade de se assumir um trabalho de conhecimento na escola.” Há “diferentes modos de produção de sentidos” (Orlandi, 2004, p. 144), levando em conta sujeitos em condições de produção diferenciadas.

Efeitos de conclusão

Diante do pouco espaço, foi preciso reduzir, deixar de lado as análises e destacar que tratamos de lugar de memória, corpo-memória e corpo-documento, entendendo que os museus, memoriais, centro de documentação, significam pelas relações que se estabelecem entre acontecimentos e nomes que significam pela



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



entrada no simbólico, significando como um corpo que não envolve o inconsciente, mas a forma material que instaura efeitos de sentidos por discursos e memórias.

Sublinhamos que o trabalho social e político da produção de conhecimento por Lugares de Memória, na pesquisa, sobre o Holocausto, indica que há outras formas de o conhecimento chegar na escola e de a criança ser cidadã. Uma delas é a qualificação da cidadania pela escola e a entrada da ciência e da produção do conhecimento como parte dessa qualificação. A historicidade é o que ‘desmancha’ a relação com datas e com o compromisso com a pseudo-verdade, possibilitando que outros efeitos de sentidos se constituam.

Referências

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e o fim da História. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CONSIDERA, Andrea Fernandes. Museus de História Natural no Brasil (1818-1932): uma revisão bibliográfica. *In*: Simpósio Nacional de História, 26. jul. 2011, São Paulo. **Anais...**São Paulo: ANPUH, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Trad. Marne Rodrigues de Rodrigues. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

KOSELLECK, Reinhart ([1979] 2006). “Espaço de experiência e horizonte de expectativas”. *In*: **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 311-337.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. *In*: NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. v. I.

ORLANDI, Eni P. A produção da leitura e suas condições. **Leitura, teoria e prática**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 20-25, abr. 1983.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

ORLANDI, Eni P. Silêncios: presença e ausência. **Com Ciência**, Campinas, n. 101, 10 set. 2008. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?Section=8&edição=38&id=456>. Acesso em: 05 set. 2021.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



PÊCHEUX, Michel. O **discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Trad. Eni P. Orlandi e Greciely Costa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Trad. Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus e espaços públicos no encontro/desencontro da memória histórica e do corpo-memória/corpo-documento. *In*: VENTURINI, Maria Cleci. **Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso**, Campinas, SP: Pontes Editores, p. 51-76, 2017a.

VENTURINI, Maria Cleci. **Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017b. p. 51-70.

VENTURINI, Maria Cleci; PAIM, Zélia Viana. História, memória em (dis)curso: um diálogo com Fernando Catroga. **Revista Interfaces** da Unicentro, v. 08, ed. Especial, 2017c.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus e memoriais em (dis)curso para além da história e do patrimônio. Diálogos pertinentes: **Revista Científica de Letras**, v. 18, n. 2, p. 9-93, 2022.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



SIMPÓSIO 2 **Linguística Forense em cena**

Coordenadoras

Profa. Dra. Caroline Hagemeyer Pupo (UNICENTRO)

Profa. Dra. Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)

Essa sessão de comunicação acolherá trabalhos na área da Linguística Forense, com diferentes aportes teóricos/metodológicos e materialidades.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DO SUJEITO ANDERSON TORRES NO INQUÉRITO DOS ATOS ANTI-DEMOCRÁTICOS

Álvaro José da Silva Fonseca¹

Maria das Vitórias Nunes Silva Loureiro²

No dia 8 de janeiro de 2023, uma multidão vestida de verde e amarelo, deslocou-se até a Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF. Lá, os manifestantes invadiram e depredaram a sede do Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto, e o parlamento do Congresso Nacional, sem que houvesse, num primeiro momento, resistência significativa das forças de segurança. Em função desses acontecimentos, foi instaurado o inquérito no 4.879/DF (inquérito dos atos antidemocráticos), cujo um dos investigados é o então Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, que teve sua prisão preventiva proferida por decisão emitida ainda no dia 8. Estamos interessados neste trabalho em analisar certos efeitos discursivos produzidos a partir da referida “DECISÃO”, tomando-a como gênero jurídico que opera certas discursividades postas em circulação no contexto político-jurídico brasileiro pós eleições de 2022. Nosso objetivo é compreender como que, pelo mecanismo da antecipação (Pêcheux, [1969] 2019), a Justiça textualiza a posição de Anderson Torres, projetando, certa representação desse sujeito face às condições históricas de produção dos discursos. Propomos uma análise materialista de discurso, tocando a materialidade linguística e entendendo que o trabalho do analista é de lidar, também, com a materialidade histórica. A partir desse terreno, assumimos uma posição teórica de modo a trabalhar os processos discursivos no campo da Linguística Forense. Ademais, procuramos levantar algumas hipóteses acerca da tomada de posição da Justiça frente ao “já sabido” sobre os antecedentes ao 8 de janeiro e sobre os que agiram depredando as sedes dos três poderes. A análise aponta para certos efeitos do movimento de (ir)regularidade que afeta a representação de Anderson Torres de modo a produzir deslocamento da posição-sujeito institucional (agente público) para uma filiação com os sentidos do terrorismo e do crime.

Palavras-chave: Representação discursiva; Atos antidemocráticos; Linguística Forense.

¹ Doutor, Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: alvaro.fonseca@uft.edu.br.

² Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: vitorianunnes@hotmail.com.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



A COMERCIALIZAÇÃO DE CONHECIMENTO NO CENÁRIO CIENTÍFICO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE O FENÔMENO DA AUTORIA FANTASMA À LUZ DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E DA LINGUÍSTICA FORENSE

Andrei Ribeiro¹
Kamilla Tratsch Gula²

Nos últimos anos, a autoria fantasma tem se tornado cada vez mais comum no Brasil. Em síntese, a autoria fantasma refere-se ao ato de um autor tomar a publicação ou produção de terceiros como sua, mediante acordos e pagamentos (Grieger, 2007). Quer seja para a produção de textos literários ou biografias, quer seja para a produção de textos científicos, fato é que a prática parece se proliferar mais a cada dia e encontra na internet um campo fértil tanto de busca quanto de oferta de serviços dessa natureza. Embora não haja um consenso entre profissionais do direito quanto à autoria fantasma, na esfera acadêmica prevalece a afirmação de que a prática é danosa à ciência do país em muitos aspectos: causa descrédito, empobrece a produção científica e propicia a obtenção de títulos indevidos (Grieger, 2007). Diante disso, partindo de uma abordagem de revisão bibliográfica, de natureza exploratória e qualitativa, o presente estudo toma como objetivo central refletir acerca do fenômeno da autoria fantasma e apontar, por meio de conceitos da Análise de Discurso Crítica e da Linguística Forense, como a prática não é isenta de suspeição. Para tanto, apoia-se nos estudos de Monteiro *et al.* (2004), Grieger (2007), Sanchez e Innarelli (2012), Fairclough (2016), Resende e Ramalho (2019), Almeida (2020), Grant e McLeod (2020) e outros. A justificativa para tal estudo assenta-se no fato de que a autoria fantasma ainda é pouco estudada no país, sobretudo em vieses linguístico-discursivos. Ademais, por se tratar de um estudo inicial, não há análise empírica de textos ou dados linguísticos, mas entendemos que este estudo pode permitir que a produção de conhecimento acerca da temática enfocada se amplie, de modo não só a combatê-la, mas também preveni-la.

Palavras-chave: Autoria fantasma; Análise de discurso crítica; Linguística forense.

¹ Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UNICENTRO, Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail: ribeiroandrei14@gmail.com.

² Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UNICENTRO, Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail: kamillagula25@gmail.com.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



ANÁLISE CRÍTICA DE SENTENÇA: INTERFACES ENTRE LINGUAGEM E DIREITO

Cláudia Maris Tullio¹
Luciana Fracassi Stefaniu²

A pesquisa tem como eixo a investigação centrada no gênero textual jurídico, principalmente no gênero sentença. Propôs-se um estudo interdisciplinar dos Estudos da Linguagem e do Direito, com o objetivo de analisar o gênero jurídico “sentença” sob o viés da análise crítica do discurso, dos gêneros textuais, dos modos de operação ideológica e, também, mobilizando os conceitos de referencial histórico, pertinência enunciativa e redes enunciativas, advindos dos estudos em Semântica da Enunciação. Como objetivo específico, estabeleceu-se contextualizar o quadro de produção do gênero jurídico sentença ação penal Autos nº 0004733-33.2019.8.24.0023, Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, que tem como autor o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, sendo réu André de Camargo Aranha e tendo como vítima Mariana Borges Ferreira. O Caso Ferrer, como ficou conhecido, teve ampla repercussão social e jurídica, principalmente, após o site *The Intercept Brasil* ter divulgado que o réu teria sido absolvido por uma alegação que se aproximava da ideia de “estupro culposo”, tipo penal inexistente no ordenamento jurídico brasileiro. A fim de alcançarmos os objetivos propostos, optamos pela realização de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter interpretativista. Os métodos utilizados foram a revisão de literatura e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica será baseada em autores como Bronckart (2003), Thompson (1995), Fairclough (2001) e Dias (2018). Diante do exposto e do que, até então, prepondera nos estudos do Direito sobre a sentença, a qual deve ser um texto imparcial, sem marcas de subjetividade, pautada na lei e na jurisprudência, conseguimos demonstrar, por meio das teorias que subsidiaram a pesquisa, que tal imparcialidade não é possível. Devemos considerar o(s) referencial(is) histórico(s) que deu/deram suporte à sentença analisada, bem como a grande repercussão e comoção causada pelos fatos trazidos por ela na sociedade brasileira e, conseqüentemente, a resposta do judiciário face aos valores de justiça e moralidade da população, dentro da legalidade, do respeito à dignidade da pessoa humana e do devido processo legal.

Palavras-chave: Sentença; Análise crítica; Gênero jurídico.

¹ Doutora em Estudos da Linguagem, UNICENTRO. Trabalho vinculado aos Grupos de Pesquisa em Linguística Forense e Enunciação em Cena. E-mail: claudiamaris@unicentro.br.

² Pós-doutora em Linguística, UNICENTRO. Trabalho vinculado aos Grupos de Pesquisa em Linguística Forense e Enunciação em Cena. E-mail: lfracassi@unicentro.br.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



ANÁLISE CRÍTICA DOS DISCURSOS DE ÓDIO E PODER NOS GÊNEROS TEXTUAIS JURÍDICOS RELACIONADOS AO GENOCÍDIO YANOMAMI: UM ESTUDO DE CASO DO MASSACRE DE HAXIMU

Eduarda Carolina Annies¹

Orientadora: Cláudia Maris Tullio²

O Direito é uma área de estudo essencialmente interdisciplinar, visto que necessita de outras ciências e campos de conhecimento para compreender as complexas interações entre as normas jurídicas e sociais. Nesse contexto, a relação entre a linguagem e o direito é destacada, tendo em vista que a linguagem é a base da comunicação jurídica, a qual envolve interpretação, argumentação e construção de normas. Além disso, a linguagem também pode ser utilizada como uma ferramenta de opressão e discriminação. Por isso, estudar essas duas áreas em conjunto é uma forma de identificar discursos de ódio, estereótipos e preconceitos presentes em documentos jurídicos e buscar um modo de garantir os direitos humanos e a justiça social. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os discursos de ódio presentes em documentos jurídicos relacionados ao genocídio Yanomami, tendo o massacre de Haximu como estudo de caso. O estudo visa compreender as estratégias discursivas utilizadas para perpetuar a violência e marginalização dos povos indígenas, aprofundando a compreensão das dinâmicas de poder e discriminação presentes nesses documentos, além de estabelecer uma relação entre os documentos analisados e a denúncia de genocídio ocorrida em 2022, buscando identificar possíveis padrões, continuidades ou rupturas nos discursos e nas estratégias discursivas ao longo do tempo. Para alcançar esses objetivos, será utilizada a pesquisa de abordagem qualitativa e os métodos serão o estudo de caso, a revisão de literatura e a pesquisa documental. A base teórica será Fairclough (2016) que é responsável pela Teoria Social do Discurso e Thompson (1995) para trabalhar com o conceito de ideologia nos documentos analisados. Essa pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Linguística Forense (CNPQ) e também ao Programa de Iniciação Científica (PROIC).

Palavras-chave: Linguística Forense; Análise linguístico-discursiva; Gêneros textuais jurídicos; Genocídio de Haximu.

¹ Graduanda em Letras/Português, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: duda.annies@gmail.com.

² Doutora em Estudos da Linguagem, professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: claudiamaris@unicentro.br.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



ENTIQUETAMENTO SOCIAL, DISCUSSÃO DO RACISMO E O DISCURSO DE ÓDIO

Fabiana Luiza Thome¹
Orientadora: Cláudia Maris Tullio²

O presente trabalho busca identificar e analisar casos de discursos de ódio encontrados em comentários nas publicações nas redes sociais *Twitter* e *Instagram*. Tendo como objetivo principal analisar a visibilidade que deixamos passar quando estamos nas redes sociais, as análises de postagens, artigos e memes será fundamental para a realização da pesquisa. Aliado à pesquisa de debates e pesquisas sobre a teoria de *labeling approach*, e o quanto ela pode ser fundamental na formação de estigmas a minorias marginalizadas na sociedade e o preconceito a partir da negação ou desvalorização da identidade do outro e da supervalorização ou afirmação da própria identificação nas redes sociais onde podemos presenciar diariamente diversas atrocidades. Um exemplo muito claro disso no estudo de criminologia é a população carcerária, pois se uma pessoa é presa ela vai ser considerada como uma pessoa ruim até que se prove o contrário. De acordo com o DEPEN, 63,7% da população carcerária é formada por negros (2017). Já segundo o IPEA (2009), a população negra e parda segue sub-representada entre os mais ricos e sobre-representada entre os mais pobres, equivalendo a 72% dos 10% mais pobres.

Palavras-chave: Racismo; Discurso de ódio; *Twitter*; *Instagram*.

¹ Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, UNICENTRO. E-mail: fabianaluizathome@gmail.com

² Doutora em Estudos da Linguagem, UNICENTRO. Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa em Linguística Forense. E-mail: claudiamaris@unicentro.br.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS E MULHERES NEGRAS UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA SOB O OLHAR DA LINGUÍSTICA FORENSE

Juliana Cardoso Borille¹

Orientadora: Cláudia Maris Tullio²

O presente trabalho busca identificar e analisar casos de discursos de ódio encontrados em comentários nas publicações das redes sociais *Twitter* e *Facebook*. Como o tema é abrangente e complexo, fez-se um recorte do *corpus* composto por comentários preconceituosos voltados a mulheres negras, alvo frequente de ataques e ameaças. Há um grande número de redes sociais na atualidade, a escolha do *Facebook* deve-se ao fato de sua relevância como rede social com o maior número de usuários no mundo e o *Twitter* pelo seu grande sucesso no Brasil. Sabe-se que os conflitos existentes nas redes sociais são reflexos dos conflitos vivenciados em sociedade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter interpretativista, bibliográfica centrada nos estudos de Silva (2015), Dias (2014) e Queralt (2021) e documental dos comentários selecionados. A temática e o *corpus* se justificam primeiramente pela necessidade de aprofundar os estudos em Linguística Forense no âmbito dos Estudos da Linguagem, além de abordar questões tão caras às discussões a respeito da diversidade. No decorrer da pesquisa foi possível constatar, infelizmente, que as mulheres negras ainda sofrem inúmeros preconceitos sendo alvo de discursos e de crimes de ódio.

Palavras-chave: Crimes de ódio; Redes sociais; Mulheres negras.

¹ Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, UNICENTRO. E-mail: julianaborille91@gmail.com

² Doutora em Estudos da Linguagem, UNICENTRO. Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa em Linguística Forense. E-mail: claudiamaris@unicentro.br



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS E A COMUNIDADE LGTBQIA+: UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA SOB O OLHAR DA LINGUÍSTICA FORENSE

Karina Lohan Cardoso Paulena¹
Orientadora: Cláudia Maris Tullio²

O presente trabalho busca identificar e analisar casos de discursos de ódio encontrados em comentários nas publicações na rede social *Facebook*. Como o tema é abrangente e complexo, fez-se um recorte do *corpus* composto por comentários voltados à comunidade LGTBQIA+, alvo frequente de ataques e ameaças. Apesar das várias redes sociais existentes contemporaneamente, o *Facebook* ainda é considerado a maior rede social do mundo, com aproximadamente 3 bilhões de usuários. Sabe-se que os conflitos engendrados nas redes sociais são reflexos dos conflitos vivenciados em sociedade. O aparato teórico-metodológico trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter interpretativista, bibliográfica centrada nos estudos de Silva (2015), Dias (2014), Queralt (2021) e Fortuna (2018) e documental dos comentários selecionados. A temática e o *corpus* se justificam, primeiramente, pela necessidade de aprofundar os estudos em Linguística Forense no âmbito dos Estudos da Linguagem, além de abordar questões tão caras às discussões a respeito da diversidade. No decorrer da pesquisa foi possível constatar, infelizmente, que a comunidade LGTBQIA+ ainda sofre inúmeros preconceitos sendo alvo de discursos e de crimes de ódio.

Palavras-chave: Crimes de ódio; *Facebook*; Comunidade LGTBQIA+.

¹ Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, UNICENTRO. Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa em Linguística Forense. E-mail: lohanpaulena@gmail.com

² Doutora em Estudos da Linguagem, UNICENTRO. Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa em Linguística Forense. E-mail: claudiamaris@unicentro.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



ARGUMENTAÇÃO PELO *ETHOS* EM POSSÍVEIS GOLPES VIA E-MAIL: UM OLHAR PELA LINGUÍSTICA FORENSE E PELA SEMIOLINGUÍSTICA

Larissa Ribeiro dos Santos¹

Orientador: Welton Pereira e Silva²

Segundo um levantamento feito em 2020 pela empresa de segurança da informação Kaspersky, o Brasil foi o país mais atingido por tentativas de roubo de dados pessoais ou financeiros de indivíduos na internet, sendo que tais práticas se configuram em um cibercrime denominado em inglês de *phishing*. Assim, esta pesquisa de iniciação científica financiada pelo CNPq tem como objetivo contribuir para a compreensão do funcionamento linguístico-discursivo de possíveis golpes cometidos via e-mail, o que pode, em certa medida, lançar luzes a algum processo de realização de políticas públicas, visando a evitar que mais vítimas sejam feitas por esse tipo de crime de linguagem. Através de estudos pautados na Teoria Semiolinguística do Discurso (Charaudeau, 2008; 2015) e na Linguística Forense (Caldas-Coulthard, 2014; Shuy, 2005; Silva, 2020), objetivamos compreender a forma como os sujeitos enunciadore de tentativas de golpes via e-mail procuram convencer seus possíveis destinatários sobre a veracidade de seus argumentos. Durante o nosso processo de pesquisa, coletamos 10 e-mails, dentre eles, 5 nacionais e 5 internacionais, acreditando que, baseados na construção de diferentes imagens discursivas de si mesmos, o *ethos*, os sujeitos procuram garantir sua credibilidade para levar o sujeito destinatário dos e-mails a cair nos golpes. Sendo assim, como objetivos específicos, temos os de i) categorizar, descrever e analisar as diferentes estratégias argumentativas empregadas nos textos coletados; ii) relacionar alguns *ethé* ao despertar de emoções e imaginários sociodiscursivos e (iii) refletir sobre a forma como este trabalho pode contribuir no processo de realização de políticas públicas, visando a evitar que mais vítimas sejam feitas por estelionato via e-mail. Até o momento, observamos que a construção do *ethos de competência* voltada para a imagem de um profissional capacitado foi a mais recorrente, o que está de acordo com a natureza do golpe analisado.

Palavras-chave: Golpes via e-mail; Crimes de linguagem; *Ethos*.

¹ Universidade Federal Fluminense. E-mail: larissaribeirodosantos@id.uff.br

² Doutor em Letras Vernáculas, professor da Universidade Federal Fluminense. E-mail: weltonpereira@id.uff.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



O ESTADO-DA-ARTE EM PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO CAMPO DA LINGUÍSTICA FORENSE NO BRASIL

Mariana Ferreira de Fuccio¹
Fernando Silvério de Lima²

Como uma ciência que se dedica às problematizações a partir do uso social da linguagem, a Linguística Aplicada vem, historicamente, ampliando suas áreas de atuação nos mais variados campos do saber e um deles, especificamente, tem sido a chamada Linguística Forense (Coulthard, 2004; Olsson, 2008; Coulthard; Johnson; Wright, 2016). Esta área que lida com questões periciais a partir de fontes linguísticas orais ou escritas, tendo sido essencial na solução de crimes em diversos países (Lima; Fuccio, 2022). No entanto, este ainda é um campo em crescimento no Brasil, como se vê na publicação de trabalhos mais recentes e até mesmo na realização de eventos neste tema. O presente trabalho busca somar nessa direção contribuindo para a divulgação científica da área tomando como base dois pontos centrais: um detalhamento das linhas de pesquisa e campos de atuação transdisciplinares da Linguística Forense (LF), com ênfase principal na prática de investigação criminal, e indicar o Estado-da-Arte da LF no Brasil, a partir da listagem de quais produções (dissertações e teses) foram feitas e catalogadas pela Plataforma CAPES nos últimos dez anos (2011-2021), demarcando as instituições e as produções feitas em LF dentro dos programas de pós-graduação em Linguística Aplicada presentes na Anpoll, assim como o mapeamento dos Grupos de Pesquisa que trabalham a LF dentro do Diretório CNPq, com o propósito de mapear o fazer científico da Linguística Forense em contexto nacional. Os resultados mostram que a LF é vislumbrada no Brasil como área em crescimento, com aproximadamente 19 pesquisas defendidas no país na última década e com 2 grupos de pesquisa atualmente em atividade, formado principalmente de linguistas aplicados, que estudam inter e transdisciplinarmente as relações entre a linguagem, a perícia, a investigação e as instituições brasileiras (Almeida, 2015; Colares, 2017; Hagemeyer, 2016, dentre outros).

Palavras-chave: Linguística Forense; Linguística Aplicada; Linguagem e Perícia, Estado-da-Arte.

¹ Graduanda, Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: mariana.fuccio@aluno.ufop.edu.br.

² Doutor, Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: fernando.lima@ufop.edu.br.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



ANÁLISE CRÍTICA DE UM DEPOIMENTO EM JUÍZO: INTERFACES ENTRE ESTUDOS DA LINGUAGEM E DIREITO

Thalia Ferreira Barbosa¹
Orientadora: Cláudia Maris Tullio²

O presente trabalho tem como eixo a investigação centrada no gênero textual jurídico, principalmente no gênero sentença. Propôs-se um estudo interdisciplinar dos Estudos da Linguagem e do Direito, com o objetivo de analisar o gênero jurídico “depoimento” sob o viés da análise crítica do discurso, dos gêneros textuais e modos de operação ideológica. Como objetivos específicos, estabeleceu-se contextualizar o quadro de produção do gênero jurídico depoimento presente na AÇÃO PENAL Nº 0009657-51.2020.8.16.0031/PR, em que o Tribunal do Júri de Guarapuava condenou o réu, Luis Felipe Santos Manvailier, a 31 anos, 09 meses e 18 dias de prisão pela morte da advogada Tatiane Spitzner, no município de Guarapuava, no Paraná, em julho de 2018. A pesquisa bibliográfica será baseada em autores como Bronckart (2003), Thompson (1995) e Fairclough (2001). Ao decorrer do trabalho, notou-se a importância do uso da linguística Forense para análise de caso e quais artifícios foram de interesse de uso.

Palavras-chave: Gênero Jurídico Depoimento; Femicídio; Linguística Forense.

¹ Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, UNICENTRO. Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa em Linguística Forense. E-mail: thalia.tfb222@gmail.com.

² Doutora em Estudos da Linguagem, UNICENTRO. Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa em Linguística Forense. E-mail: claudiamaris@unicentro.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



MARCADORES ENUNCIATIVOS COMO POSSÍVEIS INDÍCIOS DE AUTORIA: UM ESTUDO PILOTO

Welton Pereira e Silva¹
Orientador: Malcolm Coulthard

Este trabalho teve o objetivo de verificar e analisar a pertinência da consideração de marcadores enunciativos como indícios de autoria textual em comentários realizados no *Facebook*. O *corpus* corresponde a 83 textos escritos por 8 autores diferentes, correspondendo a um total de 1699 palavras. Os comentários foram selecionados por meio de uma ferramenta automática a partir de uma publicação que fazia referência a um casal composto por um homem cisgênero e uma mulher transgênero; no entanto, foi feita uma triagem manual dos comentários que comporiam o *corpus* de pesquisa, visto que o ponto de partida seriam comentários detentores de possível discurso de ódio. A análise foi efetuada com a ajuda do *software AntConc*, tomando por base abordagens enunciativas e discursivas (Kerbrat-Orecchioni, 1986; Bakhtin, 2006; Koch, 2017), bem como a Linguística Forense (Sousa-Silva; Coulthard, 2016; Coulthard; Johnson, 2007; Shuy, 2005; Chaski, 2013; McMenamin, 2017; Silva, 2020). A hipótese que orientou este trabalho foi a seguinte: se o enunciador projeta marcas de subjetividade em seus textos, essas marcas poderiam ser consideradas indícios de autoria, parte do idioleto do autor, sendo uma abordagem útil para tarefas na área de atribuição de autoria em Linguística Forense. Os resultados indicam que a procura por marcadores enunciativos, como escolhas lexicais axiológicas, marcas de primeira pessoa e operadores argumentativos, podem fornecer boas pistas para a atribuição de autoria, mas que outras abordagens, a exemplo da lista de palavras, devem apoiar a análise. Foi possível notar também que um número pequeno de palavras pode não conduzir resultados conclusivos em tarefas de atribuição de autoria, como já foi notado por outros pesquisadores.

Palavras-chave: Marcadores enunciativos; Atribuição de autoria; Idioleto.

¹ Doutor em Letras Vernáculas, professor da Universidade Federal Fluminense. E-mail: weltonpereira@id.uff.br



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



SIMPÓSIO 3 Literatura e sociedade

Coordenadora
Profa. Dra. Priscila Finger do Prado (UFSC)

Sobre as relações entre arte e sociedade, a literatura pode ser expressão da sociedade e pode ser interessada nos problemas sociais, conforme Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade* (2006). Tarefa do estudioso dessas relações seria tanto investigar influências concretas exercidas por fatores socioculturais na produção artística quanto analisar como a arte representa questões sociais importantes, temática e estruturalmente. Pensando nisso, propomos este Simpósio, a fim de acolher trabalhos que objetivem análises que relacionem literatura e sociedade em algum nível, para entender as variadas formas que tais relações têm se construído sob o olhar da crítica.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



A MULHER-MÃE CONTEMPORÂNEA ATRAVÉS DOS OLHOS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Avanilde Polak¹

Na obra *Olhos d'água*, a autora Conceição Evaristo faz a junção de quinze contos abordando comportamentos e situações que o negro vive na sociedade contemporânea. Entre esses contos, três esboçam a dilema da maternidade entre as protagonistas através de perspectivas diversas, indo desde o anseio à maternidade até a indiferença. Para tal análise, serviram de respaldo as teorias de Beauvoir (2016), Del Priore (2017; 2014), Bosi (2008), entre outros. No conto “Olhos d’água”, temos a representação materna através de uma personagem mãe de sete filhas (não mencionados nomes) que vivem em condição de pobreza até mesmo fome, porém, a afetividade é a marca principal do comportamento materno. Já no conto “Ana Davenga”, a gestação que não foi concluída representava o “sonho da vida estável” entre a personagem Ana e seu companheiro. No terceiro conto abordado, “Quantos filhos Natalina teve?”, a protagonista vivenciou quatro gestações em situações distintas: a primeira por amor e inconsequência adolescente aos quatorze anos, a segunda na fase madura durante um relacionamento estável, a terceira “emprestando sua barriga” e a quarta através de um estupro, onde apenas a última gravidez foi bem aceita. Conforme Candido (2010), a literatura está relacionada à sociedade de tal maneira que se torna intrínseca a ligação, pois a Literatura representa a sociedade ao mesmo tempo que assume o papel de agente modificador da realidade. Os resultados indicam que a literatura representa aspectos da realidade social, logo, a representação das mulheres é multifacetada demonstrando que cada uma pode exercer seus desejos e anseios com relação ao sentimento e ato de ser mãe.

Palavras-chave: Mulher-Mãe; Conceição Evaristo; Literatura Contemporânea.

¹ Mestra, UNICENTRO/Irati. E-mail: avapolak@gmail.com



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



A DESOBEDIÊNCIA DA RAINHA VASTI E O APRISIONAMENTO FEMININO PARA ALÉM DOS CONTOS DE FADAS

Érika Adriely Müller Rodrigues¹
Orientadora: Denise Gabriel Witzel²

Basta apenas um olhar para o histórico de aprisionamento dos corpos femininos nos contos de fada para que se perceba o único caminho possível em direção à liberdade: o caminho do altar. O matrimônio, após o resgate, é a garantia de que as princesas jamais voltarão para o seu cárcere ou, então, de que elas não receberão um destino muito pior do que as prisões. À luz dos pressupostos teóricos e metodológicos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, e tomando como materialidade discursiva o texto bíblico, mais precisamente a narrativa em torno de Ester, capítulo 1, o presente trabalho busca analisar a personagem rainha Vasti. Ela, sendo casada com o rei Assuero, foi exilada e destituída da condição de rainha depois de se recusar a conceder um pedido do rei: após dias de festa e já alegre pelo vinho, Assuero mandou que seus conselheiros trouxessem Vasti com a coroa real à sua presença, a fim de que exibisse sua beleza aos convidados masculinos. Se o matrimônio é sinônimo de liberdade para uma mulher, no contexto mencionado, por que se configura em ato de desobediência uma simples recusa de uma esposa ao seu marido? Em busca de responder ao questionamento, o trabalho a seguir desenvolve-se, também, como sequência a um trabalho anterior, chamado “Fiona aprisionada: os discursos que constroem verdades e subjetividades a partir dos contos de fadas”, e tem como objetivo analisar os processos de subjetivação que atravessam o ser mulher dentro do matrimônio, além de analisar os modos de desobediência (ou resistência), tendo em conta a repetição e os deslocamentos movimentando na história novas práticas e novas subjetividades de corpos subjugados desde o início de sua existência.

Palavras-chave: Processos de subjetivação; Aprisionamento feminino; Matrimônio.

¹ Graduanda do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), integrante do Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro (LEDUNI).

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Coordenadora do Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro (LEDUNI).



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



CULTURA POPULAR NO CONTO “SÃO MARCOS”, DE GUIMARÃES ROSA

Jaqueline Ruth de Mattos¹

Orientador: Cláudio José de Almeida Mello²

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do conto intitulado “São Marcos”, da obra *Sagarana*, de João Guimarães Rosa, a fim de comparar os estigmas do protagonista José/Izé em relação à religiosidade presente na comunidade Calango Frito com suas crenças provenientes da sociedade urbana a qual pertence. Buscou-se compreender a formação de pré-conceitos do protagonista em relação à cultura popular da comunidade que visitou, associando seu pensamento com o pensamento cristão das elites para com a religião de matrizes indígenas e afro-brasileiras. Com o aporte teórico principal de Walter Benjamin, através da obra *O Narrador*, propõe-se um contraste entre os personagens José/Izé e João Mangolô, utilizando os conceitos de Camponês Sedentário e Marinheiro Comerciante, visto que, a composição da identidade dos personagens são fundadas em crenças distintas, o que nos permite identificar dois significados de mundo. Nessa mesma perspectiva, utilizar esse dualismo para refletir sobre o embate de religião travada pela Igreja Católica, no século XIII, contra religiões de outras matrizes e compreender a formação de pré-conceitos do narrador, mostrando seu desenvolvimento durante a narrativa, pois as amplas descrições nos ajudam a acompanhar a percepção do narrador. De um modo geral, concluímos que os ritos mágicos e as práticas religiosas são importantes recursos para a população da comunidade Calango Frito, uma vez que estão amplamente ligadas com sua formação cultural e de realidade. Após o exposto, vemos que o preconceito contra as práticas de magia em “São Marcos” nos revela um lado social obscuro, uma vez que nos mostra como o preconceito está arraigado em nossa sociedade desde o primórdio.

Palavras-chave: Religiosidade; Estigmas; Sociedade.

¹ Graduanda em Letras Português, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: jaquelinemattos2002@gmail.com.

² Doutor em Letras, professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: claudiomello@unicentro.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO: TRABALHANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, UMA ANÁLISE DO CONTO “VENHA VER O PÔR DO SOL”

Jeferson Ueliton da Silva¹

O presente trabalho augura tecer algumas considerações sobre aspectos relacionados à leitura e seu importante papel na formação de um sujeito crítico e autônomo no mundo. Pensando nesta importância e o destaque que necessita ser dado ao tema proposto, buscou-se construir um trabalho que fosse relevante no meio da difusão do campo das ideias, sobretudo no campo da análise da literatura. Para a fundamentação teórica, foram elencados alguns estudiosos como: Koch; Elias (2007), Leite (1988), Bamberger (2002), Silva (2015), Pietri (2009), Solé (1998), Libâneo (2005), Borges (2013) e Rojo (2012), que tratam do tema escolhido, buscando-se contextualizar a leitura com associação às tecnologias educacionais digitais, concebendo que estas são facilitadoras no processo de despertar o interesse pela leitura e que o processo de ler seja mais prazeroso e dinâmico. Cabe destacar que o conto pensado para nortear a construção do trabalho, retrata, mesmo que de maneira velada, a violência, física e psicológica de um homem que não aceita o fim do relacionamento, tal temática evidencia um grave problema enfrentado hoje pela sociedade brasileira. O público-alvo da proposta didática são os alunos de uma 3ª série do ensino médio e o tema social gira em torno da questão de violência contra a mulher, partindo da leitura do conto “Venha Ver o Pôr do Sol” da escritora brasileira Lygia Fagundes Telles. Para tanto, serão oportunizados, além da leitura, debates sobre o conteúdo do texto. Ao final, espera-se, como produto da sequência, a criação de um *podcast* com os resultados obtidos através das reflexões dos estudantes.

Palavras-chave: Leitura; Tecnologia; Ensino; Projeto.

¹ Graduação em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa (UNICENTRO/2021), Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Tecnologia Educacional Digital (UEL/2023), Professor efetivo da rede municipal de Ivaiporã/PR e Ariranha do Ivaí/PR. E-mail: jeferson.ueliton@uel.br.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA DO CONTO *BIRUTA* DE LYGIA FAGUNDES TELLES

Kauana Pereira Galvão¹

Orientadora: Sonia Merith-Claras²

O objetivo desta comunicação é apresentar, a partir da Semiótica discursiva e Tensiva, uma proposta de análise do conto “Biruta”, de Lygia Fagundes Telles. A semiótica discursiva trabalha com três níveis de análise, que vai do mais simples ao mais complexo e do mais abstrato ao mais concreto, o chamado ‘percurso gerativo de sentido’. Neste trabalho abordaremos os três níveis propostos pela teoria semiótica greimasiana que são: nível fundamental, narrativo e discursivo. Abordaremos a semiótica tensiva para tratar dos afetos – o sentir das personagens e dos leitores, considerando os eixos da intensidade e extensidade propostos pela teoria. O conto em estudo retrata a vida de Alonso, um menino adotado por uma família rica que o explora através do trabalho doméstico, privando-o de brincar, de interagir com outras crianças, quer seja, do afeto humano (abandono afetivo). O menino conta apenas com o afeto de seu amigo, Biruta, um cachorro cujas traquinices irritam a dona da casa, Zulu, que pune Alonso fisicamente. As travessuras de Biruta causam tanta irritação em Zulu a ponto de ela elaborar um plano para “livrar-se” do animal na noite de Natal, causando um profundo sofrimento em Alonso.

Palavras-chave: Semiótica Discursiva; Semiótica Tensiva; Lygia Fagundes Telles.

¹ Graduanda em Letras Português e Literatura de Língua Portuguesa, UNICENTRO. E-mail: galvaokauana@gmail.com.

² Doutora em Estudos da Linguagem. UNICENTRO. E-mail: soniaclame@gmail.com



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



O MANIFESTO DA INFÂNCIA: IDENTIDADE E O DECOLONIAL NO LIVRO O MENINO NEGRO DE CAMARA LAYE

Luana Micheli Miranda¹

Orientador: Davi Silva Gonçalves²

O presente trabalho tem como foco analisar o livro *O Menino Negro*, de Camara Laya (2013), inserido no campo das relações entre os estudos culturais e decoloniais e seus diálogos com as representações artísticas/literárias contemporâneas. O livro faz críticas indiretas ao colonialismo. Pelo fato de o autor estar na França e voltar os olhos para sua terra natal, demonstra sua vulnerabilidade e o sentimento de pertencimento do continente africano. A narrativa está dividida em doze capítulos: inicialmente o autor narra episódios da sua infância e adolescência na Guiné Francesa, terminando com sua agridoce partida para a França, em 1946, para cursar a faculdade de engenharia mecânica. O livro não possui uma exatidão cronológica, por ser um relato da memória, também não narra acontecimentos diários da vida, mas foca principalmente no relato de episódios mais marcantes de sua vida, as cobras compartilhando o terreno dos seus pais, as férias na casa da avó em Tidincan, sua relação com a escola, o ritual de circuncisão, a mudança para a capital Conacri onde estudou no Colégio Técnico. No presente livro, percebe-se uma maior preocupação do autor não com a precisão dos fatos de sua vida pregressa, mas com o modo com que são narrados, no sentido de proporcionar ao leitor uma experiência estética fluida, por meio de uma linguagem que aproxima da oralidade e do universo dos mitos e lendas africanos da Alta Guiné. É justamente essa maior preocupação com a linguagem e a estética que revela a grandiosa tradição oral africana. A análise contempla as perspectivas e enfoques teóricos e metodológicos pelos quais o tema tem sido enfrentado na contemporaneidade: Edward W. Said, Frantz Fanon, Homi K. Bhabha, e Stuart Hall. Buscou-se promover através de perspectivas decoloniais e caracterizada pela resistência e não apagamento de sujeitos e discursos possibilitando a visibilização de perspectivas periféricas, omitidas e marginalizadas pela colonialidade nas memórias de um menino africano.

Palavras-chave: Literatura; História; Memória; Decolonial.

¹ Mestranda em História e Regiões no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO, Irati/PR, Brasil. Possui graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa (2019) e graduação em História (2014) pela mesma instituição. E-mail: luamiranda259@gmail.com

² Doutor em Estudos da Tradução (PGET/2017). Professor Adjunto no Departamento de Letras e membro do Conselho Diretor do Centro de Línguas (CEL) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/I-PR). E-mail: davisg@unicentro.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



SOBRE O ENSAIO FEMINISTA: NÍSIA FLORESTA E ANA DE CASTRO OSÓRIO

Priscila Finger do Prado¹

O presente trabalho tem como objetivo analisar o ensaio literário feminista de duas autoras de língua portuguesa, a brasileira Nísia Floresta e a lusitana Ana de Castro Osório. Nísia Floresta (1810-1885), natural do Rio Grande do Norte, traz o enunciado da mulher burguesa emancipada que, ao perceber a opressão da mulher, reflete sobre ela e propõe soluções. Destaco três ensaios dela: “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” (1832) - uma tradução livre do ensaio de Mary Wolstonecraft, *Vindication of the Rights of Woman, 1792* -, “Opúsculo humanitário” (1853) e “Cintilações de uma alma brasileira” (1859). Da mesma forma, Ana de Castro Osório (1872-1935), natural do Distrito de Viseu, também de origem burguesa, destaca a questão da opressão feminina, reflete sobre ela e propõe soluções. Destaco de Castro, os ensaios “Feminismo”, “As mulheres e a política”, “A mulher de há 30 anos e a mulher de hoje” e “A mulher em Portugal”, presentes no livro *Às mulheres portuguesas* (1905). Na esteira do que fez Mary Wollstonecraft, as escritoras defendem a educação feminina como a primeira grande ação política necessária para sua emancipação. Meu interesse no ensaio tem a ver com o contexto de escrita das obras: quando a escrita das mulheres não era a regra, pareceu às autoras necessário utilizar da pena para requerer um espaço maior para a autoria feminina a longo prazo, o que se daria pela educação. Por conta disso, estudar tal gênero e tais autoras possibilita uma ampliação do papel das mulheres nos respectivos cânones, uma forma de reparação ao apagamento costumaz à produção de mulheres nos sistemas literários brasileiro e lusitano.

Palavras-chave: Literatura portuguesa; Literatura brasileira; Feminismo; Ensaio.

¹ Professora Adjunta no Departamento de Metodologia de Ensino da UFSC. Possui Graduação em Letras (UFSM), Mestrado em Letras (UFSM) e Doutorado em Letras (UFPR). E-mail: priscilletras@yahoo.com.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



UM OLHAR SOBRE A (NÃO) MATERNIDADE EM A CACHORRA DE PILAR QUINTANA

Sabrina Markoski¹

Orientadora: Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira²

Esta pesquisa estabelece como objeto o livro *A cachorra*, da escritora colombiana Pilar Quintana (2020). Para ela, a ideia convencional da maternidade é idealizada, existindo apenas na fantasia. Nesse sentido, a história de *A cachorra* surge dentro de um entendimento sobre como a maternidade pode ser uma prisão e de um pensar sobre como se sente uma mulher que deseja ter filhos, mas não pode, em uma sociedade que continuamente lhe cobra isso, o que acontece com Damaris, a protagonista. Outro ponto em *A cachorra* que incide sobre a não-maternidade vivida por Damaris é a desvalorização contínua da mulheridade negra, a qual também é analisada na pesquisa. Aqui, considerando que a obra integra a literatura de autoria feminina, discorre-se acerca da representação literária da não-maternidade aludida no livro, trabalhando as maneiras como a maternidade, enquanto instituição social compulsória, permeia as vidas das mulheres, em especial das que não são mães. O objeto da pesquisa, provocando o questionamento de um sistema representativo consagrado e naturalizado, faz com que revisitemos e modifiquemos nossas perspectivas quanto as suas temáticas, o que acontece nos mundos literário e real, devido, justamente, a representação da vida que a literatura pode realizar. O suporte teórico do artigo mobiliza estudos feministas associados aos Estudos Culturais e Literários. Para tratar da dicotomia maternidade/não-maternidade foram selecionadas para o suporte as estudiosas Elisabeth Badinter (1985; 2011), Zeidi Araujo Trindade e Sônia Regina Fiorim Enumo (2002), Judith Butler (2018) e Lúcia Helena Baraldo Mansur (2003). Em relação a mulheridade negra, utiliza-se do trabalho de bell hooks (2020), quanto a representação, recorre-se ao respaldo de Stuart Hall (2016). Como metodologia foi utilizada a revisão bibliográfica e a hermenêutica literária.

Palavras-chave: Mulher; Maternidade; Literatura.

1 Mestranda em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: markoskisabrina@gmail.com

2 Pós-doutora em Ciência da Literatura, Docente do Departamento de Letras na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: nincia@unicentro.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



SIMPÓSIO 4 **Língua Brasileira de Sinais em foco**

Coordenadora
Profa. Ma. Sandra Mara da Silva Marques Mendes
(UNICENTRO/UNIOESTE)

Essa sessão de comunicação está destinada a trabalhos que versem sobre as diversas áreas que envolvem a Língua Brasileira de Sinais, como o Ensino, os Estudos linguísticos, as Políticas Públicas.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



ESCOLHAS LINGUÍSTICAS DA LIBRAS NA TRADUÇÃO DE UM ARTIGO CIENTÍFICO

Eliziane Manosso Streiechen¹
Rossana Aparecida Finau²

Embora as políticas públicas, voltadas à valorização da Língua de Sinais Brasileira (Libras), nos ambientes educacionais e sociais, tenham evoluído, percebe-se ainda um grande desafio de se colocar em prática as metas implementadas nessas políticas (Brasil, 2005). Um dos desafios é a escassez de profissionais para atuarem na área da surdez, pois aprender a Libras não significa apenas memorizar sinais e usá-los de forma aleatória. A língua de sinais (LS) é composta por mecanismos e estruturas complexas que exigem muito estudo e envolvimento com a comunidade surda para tornar-se proficiente. Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as escolhas linguísticas adotadas na tradução de um texto científico escrito em Língua Portuguesa (LP) e traduzido para a Libras. Por envolver duas modalidades de línguas distintas e independentes, visto que uma é oral-auditiva (LP) e a outra é visual-espacial (Libras), a conversação, bem como o ato tradutório, exige tomadas de decisões que podem diferir de um sinalizante/tradutor e intérprete em língua de sinais (TILS) para outro. Esta é uma pesquisa do tipo qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, a qual consiste na análise do *corpus* – vídeo, que faz parte do acervo de estudos da primeira autora/TILS. A discussão foi respaldada em autores tais como Brito (1998), Quadros e Karnopp (2004), Liddell (2003), Campello (2005), Moreira (2007), entre outros. Os resultados revelam que os elementos linguísticos e gramaticais da Libras perpassam a sobreposição de sinais e, por se tratar de uma língua visuoespacial, os interlocutores e/ou os TILS precisam utilizar o espaço de sinalização, de forma bem distribuída e mapear/demarcar/retomar os referentes (animados ou inanimados), por meio de recursos tais como a dêixis, a anáfora e o *role shift*. Pretende-se, a partir dessa pesquisa, contribuir com os estudos que envolvem a Libras e seus recursos linguísticos na comunicação/tradução em LS.

Palavras-chave: Libras; Dêixis; Anáfora; Role Shift; TILS.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora de Libras, lotada no Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus Irati. Faz parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UNICENTRO. E-mail: eliziane@unicentro.br.

² Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Departamento de Linguagem Comunicação (DALIC) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL). E-mail: rossana@utfpr.edu.br.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



IMPLANTE COCLEAR: REFLEXÕES ACERCA DO COMPORTAMENTO PARENTAL

Keyse R. L. Cunha¹
Rosane Toebe Zen²

O presente trabalho tem como objetivo analisar as razões que levam os pais a recorrer à cirurgia do implante coclear em filhos surdos, tendo em vista a sua “normalização”. O implante coclear é uma cirurgia por meio da qual realiza-se o implante de um aparelho que tem a finalidade de reconstituir eventuais danos ou defeitos do aparelho auditivo, oferecendo ao surdo uma possibilidade de reabilitação. Para a realização da presente pesquisa, fazem-se necessários os desdobramentos de seus objetivos, de modo que, num primeiro momento, serão analisadas as contribuições da psicologia para o estudo da surdez no Brasil, a partir da qual são apreendidos de forma pormenorizada dois modelos da surdez: a perspectiva socioantropológica e a clínico terapêutica. Na segunda etapa do trabalho, serão recuperados fatos históricos sobre a educação dos surdos no Brasil. Nesse percurso, serão abordados temas como a luta da comunidade surda e o reconhecimento da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que assegura a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua oficial das comunidades surdas brasileiras. A seguir, abordamos o impacto sentido por pais diante do diagnóstico da surdez do(a) filho(a). Por fim, analisando o documentário “Som e Fúria”, realiza-se uma reflexão sobre fatores que levam os pais a optarem pelo implante coclear como recurso para equacionar a questão da surdez. Com esse trabalho, concluímos que o cuidado de pais em relação à surdez de filho(a)s exige proximidade de fatores: conhecer a cultura surda, a língua de sinais, a escola bilíngue, as histórias dos surdos implantados, o relato dos pais de filhos implantados; e que esses exercícios são importantes antes da decisão em relação à cirurgia de crianças surdas.

Palavras-chave: Implante coclear; Família; Cultura surda.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UNICENTRO. E-mail: keysecunha@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela UFSCar. Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: rosane.zen@uems.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



ENSINO DE PORTUGUÊS PARA ALUNOS SURDOS: O QUE MENCIONAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Simone Aparecida Migon¹
Loremi Loregian-Penkal²

A Língua Portuguesa é a língua oficial do Brasil, em modalidade oral e escrita para os sujeitos ouvintes, embora existam muitas outras línguas faladas e utilizadas no dia a dia dos brasileiros. Já a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa são as línguas que fazem ou devem fazer parte da educação do público surdo. Os surdos têm esse direito garantido em lei, como o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, organizando escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, e estes espaços devem viabilizar condições de comunicação, garantia e direito ao aprendizado, tanto da língua sinalizada quanto da língua de referência do país, em modalidade escrita. A garantia do acesso deste público aos conhecimentos escolares na língua de sinais e no ensino da Língua Portuguesa como segunda língua é um modo de promover o processo educativo formativo de qualidade. Assim, neste estudo, realizamos um levantamento bibliográfico sobre as garantias de ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos de escolas públicas, do ensino fundamental, perante as políticas públicas de inclusão. Buscamos, pois, responder às seguintes perguntas de pesquisa: (1) quais são as garantias de acesso de uma segunda língua aos sujeitos surdos? (2) Existem barreiras quanto ao aprendizado da Língua Portuguesa? Na proposta da educação bilíngue, Língua de Sinais e Língua Portuguesa, o objetivo é oportunizar melhor desenvolvimento dos alunos surdos quanto ao uso dessas línguas, facilitando o aprendizado e promovendo maior inclusão. Com o conhecimento sobre a legislação vigente e o reconhecimento da Libras, mudanças podem ser exigidas no ambiente escolar para que as necessidades educacionais especiais do aluno com surdez possam ocorrer de maneira satisfatória.

Palavras-chave: Língua de sinais; Língua portuguesa; Políticas públicas.

¹ Doutoranda em Letras (PPGL/UNICENTRO). E-mail: simonemigon17@gmail.com

² Doutora em Letras/Linguística, com pós-doutorado em Sociolinguística, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO. E-mail: lpenkal@unicentro.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



SIMPÓSIO 5 “Literatura nacional: o que nos impõe e nos representa?”

Coordenador
Prof. Dr. Dejair Dionísio

A literatura brasileira, segundo o crítico literário e sociólogo Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* (2000, p. 102) impõe “até o sociologicamente expressivo ‘Grito imperioso de brancura em mim’ de Mário de Andrade - que exprime, sob a forma de um desabafo individual, uma ânsia coletiva de afirmar componentes europeus da nossa formação. Na lenta maturação da nossa personalidade nacional, a princípio não nos destacávamos espiritualmente dos nossos pais portugueses. Mas à medida que fomos tomando consciência da nossa diversidade, a ele nos opusemos, num esforço de autoafirmação, enquanto, do seu lado, eles nos opunham certos excessos de autoridade ou desprezo, como quem sofre ressentimento ao ver afirmar-se com autonomia um fruto seu”. Notamos como a intervenção do “pai” europeu, servirá de viragem para as discussões literárias e a literariedade que, “muito amiúde, nos romances modernos, não se trata de uma ou de algumas poucas personagens, cujos destinos são perseguidos, uns ligados aos outros” (Auerbach, 2011, p. 491) no que podemos considerar no prefácio de *Olhos de Azeviche* como “a insurgência de homens e mulheres negras frente a todas as adversidades que foram impostas, também se dá no campo literário, e rasurando os padrões estéticos, linguísticos e semânticos autorizados, pela elite letrada, que um conjunto de escritoras e escritores negros vêm, desde o século XVIII, criando espaços e construindo frestas, na tentativa de deixar sua experiência autoral registrada [...] que possuem o binômio oralidade/memória como meio de difusão” (Felisberto, 2017, prefácio). Assim, o que intentamos, é acolher propostas que dialoguem com essa ruptura na literatura, que contemplem os desafios que ainda se impõem para as representações literárias.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



LITERATURA LGBTQIAPN+ NA CULTURA POP: RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE/MOVIMENTO

Ádri Valadares Amarante¹

Esta proposta de projeto de pesquisa tem a finalidade de ressaltar a resistência da comunidade LGBTQIAPN+ mostrando os seus obstáculos e dificuldades para viver em uma sociedade desigual e conservadora, em que a resistência se fortalece na cultura pop, manifestando a sua capacidade e força de representatividade no mundo. Lutar pelos direitos e pela liberdade é algo importante para a comunidade, em que o sentimento de pertencer a um espaço demonstrando o interesse de socializar nesse ambiente pelo gay, lésbica, transexual e tantas outras pessoas da comunidade, é acolhido com empatia e a positividade intensifica a livre vontade de existir. Para exemplificar e discutir essa temática, será destacado o livro literário do autor Abdi Nazemian, *Tipo Uma História de Amor*, e outros objetos de estudo/pesquisa, o protagonista deste livro chama-se Art, um garoto gay que se orgulha em fazer parte do movimento gay e protestos da comunidade como um ato de manifestar a resistência em viver, ultrapassando obstáculos e conflitos que tentam tirar a sua felicidade de ser quem é. Esta pesquisa tem o foco descritivo, de caráter bibliográfico centralizado nos estudos do pesquisador e professor de diversidade Christian Gonzatti e pelo professor e escritor Renan Quinalha, ambos são especialistas sobre o ato de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ na cultura pop. Ainda é pouco discutido sobre essa temática, por isso para que haja debates sobre esse assunto, esta pesquisa é um incentivo para aprofundar e enriquecer os conhecimentos para a sociedade em geral sobre a nossa diversidade.

Palavras-chave: Resistência; Cultura pop; Literatura LGTBQIAPN+.

¹ Graduando Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa. UNICENTRO. E-mail: adriamaranteava@gmail.com



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



INSUBORDINAÇÃO NA LITERATURA PRETA: O POEMA “TRINDADE”, DE GUELL WAAR ADÚN

Dejair Dionísio¹

A presente comunicação busca problematizar os percursos nos *carrefour*/encruzilhadas literárias no panorama da poesia brasileira. Ausentes nos anais do que se considera o basilar para os estudos da produção literária em solos da mata atlântica mais ou sul dos continentes americanos, notamos a indiferença e, às vezes, certo olhar esvaziado de sentimento de pertencimento quando a pena da produção tinge de preto o papel quase sempre branco, com outro olhar de negação de pertencimento poético para além do óbvio (segundo o que se considera produção estética). A escrita preta negada, se alvoroça na quebrada e na encruzilhada, fazendo vibrar tridentes, trindades, três vezes negando e três vezes aceitando o óbvio: que a produção de conhecimento não tem cor, mas se faz sempre no mesmo lugar: no mercado. Justamente o mercado aonde tudo se ganha e tudo se consegue, aonde tudo aponta simbologias e faz com que o olhar não se perca da natureza que a produz. Com esse cuidado, pretendemos observar como a lógica da troca, no lugar onde deve acontecer, nos faz acender o pavio e iluminar com a luz mais preta, a literatura brasileira, pela pena cuidadosa de Guel Waar.

Palavras-chave: Literatura preta; Trindade; Poesia.

¹ Prof. Pós. Dr. pela UFMG-Universidade Federal de Minas Gerais. Prof. colaborador no Departamento de Letras da Unicentro-Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. E-mail: dejair.dionisio@gmail.com



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



A LÍNGUA QUE NOS TORNA: A INSURGÊNCIA DA PO(ÉTICA) NEGRA EM WALDO MOTTA

Fernando Luís de Morais¹

A comunicação proposta busca esquadrihar a linguagem (po)ética do autor capixaba, negro-gay Waldo Motta, que realiza experiências dinâmicas para elevar corpos negros à plena condição de sujeitos em uma sociedade continuamente marcada por paradigmas eurocêntricos. O poema a ser analisado neste espaço intitula-se “Preceituário para racistas com receita de rebuçado e contra-receita de angu” e traça a representação desses corpos relegados ao limbo, rompendo padrões arbitrariamente estabelecidos. A análise por mim proposta destaca o poder estético dessas representações, focando no exercício de renovar o olhar sobre a materialidade corporal negra, degenerada por uma estrutura racista, que assegurou séculos de dominação política e feridas profundas em uma cultura ancorada em experiências brancas. Waldo Motta, representando uma visão antagônica, promove, assim, uma crítica das percepções desse Outro e busca reconstruir a realidade dos oprimidos. O poema sob escrutínio exemplifica a (po)ética do autor, revelando um eu lírico renitente e resistente diante da castradora realidade exterior, utilizando uma linguagem altamente carregada de consciência crítica e visceral. Em resumo, pretendo lançar luz sobre a importância das novas configurações linguísticas e discursivas de Waldo Motta como ferramenta de resistência e protesto, desafiando as coibições e periferizações dos sujeitos negros.

Palavras-chave: Materialidade corporal; Po(ética); Waldo Motta.

¹ Doutor, docente da Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). E-mail: dmorays_2@hotmail.com.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



ENTRE AS MAIS TOCADAS: RAP

Josiane Larissa Ramos¹

Há muitos anos a música faz parte da vida das pessoas, diferentes estilos, ritmo e letras, que representam inúmeras culturas, cada uma com suas características. Nos últimos anos, com a internet, tem surgido cantores de todos os jeitos e gostos, que fazem sucesso de um dia para o outro, as mais tocadas de 2010 até hoje são muitas. As músicas surgem, fazem sucesso por algum tempo e quando surgem outras a primeira é esquecida, por isso cantores precisam se reinventar todos os dias. Um dos estilos musicais que vem crescendo ano após ano é o rap, que foi rejeitado por muitos anos e hoje conquistando seu espaço e ficando entre as mais ouvidas em diversas redes sociais. Esse trabalho busca descrever o rap e como ele se apresenta na sociedade em forma de reivindicação, descrevendo seu surgimento e como ele chegou até aqui, buscando demonstrar, dessa forma, que o rap é muito mais que um estilo musical declarado, como nos diz (Lopes, 2017), é uma fonte cultural que engloba quatro vertentes culturais, entre elas DJ, MC, *breakdance* e grafite. Nesse trabalho apresentaremos dois grupos: o primeiro, Racionais MCs, presente desde o início do rap no Brasil, com milhões de *views* com o rap “Vida Loka 1” no qual descrevem a vida de pessoas abandonadas e, o segundo e consideravelmente novo, ADL, porém de grande importância e com os mesmos objetivos do primeiro. A letra apresentada é um *cypher* que reúne outros MCs também com muitos *views*. “Favela vive 5” traz inúmeras denúncias sociais. Ao apresentar esses grupos buscamos mostrar suas letras e suas histórias para que mais pessoas os conheçam. Concluímos que o rap nacional não é só um estilo musical, mas a voz de pessoas muitas vezes esquecidas.

Palavras-chave: Rap nacional; Racionais MCs; Favela vive 5.

¹ Graduanda do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, UNICENTRO.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



SIMPÓSIO 6 **Língua(gens), ensino e aprendizagem**

Coordenadoras

Profa. Dra. Cindy Mery Gavioli-Prestes (UNICENTRO)

Profa. Dra. Luciane Baretta (UNICENTRO)

Profa. Dra. Márcia Regina Pawlas Carazzai (UNICENTRO)



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



A LINGUÍSTICA E A EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DA SINTAXE EM CURSOS DE LETRAS E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO NA ESCOLA

Cindy Mery Gavioli Prestes¹

O ensino e a aprendizagem de língua portuguesa nas escolas podem ser considerados um reflexo do trabalho realizado em cursos de licenciatura, como Letras. Quando um dos temas abordados é as questões gramaticais, ainda se verifica um predomínio do ensino da regra pela regra, com especial atenção a recursos (meramente) mnemônicos, tanto na educação superior quanto na educação básica. Esta pesquisa discute o processo verificado no ensino superior que resulta em produtos como esses na educação básica, focando, especificamente, na sintaxe. Essa pesquisa, então, é de caráter interpretativista que toma como base autores como Larson (2009), Pires de Oliveira e Quarezemin (2016; 2020), Pilati (2017), Kenedy (2013), dentre outros, e pressupostos teóricos da teoria gerativa chomskiana. A partir da discussão e análise realizadas, o que se verifica, inicialmente, é uma confusão entre o ensino de norma padrão e de gramática, que acabam sendo entendidos como sinônimos. As especificidades de cada um deles acabam sendo apagadas, resultando em um ensino mais precário, carente, principalmente, do pensamento científico que é o centro do ensino gramatical. Para além disso, observa-se uma reflexão ainda incipiente na formação docente acerca dos fenômenos sintáticos da língua, deixando de se levar em consideração, em muitos casos, noções mais do que essenciais para uma compreensão adequada da sintaxe de uma língua. Exemplos disso são a noção de hierarquia sintática, necessária para a compreensão e explicação da ambiguidade, por exemplo, e de sintagmas, que são de suma importância para compreender como uma língua se estrutura e como se estabelecem as relações entre termos sentenciais, que colaboram, inclusive, na produção de sentidos de um texto. Conclui-se, portanto, que se tais entendimentos não são colocados nos cursos de formação docente, o resultado verificado na escola é um ensino pouco reflexivo acerca do funcionamento de uma língua em relação à sintaxe.

Palavras-chave: Ensino de sintaxe; Gramática como ciência; Gerativismo chomskiano.

¹ Doutora, UNICENTRO. E-mail: cprestes@unicentro.br



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



ENUNCIÇÃO E ENSINO: UM PERCURSO DA SIGNIFICAÇÃO

David William Moraes¹

Orientadora: Luciana Fracassi Stefaniu²

O trabalho aqui delineado é fruto das leituras iniciais no campo da Semântica da Enunção, a partir da produo bibliográfica do Professor Luiz Francisco Dias (UFMG), um dos pioneiros dos estudos enunciativos voltados ao ensino de Língua Portuguesa, aqui no Brasil, com ênfase no funcionamento dos aspectos morfológicos e sintáticos da nossa língua. Um dos materiais mais recentes, produzido por Dias, e que ainda será publicado no livro *O português brasileiro no cotidiano: enunção e ensino* (2020), é a série “Fundamentos”, na qual o autor trabalha com o conceito de produo de sentidos, de formao de enunciados e de enunção e ensino. Neste momento, vamos nos ater aos ensinamentos trazidos por Dias em “Fundamentos: produo de sentidos”, no qual ele nos traz uma viso científica, à luz dos estudos enunciativos, sobre a produo de conhecimento, a produo de sentido, os conceitos de enunciado, enunção, referencial histórico, pertinência enunciativa e redes enunciativas. Num primeiro momento, apresentaremos a definio que o autor traz para esses conceitos; num segundo momento, mostraremos alguns dos exemplos trazidos por ele ao longo do texto e, num terceiro momento, apresentaremos novos enunciados que circulam, no cotidiano, sustentados por diferentes referenciais históricos, com o intuito de mostrar como a significao vai sendo construída, considerando os vários papéis sociais que os falantes assumem na convivência em sociedade. Para esse gesto de interpretao que pretendemos expor, recorreremos a metodologia das redes enunciativas, trazida por Dias (2020), que nos permitirão visualizar a pertinência enunciativa que sustentou a produo e a circulao desses enunciados.

Palavras-chave: Enunção; Sentido; Significao; Luiz Francisco Dias.

¹ Graduando em Letras Portugues e Literatura de Língua Portuguesa, Grupo de Pesquisa Enunção em Cena. E-mail: davidwilliamoraes@gmail.com

² Pós-Doutora em Linguística, Grupo de Pesquisa Enunção em Cena. E-mail: lfracassi@unicentro.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA COGNITIVA PARA AS PESQUISAS EM LINGUAGEM

Dirlene Pereira de Freitas¹
João Pedro Azevedo Silveira²
Renata Thaís de Castro Dias³
Orientadora: Luciane Baretta⁴

Com o avanço das tecnologias, diferentes áreas do conhecimento buscam compreender como a linguagem é processada pelo cérebro humano. Desde a invenção do EEG, o eletroencefalógrafo, por Hans Berger, em 1929, muito se avançou em tecnologia e, conseqüentemente, no conhecimento acerca da relação mente/cérebro e linguagem. Mais especificamente, a partir dos anos de 1960, é possível aos pesquisadores, de diferentes áreas, como a (neuro)psicolinguística, a psicologia cognitiva, a linguística(cognitiva), a análise do texto, dentre outras, ter uma visão mais clara do funcionamento cerebral humano durante a realização de uma atividade cognitiva complexa. Com vistas a fazer um mapeamento dos estudos conduzidos no continente americano, nos últimos 15 anos (2008 a agosto de 2023), este projeto de pesquisa em nível de Iniciação Científica propõe um estudo de levantamento acerca das pesquisas que se utilizaram de ferramentas de imageamento cerebral (PET, EEG, fMRI, MEG...) para investigar os circuitos cerebrais implicados na execução de tarefas linguísticas. Estudos relacionados à ciência cognitiva, psicologia cognitiva, psicolinguística, memória, linguagem, leitura, e solução de problemas estão entre as áreas associadas ao aprendizado e que, tradicionalmente, apresentam especificidade e rigor científico nos protocolos desenhados para investigar os objetivos aos quais se propõem. Estas serão as principais áreas consideradas para o levantamento dos estudos a serem considerados nesta pesquisa, que busca estabelecer um panorama acerca das ferramentas tecnológicas disponíveis nos laboratórios, faculdades e universidades americanas utilizadas para a investigação do processamento da linguagem, isto é, da compreensão em leitura, auditiva, produção oral e escrita, em língua materna e estrangeiras/adicionais, no cérebro humano. Espera-se contribuir para a valorização das pesquisas conduzidas principalmente no Brasil, por meio da divulgação dos estudos que utilizam tecnologia para a investigação do processamento da linguagem pelo cérebro humano.

Palavras-chave: Cérebro humano; Processamento em linguagem oral e escrita; Língua materna e estrangeira.

¹ Graduanda, Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, EAD. UNICENTRO. E-mail: fdirlene.freitas@gmail.com.

² Graduando, Medicina. UNICENTRO. E-mail: silveira1324575@gmail.com.

³ Graduanda, Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, EAD. UNICENTRO. E-mail: renatathaiscastro@gmail.com.

⁴ Doutora em Letras Inglês, professora do DELET e do PPGL. UNICENTRO. E-mail: lbaretta@unicentro.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



PARA NÃO DORMIR NO PONTO NEM ENCHER LINGUIÇA: O USO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E PROVÉRBIOS POR ESTUDANTES HISPANOFALANTES

Gabriel Amancio de Oliveira¹
Orientadora: Cláudia Cristina Ferreira²

A língua sofre modificações conforme a comunidade linguístico-cultural, a época, o contexto comunicativo e a intenção. A comunicação é dinâmica e evidencia o tom, as cores e os sabores e as peculiaridades de cada comunidade, por isso há variações locais, regionais ou nacionais, evidenciando características próprias dessa comunidade linguístico-cultural. Nesse sentido, com este trabalho, temos o escopo de apresentar os resultados de uma pesquisa realizada, este ano, com estudantes de graduação hispano falantes regulares de uma instituição de ensino superior no que diz respeito ao (re)conhecimento de expressões idiomáticas e provérbios usados na comunicação cotidiana. O instrumento utilizado para a geração de dados foi um questionário respondido pelos participantes sobre expressões idiomáticas do espanhol e do português. Entendemos que as unidades fraseológicas são combinações de palavras, passíveis de variação de acordo com o idioma e os aspectos espaço-temporais, que representam a visão de mundo de um determinado grupo e, para seu entendimento, faz-se necessário compartilhar e dominar essas informações, caso contrário, não haverá uma comunicação eficaz (Corpas-Pastor, 1996; Ferreira, 2021; Ferreira; Durão, 2021; Monteiro-Plantin, 2014; Ortiz Alvarez, 2014; Xatara, 2013; Zuluaga, 2003). O ensino nas aulas de línguas, materna e adicionais, é um desafio para o docente que se reinventa diariamente para que os alunos se desenvolvam na língua alvo e tentem se aproximar de um contexto real de língua-cultura. Desta forma, concluímos que pesquisar e dominar fraseologismos, especialmente expressões idiomáticas e provérbios no ensino e na formação docente, minimiza os choques culturais e ruídos na comunicação, visto que ampliamos nosso caudal léxico-fraseoparemiológico, ademais de desenvolvermos as competências fraseológica e comunicativa, o que contribui para a aproximação da língua meta, bem como auxilia na comunicação oral e escrita.

Palavras-chave: Língua Espanhola; Expressões idiomáticas; Provérbios.

¹ Mestrando em Estudos de Linguagem (PPGEL), Universidade Estadual de Londrina. E-mail: gabrieloliveira@uel.br

² Doutora e docente associada da Universidade Estadual Londrina. E-mail: claucrisfer@uel.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



O CONHECIMENTO PRÉVIO PODE AMPLIAR OS RECURSOS DA MEMÓRIA DE TRABALHO

Giseli Cordeiro da Silva¹
Orientadora: Luciane Baretta²

A leitura, sem dúvida, é concebida como uma grande fonte não só de conhecimento ou entretenimento, mas também transformadora no intuito de gerar indagações proporcionando uma metanoia no pensamento humano. Independente do tipo ou gênero textual escolhido, a leitura atua “em benefício de uma experiência efetiva do conhecimento” (Miranda, 1992, p. 134). O estudo comparativo realizado por Miranda (1992) propõe uma reflexão entre duas grandes obras literárias brasileiras que refletem trechos de um momento histórico vivido pelo Brasil, a ditadura, e, para alcançar a compreensão dessa obra é necessário (ao leitor) não somente o conhecimento das obras e dos autores, mas também um conhecimento abrangente do momento histórico em que foram escritas. Todas essas informações facilitam a compreensão, pois a memória de trabalho consegue resgatar esse prévio conhecimento dos esquemas (Bartlett, 1932; Leffa, 1996) na memória de longo prazo do leitor, mantendo-o ativo no espaço operacional da mente, proporcionando uma interação com o conteúdo que está sendo lido, conduzindo o leitor a uma compreensão proficiente. Neste estudo adotou-se o método de revisão bibliográfica na área da linguística, perpassando um breve relato sobre a concepção do termo memória enfatizando a memória de trabalho que, aliada aos conhecimentos prévios proporciona ao leitor uma leitura mais enriquecedora em relação a aprender novos conceitos, ampliar pensamentos ou mesmo compreender os conceitos utilizados no texto (Kleiman, 2016; Souza, 2012; Pereira; Baretta, 2018). Essa função permite que o leitor produza inferências em relação à temática, explorando ao máximo a sua capacidade de compreensão e utilizando os limites de recursos disponíveis em sua memória de trabalho. Para tal atuação, é necessário um vasto conhecimento prévio por parte do leitor, visto que, sem a presença e disponibilidade desse fator junto à memória de trabalho, a leitura se torna difícil e limita a compreensão.

Palavras-chave: Memória de trabalho; Conhecimento prévio; Cenários organizados; Compreensão leitora.

¹ Doutoranda, PPGL/UNICENTRO. E-mail: giseli.neuropsico@gmail.com

² Professora Doutora, DELET e PPGL/UNICENTRO. E-mail: lbaretta@unicentro.br



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



ALICE NO PAÍS DA ROBÓTICA: UM ELO ENTRE A LITERATURA E O ENSINO DA ROBÓTICA EDUCACIONAL

Márcia Volani Cordova de Oliveira¹
Orientadora: Luciane Baretta²

Diante do vasto número de possibilidades que o advento da Internet trouxe, o processo ensino-aprendizagem também vem passando por transformações, visando a utilização de recursos tecnológicos para que os estudantes aprendam de forma mais dinâmica e significativa. Para Zilli (2004), a robótica educacional contempla o desenvolvimento pleno do estudante, permitindo a construção cultural e o torna independente e responsável como cidadão. Do mesmo modo, Candido (2000) defende que a literatura é um direito básico do ser humano, pois a ficção contribui para a formação e caráter dos sujeitos. Nesse cenário, partimos para a questão que norteia este trabalho: é possível encontrar um elo entre a literatura e o ensino de robótica? Para analisar esta questão, tomamos como base o construcionismo de Papert para fundamentar os pilares da robótica e a obra *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, para realização da análise. Um dos elos que podemos encontrar entre a obra e o ensino de robótica é a criatividade e a imaginação. No livro, a personagem se depara com um mundo fantástico e imprevisível, exigindo que Alice pense de forma criativa para superar os desafios que vão lhe sendo impostos ao longo da história. Semelhantemente, no ensino da robótica os estudantes precisam ser criativos na resolução de problemas e na produção de seus protótipos. Outrossim, na obra há uma narrativa que desafia as convenções lógicas e induz Alice a pensar de forma abstrata para sobreviver em um mundo tão peculiar. O ensino da robótica também estimula o pensamento lógico e abstrato, pois os estudantes precisam aprender a programar e resolver problemas utilizando algoritmos e raciocínio matemático. Outra característica em comum é que tanto Alice quanto os estudantes embarcam em uma jornada de exploração e descoberta, pois aprender robótica é a oportunidade de explorar os princípios da eletrônica, mecânica e programação, assim como a menina explorou um novo mundo. E, finalmente, a resolução de problemas, que desempenha papel central tanto na obra quanto nas aulas, exigindo a aplicação de conceitos e habilidades para encontrar soluções. Como resultado desta breve análise, foi possível perceber que, ainda que as conexões sejam mais conceituais, é possível encontrar um elo entre a obra e o ensino da robótica. Portanto, há a possibilidade de trabalhar com essas duas áreas, aparentemente distantes, por meio de projetos que promovam uma abordagem interdisciplinar relacionando literatura e robótica educacional.

Palavras-chave: Literatura; Robótica; Ensino.

¹ Doutoranda, PPGL/UNICENTRO. E-mail: volani.marcia@gmail.com

² Professora Doutora, DELET e PPGL/UNICENTRO. E-mail: lbaretta@unicentro.br



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



EDUCAÇÃO JURÍDICA E SUA RELEVÂNCIA NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES E APONTAMENTOS

Marieli Rosa¹
Micheli Rosa²

A pesquisa visa apresentar apontamentos sobre a Educação jurídica nas escolas e a importância de sua efetivação na atualidade. A relevância social e política de diálogos acerca do funcionamento do Estado Democrático de Direito relaciona-se, sobretudo, com o princípio de dignidade humana, visto que outros direitos serão permeados por ele. Desse modo, a escola torna-se um espaço para debates sobre a cidadania, direitos e deveres. Para isso, retomamos orientações contidas na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996) e os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998). Nesses documentos oficiais já encontramos direcionamentos em relação ao ensino jurídico. Além disso, a partir da *Base Nacional Comum Curricular* (2018) observamos e demonstramos, dentro da disciplina de Língua Portuguesa, aplicações de discussões e conteúdos sobre noções de Direito. O campo de estudos acerca da Língua(gem) e a área do Direito possibilitam diálogos frutíferos e viáveis de serem desenvolvidos pelos(as) professores(as). Nesse sentido, com base em debates referentes ao direito da população em ter acesso ao conhecimento sobre as noções jurídicas (Torres, 2003; Brandão; Coelho, 2011; Silva, 1999) analisamos os temas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dos últimos vinte anos, e constatamos a expressividade e frequência de assuntos que evocam o Direito. Desse modo, selecionamos alguns títulos para expor tais conexões e como as noções sobre dignidade humana circundam esses textos apresentados nas provas. Assim, consideramos que os resultados da pesquisa demonstram, dentro de uma educação emancipatória (Freire, 1996) a importância de trazer à tona conceituações e debates sobre a esfera jurídica nas aulas de língua portuguesa: direito, justiça e acesso à justiça, atravessado por temas como inclusão, violência contra a mulher, democratização, por exemplo, presentes no ENEM.

Palavras-chave: Direito; Ensino de Língua Portuguesa; Educação emancipatória.

¹ Mestre, Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: marielly_rosa@yahoo.com.br.

² Doutoranda, Universidade de Brasília. E-mail: michelly.hist@gmail.com



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



RETÓRICA E ESTILÍSTICA: HISTORICIZAÇÃO E DESDOBRAMENTOS *RHETORIC AND STYLISTICS: HISTORICIZATION AND IMPLICATIONS*

Stefane Katrini Koop¹
Tibério Bernardim de Oliveira²
Orientadora: Cláudia Maris Tullio³

O modo como a comunicação humana ocorre, através de suas mais plurais formas e finalidades, é objeto de reflexão dos estudos filosóficos desde a Antiguidade Clássica. Ao lado deste discurso, que marca a esfera da produção do conhecimento antigo, a retórica, do grego *rhêtorikê*, consolida-se como uma forma de se comunicar persuasivamente com o mundo. Por definição, a persuasão pode ser entendida como “o processo simbólico no qual os comunicadores procuram convencer outras pessoas a alterarem as suas atitudes ou comportamentos em relação a um assunto, através da transmissão de uma mensagem, num ambiente de escolhas” (Perloff, 2003, p. 8), sendo uma forma de comunicar que tem por objetivo influenciar e moldar um modo de agir ou um pensamento sobre determinado assunto. Tendo em vista tais pressupostos, o presente artigo objetiva descrever como se deu o desenvolvimento da retórica, traçando um percurso dos helênicos até suas noções contemporâneas, evidenciando, por fim, a noção moderna de estilística, área que se consolida nos estudos linguísticos ao focalizar as questões individuais da fala na modernidade.

Palavras-chave: Retórica; Oratória; Estilística; Percurso histórico

¹ Especialista (latu sensu) em Políticas Sociais pela Faculdade Unina (2018). Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2017) e graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma universidade (2020). E-mail: stefanekoopk@gmail.com.

² Graduado em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2022). Atualmente é graduando em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa - Educação a Distância/ UNICENTRO e pós-graduando *MBA em Marketing Digital e Social Media* pela Faculdade Unina.

³ Doutora em Estudos da Linguagem (UEL), Especialista em Metodologia do Ensino (UEPG), possui graduação em Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1994) e graduação em Licenciatura em Letras – Habilitação Português pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000). Atualmente, atua como Docente Adjunta da UNICENTRO e chefe do Departamento de Letras da mesma universidade.



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



TEXTOS COMPLETOS



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

PARA NÃO DORMIR NO PONTO, NEM ENCHER LINGUIÇA: O USO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E PROVÉRBIOS POR ESTUDANTES HISPANOFALANTES

Gabriel Amancio de Oliveira¹
Cláudia Cristina Ferreira²

Resumo: O uso de uma língua passa por modificações conforme os falantes e suas necessidades, ou seja, a comunicação, por não ser estanque, passa por variações locais, regionais ou nacionais, apontando características próprias dessa comunidade linguística. Desta forma, o objetivo deste trabalho é apresentar e analisar os resultados de uma pesquisa realizada com estudantes hispanofalantes regulares da Universidade Estadual de Londrina no que se relaciona ao (re)conhecimento de expressões idiomáticas (EI) e provérbios usados na comunicação cotidiana. Entendemos que os elementos fraseológicos são combinações de palavras que conformam expressões, passíveis de variação, que representam a visão de mundo de um grupo e que para seu entendimento há restrições como a proximidade com a cultura (Corpas-Pastor, 1996; Monteiro-Plantin, 2014; Ortiz Alvarez, 2014; Xatara, 2013; Zuluaga, 2003). O ensino nas aulas de língua materna e línguas adicionais é um desafio para o docente que se reinventa diariamente para que os alunos se desenvolvam e para o professor, que tenta aproximar os alunos de um contexto real de língua. Desta forma, concluímos que investigar sobre o uso da fraseologia e empregar expressões e provérbios no ensino e na formação docente combate os choques culturais e ruídos na comunicabilidade, além de fomentar a curiosidade dos aprendizes e otimizar o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo com a naturalidade na comunicação.

Palavras-chave: Fraseologia; Processo de ensino e aprendizagem; Língua espanhola.

Considerações Iniciais

O sistema educacional brasileiro tem experimentado mudanças ao longo das últimas décadas. Uma das abordagens no Ensino Fundamental tem sido o estímulo ao desenvolvimento de um senso estético que permite aos alunos “reconhecer, apreciar e compreender” as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto no âmbito local como global (BNCC, 2018, p. 65). No entanto, quando se trata do ensino de línguas, ainda persiste na sociedade brasileira um estigma que acaba promovendo o preconceito em relação às culturas locais ou regionais, em favor de um ensino baseado na língua padrão e em elementos culturais socialmente aceitos.

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, gabrieloliveira@uel.br

² Orientadora. Doutora em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, claucrisfer@uel.br



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Mas o que podemos considerar como uma língua padrão? Uma língua em que falamos utilizando uma gramática tradicional para ensinar a falar e escrever? Acreditamos que o ensino de línguas deve ir além de um material tradicional de ensino, assim como trabalhar os aspectos culturais sob um viés que contemple as diversidades e riquezas que as línguas apresentam. O português e espanhol são exemplos de idiomas que passaram por transformações para acompanhar as camadas baixas da sociedade, que precisavam se comunicar diariamente, mesmo com a falta de escolarização, diferentemente daqueles com acesso e que possuíam uma língua mais próxima do latim clássico (Nunes *et al.*, 2021, p. 4).

Por isso, o objetivo deste estudo é refletir sobre o uso de expressões idiomáticas (EI) e provérbios, elementos fraseológicos utilizados no cotidiano, passíveis de discriminação linguística pela sua não padronização no que tange à fala e ao ensino da língua espanhola. Além disso, almeja-se apresentar os resultados da pesquisa realizada com alunos de graduação e pós-graduação, realizada com discentes falantes naturais da língua espanhola, ou seja, que possuem o espanhol como língua materna e que, atualmente, estão matriculados em programas da Universidade Estadual de Londrina.

Este tema surgiu como proposta de investigação da disciplina *Pesquisa Sociolinguística*, ministrada pelas docentes Fabiane Cristina Altino e Vanderci de Andrade Aguilera, do programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina. A partir disso, dispusemo-nos a investigar se o grupo de estudantes internacionais da universidade, de países hispânicos, reconhecem e entendem o sentido de valor de expressões idiomáticas e provérbios provenientes de diferentes países hispanofalantes, além do que entendem por estes conceitos.

O artigo está organizado em cinco seções. Além da introdução, apresentamos pressupostos teóricos em que se relacionam língua, cultura e variação linguística e a sua relação com elementos fraseológicos. Posteriormente, a metodologia utilizada para a coleta de dados, feita mediante questionário aplicado. Em seguida, análise dos resultados obtidos e reflexão acerca da perspectiva que os participantes têm de expressões idiomáticas e provérbios. Por fim, considerações finais sobre o uso de



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

elementos fraseológicos na comunicação cotidiana e sua conveniência no ensino de línguas.

De grão em grão... Construto teórico

Nesta seção, contextualizamos, de forma breve, a relação entre língua e cultura, variação linguística e das unidades fraseológicas, com ênfase em expressões idiomáticas e provérbios para o ensino de línguas.

Língua e cultura: uma relação em espelho ou duas faces da mesma moeda?

Quando se trata de ensino de línguas, trabalhamos com a perspectiva de que aprender e ensinar uma língua vai além das estruturas gramaticais que a regem. Para desenvolver os aspectos comunicativos, é compreensível que os estudantes tenham contato com conteúdos que circulam na sociedade cuja língua meta é falada, além do acesso a materiais autênticos contribuem para uma boa interação com a língua, logo, há uma assimilação do que está aprendendo.

Junior (2012, p. 8) assinala que o termo língua faz alusão ao sistema linguístico estruturado e à disposição que os falantes têm em usá-la em sua comunicação diária. Durante as aulas de línguas, temos um ambiente de aprendizagem que propicia a aquisição de cultura, uma vez que abordamos, ainda que de forma indireta, aspectos de determinada comunidade linguística (Pilla; Gregolin, 2015, p. 04). Compreender que a língua está relacionada com a cultura, torna o espaço de aprendizagem dinâmico relacionando as estruturas para com as vivências diárias. Outro ponto é o contraste que podemos fazer com a língua materna do estudante.

Para cultura¹, ela é entendida como hábitos e costumes de determinado povo (Junior, 2012, p. 8), assim como a sua visão de mundo e os elementos que correspondem à sua realidade, fazendo com que estes contribuam para a sua forma de atuação e reconhecimento de mundo.

De acordo com Ferreira (2020, p. 16):

¹ Cultura possui diversos conceitos (Ferreira, 2020), no entanto, para este trabalho consideramos hábitos e costumes de um povo.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



A língua é viva, logo, possui caráter dinâmico, visto que fatores espaço-temporais, políticos e econômicos podem interferir em seu desenvolvimento, uma vez que a sociedade é composta por pessoas que sofrem transformações em diversos setores (pessoais, acadêmicos, profissionais), o que, conseqüentemente, acarreta mudanças linguísticas.

Por ser um sistema vivo e de caráter dinâmico, a língua pressupõe a interferência de fatores externos e isso possibilita que ela não seja estanque, justamente pelo contato de pessoas com culturas e línguas diferentes, transitando por diversas comunidades e localizações geográficas. Logo, elas são passíveis de mudanças linguísticas recebendo influência de estrangeirismos, como palavras do inglês, francês e outros.

Ensinar cultura em aula ou fazer com que os estudantes reflitam sobre a diversidade cultural não está explícito nos currículos, assim como não é um tema tratado de maneira crítica e reflexiva e com a atenção que as diversidades linguísticas requerem (Silva, 2016, p. 252).

Durante o processo de aprendizagem de uma língua, o estudante, em seu contato com diferentes culturas, constrói sua identidade linguística, que é composta pela sua língua materna e pela língua adicional. As identidades linguísticas se dão pelo processo de aproximação ou estranhamento sobre fatores relacionados à língua e à cultura. Temos, como exemplo, as variações linguísticas, colocadas como algumas de prestígio e outras não.

Em suma, consideramos que a relação entre língua e cultura é de indissociabilidade, visto que uma reflete a outra, tal como um espelho (Durão, 2002; Jiang, 2000) e também estão interligadas, entrelaçadas, tal como duas faces da mesma moeda, pois tanto compartilham elementos em comum, como possuem suas especificidades (Ferreira, 2020a, 2020b, 2021).

Um leque de opções: a variação linguística em foco

Por ser um sistema vivo e em constante movimento, as diferenças linguísticas podem ser percebidas em todas as línguas, mesmo naquelas faladas por pequenas comunidades de fala, em níveis fonético, fonológico, morfológico, sintático ou



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

semântico (Costa, 1996, p. 52). No mesmo território é comum encontrarmos palavras diferentes para os mesmos objetos ou utensílios como, por exemplo, o *geladinho*, composto líquido congelado em plástico produzido à base de frutas ou leite, que lembra um *picolé*. O *geladinho* recebe diferentes nomes ao redor do Brasil como: *sacolé*, *chup-chup*, *laranjinha*, *ju-ju din-din*, *ticolé*, *gelinho*, *dindim*, *flau*² etc.

As línguas, pois, sofrem variação linguística em diferentes contextos sejam locais, regionais ou nacionais, assim como ela acontece como uma forma de comunicação, verbal e não verbal, para interagir em sociedade, com isso, programar e basear o ensino de língua por meio de uma norma culta. Concordamos com o que pontua Santos (2004, p. 124), ou seja, favorecer o aluno com o domínio da língua culta sem respeitar a variedade linguística e suas perspectivas pode ter uma consequência como o bloqueio de expressividade oral ou escrita, ou a aquisição de uma familiaridade com o nível culto e língua, porém superficialmente.

Tais consequências podem dificultar o progresso do aluno no que se relaciona ao conhecimento de língua e cultura, assim como ao desenvolvimento de uma visão de que apenas determinada variante e norma da língua deve ser falada e contemplada, criando uma barreira linguística e, possivelmente, a supervalorização de uma variante em detrimento de outras.

De acordo com informações encontradas no site do Centro Virtual Cervantes,

A variação linguística é entendida como o uso do idioma condicionado por fatores geográficos, socioculturais, contextuais ou históricos. A maneira como os falantes usam um idioma não é uniforme, mas varia de acordo com suas circunstâncias pessoais, o tempo e o tipo de comunicação em que estão envolvidos. (Tradução nossa)³

Pleiteamos que a maneira como usamos uma língua não é uniforme, ou seja, a comunicação varia de acordo com fatores como tempo, tipo de comunicação. Uma vez mais, confirmamos que motivação geográfica viabiliza a variação, atrelado às

² Com base em: <https://www.purebreak.com.br/noticias/10-alimentos-que-tem-nomes-diferentes-pelo-brasil-mas-sao-a-mesma-coisa/21288>
<https://www.brastemp.com.br/experience/gastronomia/geladinho-gourmet>

³ Original: Se entiende por variación lingüística el uso de la lengua condicionado por factores de tipo geográfico, sociocultural, contextual o histórico. La forma cómo los hablantes emplean una lengua no es uniforme, sino que varía según sus circunstancias personales, el tiempo y el tipo de comunicación en que están implicados.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

motivações socioculturais, contextuais ou históricas. Sendo assim, a possibilidade de encontrar um dialeto homogêneo se torna um desafio.

No que concerne à homogeneidade, as pessoas de uma comunidade linguística podem até pensar que falam a mesma língua, mas não exatamente, visto que toda língua é um conjunto heterogêneo e diverso devido às relações estabelecidas pela sociedade humana (Costa, 1996, p. 52).

No ensino de língua espanhola, Xavier (2013, p. 3) argumenta que é “imprescindível ter claro que as línguas naturais sofrem mudanças e que esse é um atributo inerente às línguas vivas”. A autora também pontua que há uma visão propagada de que o espanhol peninsular seja o único que se deve ensinar, o que ignora suas variantes e abre espaço para preconceitos linguísticos, o que pode ser prejudicial para o ensino. Além disso, essa perspectiva eurocêntrica vai ao encontro da concepção colonial de ensino de língua.⁴

A fraseologia e o ensino de línguas

A fraseologia é uma área ligada à Linguística Aplicada, que vem conquistando cada vez mais espaço. Trata-se de unidades léxicas formadas por mais de duas palavras gráficas que se caracterizam pelo seu uso frequente, além de ser composto por diferentes graus de idiomaticidade e variação (Corpas-Pastor, 1996, p. 20). Dentro dessas construções, temos locuções ou frases cristalizadas, ou semicristalizadas, reconhecidas pelos falantes de uma comunidade e que admitem alterações de maneira restrita (Xatara, 2013, p. 48).

A implementação da fraseodidática no ensino de línguas proporciona maior contato com elementos fraseológicos, uma vez que são expressões fixas na linguagem cotidiana, nos diferentes tipos de discurso (Zuluaga-Gómez, 2003, I). O emprego, os exemplos e as explicações sobre fraseologismos auxilia alunos a se apropriarem do idioma, pois o estudante desenvolve a competência fraseológica e, conseqüentemente, a competência comunicativa, tornando a comunicação (oral e escrita) mais fluida e eficaz.

⁴ Não entraremos na discussão sobre as concepções decoloniais de ensino de línguas, pois foge do escopo deste trabalho.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Entendemos que as UNs⁵ são elementos que fazem parte de uma língua em uso, como provérbios, expressões idiomáticas, gírias, entre outras construções feitas. A título de exemplo, temos *cachorro sem dono*, expressão idiomática usada para dizer que alguém não para em lugar algum, mas sim que fica vagando por diferentes lugares. A referência da expressão é passível de não compreensão para aqueles que não fazem parte da comunidade que a utiliza ou que não teve contato com essa expressão.

As EI e os provérbios são usados diariamente complementando a comunicação, deixando-a mais fluida, acompanhando conversas informais, comuns e recorrentes (Oliveira, 2022, p. 17). Elas podem ser definidas como uma unidade sintática e semântica com uma estrutura cuja unidade lexical é conotativa e se refere a uma realidade específica com um sentido particular (Ortiz Alvarez, 2011, p. 23). Tanto as EI quanto os provérbios refletem como uma comunidade visualiza e compreende a realidade. Quando dizemos em espanhol *el que se va para barranquilla, pierde su silla y se sienta en una puntilla*, um provérbio usado na variante colombiana do espanhol cujo equivalente é *quem foi à roça perdeu a carroça*.

Os elementos apresentados têm uma relação com expressões e provérbios do português e espanhol, assim como representam uma comunicação diária de falantes naturais de ambas as línguas. Isso contribui para uma comunicação próxima ao real e minimiza choques culturais, além de enriquecer e possibilitar o conhecimento linguístico dos aprendizes.

Procedimentos metodológicos

Nossa investigação é de natureza exploratória, pois o objetivo aqui é o aprimoramento de ideias a partir do levantamento bibliográfico (Gil, 2010, p. 41). Assim, também procedemos a um levantamento bibliográfico com o intuito de analisar as contribuições de pesquisadores que trabalham com as unidades fraseológica e fraseodidática, assim como a relação entre língua e cultura, além de alguns dos autores revisados (Corpas Pastor, 1996; Ferreira, 2020a, 2020b, 2021; González Rey,

⁵ Incorporamos as UNs como a abreviação de Unidades Fraseológicas.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



2012; Gregolin, 2015; Junior, 2012; Ortiz Alvarez, 2011; Pilla; Silva, 2016; Xatara, 2013; Zuluaga-Gómez, 2003).

Partimos da revisão bibliográfica, pois ela permite que o investigador consiga alcançar melhores resultados durante a revisão de literatura, além de dar melhor direcionamento para a pesquisa e a facilidade de acesso às plataformas acadêmicas digitais (Gil, 2010; Sousa; Oliveira; Alves, 2021). Classificamos este trabalho também como qualitativo e interpretativista, uma vez que analisaremos as percepções de estudantes hispânicos da universidade e seu conhecimento sobre expressões idiomáticas e provérbios que circulam nas comunidades com o espanhol como língua primeira.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi elaborado um questionário e aplicado aos estudantes hispânicos matriculados em cursos da universidade. O questionário⁶ foi disponibilizado de 25 de maio a 25 de junho de 2023. Os participantes voluntários responderam questões relacionadas ao reconhecimento, conceito e uso de expressões idiomáticas e provérbios, assim como relataram situações em que houve ruído na comunicação ao serem empregadas por falantes brasileiros.

As respostas coletadas serviram para a análise com o intuito de conhecer a percepção que os participantes têm sobre elementos fraseológicos. O contato com os colaboradores se deu por meio do projeto Café Intercultural, organizado pela docente Viviane Ap. Bagio Frutuoso, em parceria com a ARI⁷, em que estudantes internacionais se reúnem em diferentes espaços da universidade para compartilhar suas vivências acadêmicas e pessoais no Brasil. Por meio das atividades, conhecemos os participantes e em um momento solicitamos que respondessem o formulário disponibilizado em *Google Forms*.

Resultados

Conforme delineado na seção dos fundamentos metodológicos, foi disponibilizado um comunicado com o intuito de coletar informações sobre expressões

⁶ Sob orientação da docente, não acionamos o comitê de ética da universidade por se tratar de uma pesquisa como trabalho final de disciplina. Contudo, proporcionamos aos participantes um termo de consentimento livre e esclarecido.

⁷ Assessoria de Relações Internacionais, site: <https://www.uel.br/ari/>

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

idiomáticas e provérbios por parte dos alunos regularmente matriculados na instituição universitária. Os participantes foram solicitados a responder a um total de doze questões, que consistiam em perguntas de natureza tanto objetiva quanto dissertativa. Para avançar para a próxima seção, as respostas eram obrigatórias, entretanto, os participantes poderiam indicar caso não possuíssem conhecimento para responder a determinada pergunta, sendo assim, eles se limitavam a responder apenas ao que se sentiam aptos. A seguir são apresentadas as questões do formulário:

No quadro 1: Perguntas inseridas no formulário *Google Forms*

- 1) ¿Sabe qué son expresiones idiomáticas y proverbios? Sí o No
- 2) ¿Cómo define las expresiones idiomáticas?
- 3) ¿Cómo define los proverbios?
- 4) Si sabe que son expresiones idiomáticas, ¿podría citar dos ejemplos y su significado en español?
- 5) ¿Conoce alguna expresión idiomática del portugués? Transcríbelo(s)
- 6) ¿Conoce algún proverbio del portugués? Transcríbelo(s)
- 7) Para usted, ¿cuál es el papel de las expresiones idiomáticas y de los proverbios en la comunicación? Transcríbelo(s)
- 8) ¿Qué entiende por la expresión a continuación? *Los de afuera son de palo*
- 9) ¿Qué entiende por la expresión a continuación? *Hacer de chivo los tamales*
- 10) ¿Qué entiende por la expresión a continuación? *El perezoso trabaja doble*
- 11) ¿Qué entiende por la expresión a continuación? *¡Jóvenes a la obra, viejos a la tumba!*
- 12) ¿Usted ya ha pasado por alguna situación de choque cultural, ruido en la comunicación o malentendido por desconocer alguna expresión idiomática y/ o proverbio?

Fonte: Elaborado pelos autores

Como podemos observar, as perguntas foram elaboradas para saber a percepção que os falantes hispânicos tinham sobre as expressões idiomáticas e os provérbios e se passaram por alguma situação de choque cultural ou ruído na comunicação pelo não conhecimento. Tivemos a resposta de sete participantes cujas nacionalidades são variadas, a saber: Argentina (1), Colômbia (4), Equador (1) e Guatemala (1). Três participantes de graduação e quatro de pós-graduação. Em seguida, apresentamos as respostas que os participantes deram para esta pesquisa.

No que se refere à pergunta 1, de natureza discursiva: *¿Sabe qué son expresiones idiomáticas y proverbios?* em que os participantes deveriam responder



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



sim ou *não*, todos responderam positivamente sobre o conhecimento relacionado às expressões idiomáticas e os provérbios. Isso foi confirmado na resposta das perguntas posteriores 2 e 3: *¿Cómo define las expresiones idiomáticas? ¿Cómo define los proverbios?* Para a pergunta 2, relacionada com expressões idiomáticas, tivemos as seguintes respostas

Participante 1: Frase que tiene un significado diferente dependiendo del contexto.

Participante 2: Son frases o expresiones que se repiten de forma calcada siempre, no puede alterarse la estructura de la oración. En general las utilizamos diariamente, aunque podemos observar que muchas de ellas son utilizadas con mayor frecuencia por personas adultas, más que por los jóvenes.

Participante 3: Son expresiones que no tienen un sentido literal y que solo cobran sentido dependiendo del contexto.

Participante 4: Son conjuntos de palabras que obtienen un significado diferente al que tendrían si estuvieran separadas.

Participante 5: Forma de frases o expresiones que se hablan en nuestra cultura cotidiana.

Participante 6: Las expresiones idiomáticas las defino cómo expresiones dichas que no siguen su significado literal y dependen de su contexto.

Participante 7: Son frases cuyo significado no es literal (si se traduce a otro idioma no tendría mucho sentido), pero que adquieren un significado diferente dependiendo del contexto.

Conforme a resposta dos participantes, constatamos que eles têm conhecimento do que são as expressões idiomáticas. Tivemos um número considerável de respostas de que as relacionam a frases que têm um significado diferente dependendo do contexto, assim como um conjunto de palavras que refletem o cotidiano. As respostas dos participantes 2, 4, 6 e 7 se encontram quando afirmam que “são expressões que se repetem, não dispõem de um sentido literal cujas palavras teriam um sentido diferente, caso estivessem separadas”.

Na pergunta 3 sobre a definição de provérbio, tivemos as seguintes respostas

Participante 1: Frase tradicional de una región.

Participante 2: no sabría definirlos.

Participante 3: Son tipos de expresiones en forma de metáforas que intentan explicar una situación de manera coloquial.

Participante 4: Son frases que tienen como objetivo dar algún consejo o pasar alguna enseñanza.

Participante 5: Como frases que dejan una enseñanza.

Participante 6: Un proverbio se define cómo frases específicas a una región que se mantienen en el tiempo y tienen un significado ligado a un contexto o acontecimiento.

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Participante 7: Son frases que tienen un fin moral o de enseñanza.

Para a definição de provérbio (pergunta 3), constatamos que os participantes o compreendem como frases próprias de uma região que têm como objetivo passar um ensinamento para um ou ambos os interlocutores, uma “expressão em forma de metáforas que tentam explicar uma situação de maneira coloquial”. Observamos que a maioria respondeu saber o que são provérbios e apenas um declarou desconhecer sua definição.

Diante do inquérito referente a exemplos e significados de expressões idiomáticas (pergunta 4), evidenciamos que certos participantes atribuíram provérbios como expressões idiomáticas, corroborando assim a imperatividade de uma formação e um conhecimento adequado acerca do emprego desses elementos fraseológicos. Em seguida, segue-se a exposição das respostas contendo os exemplos e significados solicitados.

Participante 1: *Se le fue la mano*, que realizó una acción exagerada. **Como anillo al dedo**, cuando algo es perfecto para una situación.

Participante 2: *A caballo regalado no se le miran los dientes* (si te hacen un regalo, es bueno aceptarlo siempre, sin emitir juicio de valor sobre ello, simplemente agradecer). **Más vale pájaro en mano, que cien volando** (es mejor asegurarse una cosa y hacer lo posible por conseguirla, que desear obtener todas y quedarse sin nada).

Participante 3: *Eso está muy mamey!* (Significa que algo es muy fácil de hacer), qué bacano (cuando algo es bueno, agradable), **UD es mero pato** (cuando una persona es fastidiosa o jocosa).

Participante 4: *Hecharse flores* - Alabarse a uno mismo; **dejar plantado a alguien** - no presentarse a una cita con alguien.

Participante 5: *¡Esto es muy chévere!* (Es algo bacano) **¡Severo parce!** (También puede ser muy bacano) **qué chimba** (también puede ser algo bacano, pero también puede ser algo pirata o feo) **de tal palo tal astilla** (el hijo de parece al padre o la madre) **ya estiró la pata** (se murió) **es pan comido** (muy fácil).

Participante 6: *Mas sabe el diablo por viejo, que por diablo*: quiere expresar que el conocimiento viene de la experiencia, el tiempo etc, que por un cargo, un título, una clasificación etc. 2. **A quien buena sombra se arrima, buena sombra lo acobija**: de acuerdo a las personas que te rodean, a las que buscas o a donde pides ayuda, así mismo recibirás o será el resultado.

Participante 7: *Es pan comido* (es muy fácil) y *te están tomando del pelo* (te están bromeando).

Dentre as respostas fornecidas, recebemos dos participantes 2 e 6 os provérbios *a caballo regalado no se le miran los dientes*; *más vale pájaro en mano*,

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD

Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

que cien volando; más sabe el diablo por viejo, que por diablo e a quien buena sombra se arrima, buena sombra lo acobija. Por se tratar de expressões com elementos do cotidiano, os provérbios podem ser confundidos com as expressões idiomáticas. Ressaltamos, porém, que os provérbios têm uma intenção didática e moralizante, e o grau de idiomatismos são ditos com o interesse de ensinar condutas.

Por outro lado, expressões idiomáticas são fórmulas coletivas que portam vivências por vezes imemoriais de uma coletividade, podem ser tradicionais em uma comunidade, mas não contemplam ares de sabedoria. (Urbano, 2008, p. 41-42). Assim como as expressões idiomáticas *se fue la mano; como anillo al dedo; estar mamey; ser mero pato; hechar flores; dejar plantado; ser chévere; severo parce; ser chimba; tal palo, tal astilla; estirar la pata; ser pan comido y tomar del pelo*, são expressões que os participantes reconhecem de sua comunidade e, possivelmente, usaram em algum momento.

Para as perguntas sobre expressões idiomáticas e provérbios em português, obtivemos resultados para ambas que consideramos pertinentes de comparação. Para isso, organizamos uma tabela para poder compará-las posteriormente. Segue a tabela 2 elaborada com os resultados.

Quadro 2: Expressões idiomáticas e provérbios em português

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS	PROVÉRBIOS
Participantes 1, 2, 3 e 6 responderam desconhecer. Participante 5 respondeu não se lembrar. Participante 4 respondeu com: <i>bater o martelo</i> (tomar uma decisão final); <i>abrir mão</i> (renunciar algo ou alguém); <i>trocar seis por meia dúzia</i> (alterar e não fazer diferença). Participante 7 respondeu com: <i>ao pé da letra</i> (algo literal).	Participante 1, 2 e 6 responderam desconhecer. Participante 5 respondeu não se lembrar. Participante 3 respondeu com: <i>de grão em grão a galinha cheia o papo</i> ¹⁰ (aos poucos conseguimos o que almejamos). Participante 4 respondeu com: <i>de médico e de louco todo mundo tem um pouco; faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço; à noite todos os gatos são pardos</i> . Participante 7 respondeu com: <i>cachorro que late, não morde</i> (alguém que não apresenta tanta ameaça quanto parece)

Fonte: Elaborada pelo autor com os dados coletados

Para essa questão, as respostas dos participantes são interessantes para reflexão sobre o uso das EI e dos provérbios em português na comunicação, uma vez que tivemos quatro informantes que desconhecem esses elementos da língua



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



portuguesa; três responderem não conhecer para ambas; um participante respondeu não se lembrar. Três participantes apresentarem conhecimentos sobre expressões e provérbios.

Ao analisar as respostas da pergunta 7, sobre o papel das expressões idiomáticas e dos provérbios para a comunicação, obtivemos as seguintes respostas:

Participante 1: Enriquecer el lenguaje y dar una **identidad a una población**.

Participante 2: Las expresiones idiomáticas juegan un papel muy importante ya que nos permiten incorporar a nuestros diálogos, aspectos que de otra forma serían imposibles de transmitirse, tales como la jocosidad o la complicidad. Me gusta mucho usar expresiones idiomáticas en español y cuando las uso con mis amigas, siempre las hago reír, pues **se acuerdan de algún tío o abuelo que las usaba**.

Participante 3: Hacen parte de la comunicación diaria de las personas, según su **estrato, cultura, región** etc. Se utilizarán unos u otras expresiones idiomáticas ya que estas hacen parte de la identidad de toda sociedad.

Participante 4: **Nos ayudan a transmitir ideas** de manera más efectiva o más cómica, **facilitando la comunicación entre hablantes** de un mismo idioma.

Participante 5: Una forma de expresarse de forma rápida o diferente dependiendo del país, ciudad, pueblo, grupo familiar en fin.

Participante 6: **Originalidad del lenguaje de una región**. Puede transmitir una enseñanza con palabras más coloquiales y de forma metafórica, es decir, palabras fuera de contextos que adquieren significado dependiendo de una situación. La enseñanza del proverbio esta sujeta a la interpretación subjetiva de quién la recibe.

Participante 7: Expressões idiomáticas e provérbios fazem parte da cultura geral de um país/língua e **ajudam no domínio e na compreensão do idioma**, melhorando a comunicação entre os falantes nativos e não nativos.

Constatamos que os participantes têm conhecimento da relevância que as EI e os provérbios têm para a comunicação geral, como respostas como *identidad de una población, se acuerdan de un tío o abuelo, hace parte de la comunicación, según su estrato, cultura, región, nos ayuda a transmitir ideas, facilitando la comunicación, 'originalidad del lenguaje de una región e ajudam no domínio e na compreensão do idioma*. As respostas dadas pelos participantes a esta pergunta 7, refletem o que apresentamos neste trabalho sobre o uso de elementos fraseológicos e a sua relação com língua e cultura, uma vez que levá-los para o ensino e apresentá-los nas aulas de língua enriquece a formação cultural do aluno e minimiza o choque cultural a que eles estão expostos quando em contato com outras culturas.

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD

Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Posteriormente, questionamos nas questões 8, 9, 10, e 11, o entendimento dos participantes pelas seguintes expressões: *Los de afuera son de palo*; *Hacer de chivo los tamales*; *El perezoso trabaja doble* y *¡Jóvenes a la obra, viejos a la tumba!* No Quadro 3, apresentamos as respostas dos participantes para cada uma das expressões apresentadas.

Quadro 3 - Comentários sobre o entendimento de expressões – Questões 8, 9, 10 e 11

EXPRESSÃO	RESPOSTAS
<i>Los de afuera son de palo.</i>	<p>Participante 1: que la gente de afuera no importa.</p> <p>Participante 2: no debemos prestar atención a la opinión de las personas ajenas a nuestro círculo.</p> <p>Participante 3: quien no vive la situación no tiene motivación alguna para hacer algo.</p> <p>Participante 4: no se debe escuchar las opiniones externas en un conflicto en el que no pintan nada (¡Usando más expresiones idiomáticas!).</p> <p>Participante 5: que la gente de afuera son medio secos, o fríos.</p> <p>Participante 6: los extranjeros son muy fríos. Desconsiderados. Personas que no pertenecen a un lugar específico, son muy antipáticos.</p> <p>Participante 7: que no tienen relevancia los no involucrados en la situación.</p>
<i>Hacer de chivo los tamales.</i>	<p>Participante 1: engañar o mentir.</p> <p>Participante 2: no la conozco.</p> <p>Participante 3: Hacer tamales de chivo.</p> <p>Participante 4: Nada, es la primera vez que lo escucho.</p> <p>Participante 5: ¿Comerlos rápido?</p> <p>Participante 6: hacer los tamales con lo que hay, con lo que esté disponible.</p> <p>Participante 7: ni idea.</p>
<i>El perezoso trabaja doble.</i>	<p>Participante 1: es mejor hacer las cosas bien desde el inicio.</p> <p>Participante 2: quien tiene pocas ganas de trabajar, como lo hace con desgano y probablemente quejándose, trabaja más y gasta más energía en la queja (nunca escuché este proverbio).</p> <p>Participante 3: quien no hace las cosas bien desde el principio por ahorrar tiempo, tendrá luego que corregir lo que hace.</p> <p>Participante 4: inicialmente, por dejar de hacer un trabajo a consciencia, para remediarlo después el esfuerzo deberá ser mayor.</p> <p>Participante 5: que el perezoso siempre es que más va a trabajar por dejar todo a última hora.</p> <p>Participante 6: el que no hace las cosas bien, tendrá que trabajar el doble. el que deja todo a última hora por la pereza tendrá que trabajar el doble.</p> <p>Participante 7: que el que hace las cosas a medias o mal, tiene que repetir las.</p>
<i>¡Jóvenes a la obra, viejos a la tumba!</i>	<p>Participante 1: que se debe aprovechar la juventud.</p> <p>Participante 2: no sé, nunca lo escuché. Me parece súper fuerte la imagen que transmite con esa parte de viejos a la tumba.</p> <p>Participante 3: que los jóvenes están más aptos para trabajar en una obra, que los viejos que están más próximos a morir.</p> <p>Participante 4: los jóvenes aún tiene energía para hacer cosas, los viejos ya no están para esas cosas.</p> <p>Participante 5: jóvenes es la hora de trabajar y los viejos ya hicieron su trabajo y llegó el final de sus vidas</p> <p>Participante 6: aprovechar la juventud.</p> <p>Participante 7: los jóvenes tienen más energía.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados coletados



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



As respostas dos participantes com relação às expressões 8, 9, 10, 11, indicam que eles têm um conhecimento de determinadas expressões. A expressão *los de afuera son de palo*, foi entendida em sua totalidade, uma vez que ela faz alusão a que não devemos dar importância aos comentários alheios, pois quem vive a situação sabe pelo que está passando.

Para a segunda expressão *hacer de chivo los tamales*, tivemos diferentes respostas como desconhecimento, relacioná-la com preparo e alimentação, apenas um participante tinha conhecimento de que a expressão faz referência a ação de mentir, enganar ou decepcionar em algo, ou a alguém. Sendo assim, mesmo que falem a mesma língua, não são todos os falantes com conhecimento ou atribuem o mesmo significado para expressões.

Para a terceira expressão *el perezoso trabaja doble*, todos os participantes demonstraram compreensão no que diz respeito ao seu significado, uma vez que este provérbio se remete a quem faz um trabalho com pouca disposição e tem que refazê-lo. Este é um elemento que pode ser encontrado nos diferentes países.

Na quarta expressão *¡jóvenes a la obra, viejos a la tumba!*, observamos respostas de desconhecimento e que ela soa forte quando dita, além disso, a grande maioria dos participantes entenderam que ela se refere à juventude, quando o provérbio se remete àqueles que tem um pensamento retrógrado e não admite inovações e mudanças.

Para a última, questão 11, questionamos se houve alguma situação de choque cultural, ruído ou mal-entendido na comunicação e cinco participantes afirmaram positivamente, ou seja, apenas dois responderam que não passaram por situações adversas. Diante disso, evidenciamos que trabalhar com expressões e provérbios é pertinente para aprendizes de português e de espanhol, pois ruídos na comunicação podem ser combatidos ao se apropriarem desses conhecimentos que são fundamentais na comunicação (oral e escrita).

Considerações finais



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Com este trabalho, buscamos apresentar e discutir o uso de expressões idiomáticas e provérbios por falantes naturais do espanhol, que se encontram matriculados na Universidade Estadual de Londrina. A língua e a cultura estão relacionadas com o ensino de línguas tornando-as indissociáveis, pois não conseguimos apresentar elementos linguísticos sem que estes carreguem aspectos culturais de uma sociedade, comunidade (política, social, manifestações artísticas etc.)

Por meio da pesquisa, constatamos que os elementos fraseológicos compõem o léxico e a formação linguístico-cultural do estudante, viabilizando maior fluência e naturalidade na comunicação, possibilitando que se comunique de forma eficaz, evitando ruídos e choques culturais, isto é, aproximando-se mais de uma comunicação real. Ao nos dispormos a aprender uma nova língua, estamos sujeitos a novas exposições e experiências, posto isto, aprender usando expressões idiomáticas e provérbios, combatem possíveis choques culturais e preconceitos linguísticos no que compete à cultura e ao reconhecimento da realidade do outro.

Tivemos um número considerável de participantes que responderam de maneira positiva aos questionamentos. Entendemos que os participantes hispânicos têm um conhecimento global sobre o que são EI e provérbios, ainda que, por vezes, confundam ou não saibam necessariamente seus conceitos e como exemplificá-los. O fato de participantes experienciarem situações de ruído na comunicação com relação às EI e aos provérbios revelam a necessidade de dialogarmos e refletirmos sobre o ensino de palavras culturalmente marcadas, que podem ser encontradas em formato, por exemplo, de expressões idiomáticas e provérbios. O que demonstra a relevância de implementação desses elementos linguístico-culturais, bem como a importância da formação docente para, assim, otimizarmos o processo de ensino e aprendizagem de línguas.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

CORPAS PASTOR, G. **Manual de Fraseología española**. Madrid: Gredos, 1996. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/406855356/Corpas-PastorGloria-Manual-De-Fraseologia-Espanola-pdf>> Acesso em: 26 fev. 2022

COSTA, V. L. A. A importância do conhecimento da variação linguística. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 12, n. 12, p. p. 51-60, dez. 1996. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36022/22211>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

DURÃO, A. B. A. B. Língua e cultura: uma relação em espelho. **Folha Nossa**. Ano 2. n. 13. 2002b/ julho. p. 6-7.

FERREIRA, C. C. Nem preto no branco, nem oito ou oitenta: Matizes Culturais e seus desdobramentos no ensino e na tradução. In: SILVA JÚNIOR, A. F. (org.). **Conversas sobre ensino de línguas durante a pandemia**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 361-377. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/_files/ugd/18b7cd_bb0d43b971f04f94b26c92ae8b58a7a9.pdf Acesso em: 11 dez. 2022. ISBN: 978-65-5939-260-5

FERREIRA, C. C. Abre alas que eu quero passar. Não só a festividades se resume trabalhar (inter/trans)culturalidade: reflexões teóricas e propostas pedagógicas. In: FERREIRA, C. C.; MIRANDA, C. V. M. (orgs.). **(Re)Visões sobre o processo de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras/adicionais**: conjugação entre teoria e prática. Campinas, SP: Pontes, 2020a. p. 13-56.

FERREIRA, C. C. E por falar em cultura... Apontamentos teórico-práticos sobre matizes culturais no processo de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras/adicionais. In: FERREIRA, C. C. (org.). **Interlocuções e perspectivas investigativo-metodológicas sobre o ensino de línguas estrangeiras/adicionais**. Campinas, SP: Pontes, 2020b p. 19-50

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. In: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 41-56

GONZÁLEZ REY, M. I. De la didáctica de la fraseología a la fraseodidáctica. **Paremia**, 21. p. 67-84, 2012

JIANG, W. The relationship between culture and language. **ELT Journal**. Oxford University Press. Volume 54/4. October 2000. p. 328-334.

JUNIOR, O. V. **Língua e cultura inglesa**. Orlando Vian Jr. - 1. ed., rev. Curitiba, PR.

NUNES, D. L. *et al.* Língua como objeto de dominação: uma reflexão sobre o preconceito linguístico influenciado pelas relações de poder entre as classes sociais. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: **Realize Editora**, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81385>>. Acesso em: 08 jun. 2023.



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

OLIVEIRA, G. A. **Del putas, párame bolas que es chévere**: las expresiones idiomáticas en la enseñanza de español. 2022. Conclusión de la Carrera de Lengua Española - Centro de Letras y Ciencias Humanas, Universidad Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

ORTIZ ALVAREZ, M. L. Traduzir uma expressão idiomática não é quebrar galho, é descascar um abacaxi. *In*: SANTOS, C.A.B.; BESSA, C. R.; HATJE-FAGGION, V.; SOUSA, G. H. P. **Tradução e Cultura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 121-140.

PILLA, A. S.; GREGOLIN, I. V. Algumas percepções sobre a relação língua e cultura em propagandas de escolas de idiomas. **Revista Desempenho**, [S. l.], v. 1, n. 19, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rd/article/view/9624>. Acesso em: 6 jul. 2023.

SILVA, P. A. Cultura e interculturalidade no ensino de línguas: descobrindo caminhos possíveis. **Diálogo das Letras, Pau dos Ferros**, v. 05, n. 02, p. 245-265, jul./dez. 2016.

SANTOS, J. S. Letramento, variação linguística e ensino de português. **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão, v. 5, n.1, p. 119-134, jul./dez. 2004.

SOUSA, A.S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 28 out. 2021.

URBANO, H. Da fala para a escrita: o caso de provérbios e expressões populares. **Investigações**, Pernambuco, v. 21, n. 2. 2008.

XAVIER, D. L. S. O espanhol da América: considerações sobre a variação linguística e o ensino do espanhol como língua estrangeira. **Revista Eletrônica Pro-Docência/Uel**. Edição nº. 3, vol. 1, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>. Acesso em: 06 jul. 2023.

XATARA, C. M. Reconhecimento de expressões idiomáticas: para uma tradução adequada. **IDIOMA**, Rio de Janeiro, nº. 24, 1º. Sem.: 47-52, 2013.

ZULUAGA GÓMEZ, F. O. **Análisis pragmalingüístico de las unidades fraseológicas en español con atención especial a los refranes** (Tesis de Doctorado). Universiteit van Amsterdam (UvA), Amsterdam, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.udea.edu.co/handle/10495/2848>. Acesso em: 16 fev. 2022.

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

CULTURA POPULAR NO CONTO “SÃO MARCOS”, DE GUIMARÃES ROSA

Jaqueline Ruth de Mattos¹

Cláudio José de Almeida Mello (orientador)²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do conto intitulado “São Marcos”, da obra *Sagarana* ([1946] 2015), de João Guimarães Rosa, a fim de comparar os estigmas do protagonista José/Izé em relação à religiosidade presente na comunidade Calango Frito, com suas crenças provenientes da sociedade urbana a qual pertence. Buscamos compreender a formação de pré-conceitos do protagonista em relação à cultura popular da comunidade que visitou, associando seu pensamento com o pensamento cristão das elites para com a religião de matrizes indígenas e afro-brasileiras. Com o aporte teórico principal de Walter Benjamin, através da obra *O Narrador*, propõe-se um contraste entre os personagens José/Izé e João Mangolô, utilizando os conceitos de *Camponês Sedentário* e *Marinheiro Comerciante*, visto que a composição da identidade dos personagens é fundada em crenças distintas, o que nos permite identificar dois significados de mundo. Nessa mesma perspectiva, utilizar esse dualismo para refletir sobre o embate de religião travada pela Igreja Católica, no século XIII, contra religiões de outras matrizes e compreender a formação de pré-conceitos do narrador, mostrando seu desenvolvimento durante a narrativa, pois as amplas descrições nos ajudam a acompanhar a percepção do narrador. De um modo geral, concluímos que os ritos mágicos e as práticas religiosas são importantes recursos para a população da comunidade Calango Frito, uma vez que estão amplamente ligadas com sua formação cultural e de realidade. Após o exposto, vemos que o preconceito contra as práticas de magia em “São Marcos” nos revela um lado social obscuro, uma vez que nos mostra como o preconceito está arraigado em nossa sociedade desde o primórdio.

Palavras-chave: Religiosidade; Estigmas; Sociedade.

Considerações Iniciais

No livro *Sagarana* ([1946] 2015), de Guimarães Rosa, há um destaque para a cultura popular, que é caracterizada pela presença de personagens típicos oriundos do universo sertanejo. Essa cultura popular é encontrada ao longo dos nove contos que compõem a obra aliada à superstição e à religiosidade, também trazendo temas de amor e ódio, caracterizando as vivências e inquietações da humanidade.

Dentro desse campo de costumes regionais e religiosidade, o conto “São Marcos” ganha destaque por apresentar um vasto ambiente fantástico e mágico fundado pela sabedoria popular. Em nenhum momento da narrativa é mencionada a existência de igrejas, apenas a casa de João Mangolô, identificada como um centro religioso, que se faz entender que a sabedoria acerca da religião é transmitida

1 Graduanda em Letras Português, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: jaquelinemattos2002@gmail.com.

2 Doutor em Letras, professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: claudiomello@unicentro.br.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



oralmente, criando uma identidade coletiva para os moradores da comunidade de Calango Frito.

O enredo tem início com o narrador-protagonista José/Izé, médico recém-formado, fazendo um relato do período em que viveu na comunidade. Afirma que, naquele tempo, não acreditava na religião que teve contato naquele lugar, apesar de ter uma crença, vivia zombando dos ritos místicos, das práticas mágicas e dos feiticeiros conhecidos. Não raras vezes, o personagem era alertado sobre os males que suas palavras poderiam causar, mas isso não impedia suas atitudes intolerantes.

José tinha um desprezo especial por João Mangolô, um velho feiticeiro muito conhecido da região, que mais tarde, lançou um feitiço para que José perdesse completamente a visão. Quando o protagonista andava pelas matas da comunidade, sentiu seus olhos escurecerem, ficando instantaneamente cego, assim, fazendo com que o homem usasse seus outros sentidos para se localizar e sair daquele lugar.

Tomado pelo instinto de sobrevivência, lembrou-se da oração São Marcos e utiliza dela como arma de defesa, entoando no meio da mata. Logo reconhece o ambiente e percebe estar perto da casa do seu inimigo Mangolô, dirigindo-se para lá. Ao chegar ao local, travam uma luta corporal, em que José recupera a visão e tem a confirmação que o feiticeiro foi o responsável por lançar um feitiço que fez sua cegueira repentina.

Analisaremos os significados de mundo dos dois personagens: José e João, através dos conceitos de *camponês sedentário* e *marinheiro comerciante*, presentes na obra *O Narrador*, de Walter Benjamin, assim como analisaremos os conceitos religiosos fundantes da nossa sociedade, que refletem no modo como agimos e, por fim, representaremos o desenvolvimento de caráter que o protagonista consegue nos transmitir durante sua narrativa das experiências vividas.

O comportamento cético e preconceituoso do narrador em relação aos elementos místicos ganha destaque no conto, apresentaremos aqui uma proximidade desse pensamento com o pensamento cristão em relação às demais religiões. O conhecimento sobre o uso da magia se contrapõe ao desconhecimento dela, assim como duas tradições e crenças se encontram e entram em conflito: de um lado temos



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



o narrador vindo de um contexto urbano, de outro um feiticeiro com crenças provenientes do sertão mineiro e afro-brasileiro.

Os estigmas do protagonista em relação às tradições de religiosidade e misticismo de Calango Frito

A performance da narrativa (foco narrativo) é feita por José/Izé quando faz uma retomada do tempo em que viveu na comunidade Calango Frito, localizada em uma região de Minas Gerais. Desde o primeiro momento, o narrador demonstra um pensamento cético e, também, preconceituoso, referente a algumas práticas da religião do povoado, ceticismo esse que podemos ligar aos critérios pessoais do médico.

O conflito que nos interessa é sua relação com o velho feiticeiro João Mangolô, uma vez que o jovem busca, em todas as ocasiões, agredir verbalmente o representante religioso, o que acaba se desfazendo ao desenrolar da narrativa, pois José redimensiona sua postura e passa a agir de acordo com o ambiente ao qual está inserido, após um episódio de cegueira que se sucedeu instantaneamente quando estava sozinho em meio à mata fechada.

No primeiro momento, o narrador demonstra uma certa satisfação de sua tolerância e flexibilidade às crenças culturais, porém, percebemos que apresenta vários estigmas em relação às práticas da crença dos moradores – especialmente com João Mangolô. Essa flexibilidade de José apresenta alguns limites, como vemos:

Mas, feiticeiros, não. E me ria dessa gente toda do mau milagre: de Nhá Tolentina, que estava ficando rica de vender no arraial pastéis de carne mexida com ossos de mão de anjinho; dos vinténs enterrados juntamente com mechas de cabelo, em frente das casas; do sapo com uma hóstia consagrada na boca, e a boca costurada para ele não cuspir fora a partícula, e depois batizado em pia de igreja, e, mais, polvilhado de terra de cemitério, e, ainda, pancada nele sapo até meio-morrer, para ser escondido finalmente no telhado de um sujeito; e do João Mangolô velho-de-guerra, voluntário do mato nos tempos do Paraguai, remanescente do “ano da fumaça”, liturgista ilegal e orixá-pai de todos metapsíquicos por-perto, da serra e da grotta, e mestre em artes de despacho, atraso, telequinese, vidro moído, vuduísmo, amarramento e desamarração. (Rosa, 2015, p. 218).



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



José, então, identifica a população como “gente de mau milagre”, uma vez que suas práticas religiosas são vistas por ele como algo diferente, realizadas apenas com o propósito de ganhar dinheiro com a fé das pessoas. A discriminação expressa pelo médico é perceptível pela sua não aceitação dos costumes e tradições culturais desse ambiente que foi inserido.

Outro ponto bastante relevante na construção de significado desse pré-conceito, é a bagagem cultural da sociedade urbana de sua origem, o que podemos configurar como preconceito regional. Segundo Albuquerque Junior (2012, p. 11):

O preconceito quanto á origem geográfica é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província de um Estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre, mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior.

Estes pontos que o autor sugere condizem com a realidade do conto: Izé sempre reforçava, de maneira exagerada, as características dos moradores do povoado, fazendo com que essa afirmação se torne verdadeira através da repetição. Pensando no contexto do Brasil, podemos tomar como exemplo o preconceito que o Nordeste sofre de outros estados, como São Paulo, conhecida como a megalópole palco apogeu econômico, enquanto os nordestinos são vistos como “ignorantes” e “preguiçosos”.

Com isso, conseguimos colocar esse prejulgamento do protagonista nos moldes da indústria cultural, ou seja, que se utiliza de representações ideológicas de um grupo para duvidar da autenticidade das representações de outro. Dessa forma, José/Izé faria uso destas artimanhas do pensamento cristão, vindas de sua sociedade de origem e que é predominante em todo o mundo, para deslegitimar a pluralidade cultural da região de Calango Frito.

O contraste entre os personagens José/Izé e João Mangolô



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Como vimos anteriormente, o rapaz carregava uma bagagem de contextos urbanos, enquanto o velho feiticeiro, tinha sua crença proveniente de culturas indígenas dos sertões mineiros e afro-brasileiros. Utilizando os conceitos *camponês sedentário* e *marinheiro comerciante*, presentes na obra *O Narrador*, de Walter Benjamin, faremos uma comparação a respeito dos pontos de vistas dos personagens.

Segundo Benjamin (1994, p. 198):

‘Quem viaja tem muito que contar’, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair de seu país e que conhece suas histórias e tradições.

Estabelecendo uma comparação, o personagem José/Izé se assemelha com o narrador que vem de longe (marinheiro viajante), uma vez que vem de outros contextos sociais, narrando, dessa maneira, com certo grau de desconhecimento e ignorância religiosa. Já, João Mangolô se assemelha com o homem honesto (camponês sedentário), pois vive durante muito tempo no mesmo local, tendo contato com a multipluralidade de culturas que o ambiente carrega transmitindo-a de forma popular (geração para geração).

Com isso, vemos aqui uma dualidade: de um lado o pensamento cristão e cético, e do outro a crença em rituais místicos. Duas ideologias que se contrapõem durante toda a trama. De um lado temos o cristianismo, a religião predominante em todo o mundo, de outro, a cultura herdada dos indígenas e afro-brasileiros que, até hoje, é alvo de preconceito das elites do país.

Nosso país tem culturas bastante diversas decorrentes da miscigenação dos povos africanos e portugueses e, mais tarde, entre os imigrantes italianos, espanhóis, japoneses e alemães. Porém, não podemos excluir a desigualdade social entre a elite e a classe subalternizada do Brasil.

Os ataques a culturas acontecem, predominantemente, contra aqueles de origem africanas e indígenas, uma vez que são vistos como inferiores pela classe dominante, que utiliza o cristianismo como religião central, o que Guimarães Rosa



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



exemplifica com louvor em *Sagarana*, principalmente na relação dos personagens José e João, no conto em questão.

José, cristão, questiona o estabelecimento e configuração dos rituais do povoado, assim como a igreja católica condena religiões de matrizes diferentes. João, por sua vez, representa a classe subalternizada, que é perseguida e deslegitimada por aqueles que não têm conhecimento ou têm um prejulgamento proveniente do etnocentrismo.

Não deve ser segredo para ninguém (apesar das tentativas de apagamento da história oficial), que os indígenas e tudo que a eles pertenciam, sofreram com o achamento do Brasil (achamento sim, não se descobre o que já existe). Desde o começo da colonização aconteceram diversos apagamentos, das culturas, das religiões e, principalmente, das línguas. Toda a dominação aconteceu primeiro pela língua durante as catequizações, que não passavam de jogadas para impor medo através da religião.

Através do exposto, percebemos que muitos dos discursos de cunho preconceituoso da atualidade são apenas atualizações de um discurso etnocêntrico pertencente ao dispositivo colonial, uma vez que esse pensamento exaltava a língua, os costumes, a religião, a cultura dos colonizadores e julgavam (e perseguiam) tudo aquilo que fugisse desse padrão europeu.

A relação dos personagens se apresenta de maneira bastante conflituosa, o médico é responsável por diversos ataques que ferem a integridade do feiticeiro, o que não se difere da nossa história. A igreja católica já foi responsável por diversas perseguições, um exemplo é a inquisição, que caçava e punia os “desobedientes”.

Durante essa busca por hegemonia, muitos meios de punição, entre eles a morte, mancharam a história do catolicismo. Hoje em dia, essa história reflete no pensamento elitista, que apresenta a igreja católica como dona da verdade e redentora dos pecados da humanidade. O antigo Ministério dos Direitos Humanos trouxe dados que mostram uma denúncia de intolerância registrada a cada 15 horas



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

no Brasil, entre os anos 2015 e 2017³, um número absurdo para um país multicultural como o nosso.

Dito isso, José e João refletem uma sociedade alicerçada a um pensamento etnocêntrico, racista e intolerante. Os desdobramentos da trama mostram um personagem ignorante e outro que é silenciado por uma cultura dominante presente desde a Antiguidade.

O desenvolvimento do narrador

Durante a trajetória do protagonista, nota-se uma mudança de caráter e opinião: em primeiro momento, o protagonista exclui a existência multicultural do local, depois reconhece a cultura regional. Nesses desdobramentos, José/Izé deixa de lado sua tradição cultural intolerante e conservadora, depois passa a reagir conforme a realidade da comunidade Calango-Frito, após seu ato de distanciamento das pessoas e a proximidade com a natureza. Quando adentra a mata, passa a fazer parte daquele espaço até então desconhecido, e reconhece a natureza, nomeia plantas, sente-se, pela primeira vez, envolvido em si mesmo. Sua vontade de conhecer todas as coisas daquele lugar é o que motiva a observar minuciosamente cada detalhe e descrevê-los.

As amplas descrições nos ajudam a acompanhar a percepção do narrador. Antes narrava de maneira bruta e odiosa, mas, a partir do momento que tem contato com a flora e fauna, sua percepção muda e passa a tratar com delicadeza, desde o uso das palavras, até a formulação de poesias, como vemos:

Mas, as imbaúbas! As queridas imbaúbas jovens, que são toda uma paisagem!... Depuradas, esguias, femininas, sempre suportando o cipóbraçadeira, que lhes galga o corpo com espirais constrictas. De perto, na tectura sóbria — só três ou quatro esgalhos — as folhas são estrelas verdes, mãos verdes espalmadas; mais longe, levantam-se das grotas, como chaminés alvacentas; longe-longo, porém, pelo morro, estão moças cor de madrugada, encantadas, presas, no labirinto do mato (Rosa, 2015, p. 230).

³ Informação disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/1701-disque-denuncia-intolerancia-religiosa> Acesso em: 06 dez. 2023.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Seu encantamento se sobrepõe ao seu preconceito e faz com que ele sinta a necessidade de conhecer e meditar sobre as belezas do ambiente, a narrativa passa, então, a apresentar os sentidos do narrador como uma forma de buscar conhecimento.

Porém, sozinho no meio da mata, perde a visão: “como uma pancada preta, vertiginosa, mas batendo de grau em grau — um ponto, um grão, um besouro, um anu, um urubu, um golpe de noite... E escureceu tudo” (Rosa, 2015, p. 234).

José conhecia o lugar onde se encontrava, mas estava restrita a visão, é nesse momento que faz uso dos outros sentidos (tato, olfato, audição) para se localizar. Em seu instinto de sobrevivência, lembrou da reza “São Marcos”, que até o momento usava como uma forma de zombar de todos que acreditavam. Entoou no meio da mata.

Assim que conseguiu se localizar, segue furioso e a passos largos para a casa de seu maior inimigo, Mangolô. Apesar de ser bastante cético, durante uma briga corporal, consegue recuperar a visão e descobrir que era um feitiço que João lançou nele, amarrando uma fita nos olhos de um boneco.

Desde seu momento de maior dúvida em relação às práticas mágicas recorrentes, até o reconhecimento da natureza, a formação dos sentidos e a experiência mística pela qual passou, o narrador passa a aceitar os mistérios e a existência de coisas que fogem da explicação do raciocínio lógico. Izé aprende que as palavras têm forças e vida própria, podendo, até mesmo, servir como um instrumento de luta – como fez uso na reza São Marcos.

Considerações finais

Em “São Marcos”, João Guimarães Rosa traz aspectos da pluralidade cultural e religiosa do Brasil para compor a narrativa de um grupo social do interior de Minas Gerais. A representação do sertanejo, de práticas mágicas, da fauna e da flora, são as características que norteiam a trama. Dentre essas características, se sobressai o homem colocado em um contexto diferente daquele que conhece; as



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

ideias de fé e crença da comunidade Calango Frito; e a existência de um pré-conceito por parte do narrador-protagonista.

A religiosidade se faz fundamental para o desenvolvimento do ser humano, uma vez que propicia a reflexão acerca das grandes questões que inquietam a humanidade. De acordo com cada religião, condutas são aceitas ou não, variando de uma para outra. José deixa explicado que não acredita em feiticeiros, debocha daqueles que se dizem religiosos e efetuam ritos mágicos, entoa rezas zombando delas, agride verbalmente o líder religioso do local e se coloca como ignorante diante do desconhecido.

Inicialmente se coloca como “muito tolerante”, chega a se orgulhar disso, mas suas atitudes demonstram o contrário. O protagonista situa-se entre o saber popular e o erudito, quando dentro da mata fechada, fez reflexões sobre o homem e o sagrado, abrindo caminho para a compreensão das crenças.

Este trabalho buscou compreender a formação de pré-conceitos do protagonista em relação à cultura popular da comunidade que visitou, associando seu pensamento com o pensamento cristão das elites para com a religião de matrizes indígenas e afro-brasileiras.

Ao retrocedermos no tempo e observarmos a história da igreja católica, entendemos como ela foi responsável por grande parte do pensamento etnocêntrico existente. Em tempos de inquisição, toda e qualquer pessoa que duvidasse ou criasse teorias que fossem contrárias aos dogmas do cristianismo, eram consideradas hereges, perseguidas, torturadas e sentenciadas à prisão perpétua ou, até mesmo, à morte.

Atualmente o Brasil ainda apresenta manifestações etnocêntricas mascaradas no sentimento que os povos do sudeste e sul têm ao se sentirem superiores aos outros estados, principalmente ao nordeste. Segundo Porfírio, “no Brasil o etnocentrismo prevalece ainda hoje, pois o homem branco que aqui vive ainda enxerga o indígena como alguém atrasado socialmente”⁴.

⁴ PORFÍRIO, Francisco. “Intolerância religiosa”. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/intolerancia-religiosa.htm>. Acesso em: 27 jun. 2022.



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Os personagens José/Izé e João Mangolô representam o oposto, uma vez que cada personagem tem conhecimento religioso e social distinto, assim, fazendo alusão com a teoria do narrador, de Walter Benjamin, utilizando os conceitos de *camponês sedentário* e *marinheiro comerciante*. Sendo o protagonista assimilado com o marinheiro comerciante, pois carrega bagagem de um espaço diferente daquele narrado na obra e, Mangolô, com o *camponês sedentário*, por viver em Calango Frito, um ambiente multicultural, passando suas tradições de geração para geração.

Em linhas gerais, os ritos mágicos e as práticas religiosas são importantes recursos para a população da comunidade Calango Frito, uma vez que estão amplamente ligadas com sua formação cultural e de realidade. José/Izé, após recuperar a visão, consegue “ver o que antes não via”, ou seja, consegue repensar e compreender conceitos que antes não acreditava.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar: as fronteiras da discórdia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Preconceitos; v.3)

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

DIAS, Carina Monteiro. ARENDT, João Cláudio. Feitiço pega, uai? As práticas de magia no conto “São Marcos”, de Guimarães Rosa. **Periódicos Unifap**, Macapá, v. 8, n. 4, 2º sem., 2018

GODOY, Maria Carolina de. No caminho da magia, no caminho da poesia: A viagem no conto “São Marcos” de Guimarães Rosa. **Recorte – Revista eletrônica**, Mestrado em Letras: Linguagem, Cultura e Discurso / UNINCOR, v. 11, n. 2, jul.-dez., 2014.

PORFÍRIO, Francisco. “Etnocentrismo”. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/etnocentrismo.htm>. Acesso em: 29 jun. 2022

PORFÍRIO, Francisco. “Intolerância religiosa”. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/intolerancia-religiosa.htm>. Acesso em: 27 jun. 2022

RIBEIRO, Paulo Silvino. “Cultura Brasileira: da diversidade à desigualdade”. **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cultura-brasileira->



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



diversidade-desigualdade.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.

ROSA, João Guimarães. (1946). **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SANTANA, Jorge Alves. Dispositivos alteritários na religiosidade transcultural e nos aspectos ecocríticos de São Marcos, de Guimarães Rosa. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP**, n. 22, jul., 2019.

SILVA, José Aldo Ribeiro da. **Tematizações do sagrado em “São Marcos”, de João Guimarães Rosa**. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2016.

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MATERNIDADE PARA MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Márcia Elena de Brito¹
Célia Bassuma Fernandes²

Resumo: O presente trabalho apresenta reflexões sobre como a maternidade durante muito tempo tem sido discursivizada como sendo algo inerente ao sujeito-feminino. Ainda, buscamos analisar os efeitos de sentidos decorrentes dos discursos acerca da maternidade no contexto prisional, bem como verificar quais são as suas condições de produção e as relações estabelecidas na construção do sujeito-mãe. Desse modo, o *corpus* é composto por discursos jurídicos proferidos por um juiz/juíza em audiências de custódia. Este estudo está ancorado nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa propostos por Michel Pêcheux e por Eni Orlandi. Verificamos, neste trabalho, que o discurso jurídico, traz para o fio do discurso sentidos relacionados ao modo como o sujeito-mulher deve se portar quando exerce a maternidade. Além disso, esses discursos estão atrelados a fatores históricos e sociais que se perpetuam nos moldes da sociedade patriarcal.

Palavras-chave: Maternidade; Mulher; Análise de discurso.

Considerações Iniciais

A maternidade tem sido discursivizada através dos séculos como algo inerente ao sujeito-feminino. O mito do amor materno, conforme Badinter (1985), envolve construções históricas de que a mulher nasce predestinada a ser mãe, e que deve “aceitar” esse papel independentemente da situação.

Historicamente, a figura feminina deveria ser fiel e devota ao esposo e, além disso, dar-lhe filhos. Essa posição se perpetuou durante muito tempo no imaginário popular, masse lugar relegado à mulher foi se desconstruindo com o passar do tempo e atualmente a maternidade (na maioria das vezes) tornou-se opcional. Diante disso, a mulher conseguiu além de ter maior liberdade sobre seu corpo, ter direito sobre essa escolha. Embora, contraditoriamente, ainda circulem discursos enraizados sobre o lugar da mulher na sociedade, inscritos em formações discursivas machistas.

Desse modo, o mito do amor materno ainda cerca o sujeito-feminino, pois está enraizado o estigma que toda mulher em algum momento “deve” ocupar a posição de sujeito-mãe. Quando ela desconstrói esse discurso, causa estranheza. Badinter

¹ Mestra em Letras pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO) E-mail: marcia.elena23@hotmail.com

² Doutora pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras (UNICENTRO). E-mail: bacelfer@hotmail.com



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



(1985), entende a maternidade como uma construção social e salienta que o valor dado à maternidade foi se alterando de acordo com o tempo e que as concepções de maternidade são variadas e produzidas por diferentes práticas sociais, produzindo discursos variados.

Segundo Badinter (1985), no século XVIII, as mulheres entregavam seus filhos logo após o nascimento para as amas de leite cuidarem e amamentarem, e as crianças só retornavam à família após os dois anos de idade. A autora, questiona a existência do amor materno afirmando que os valores sociais influenciam nos desejos e decisões das mulheres e que, na época, isso era considerado algo “normal”.

Para Badinter (1985), quando falamos de maternidade, o assunto ainda é sagrado e não é incomum esse lugar ser associado à imagem da Virgem Maria, símbolo de pureza e amor verdadeiro para os que são católicos.

Todavia, se olharmos a maternidade por um viés que não aquele considerado “tradicional” surgem diversos questionamentos e evocações as quais buscaremos, por meio de uma análise discursiva, observar o modo como o lugar de mãe vem sendo construído na contemporaneidade em discursos presentes na pesquisa “Maternidade sem prisão diagnóstico da aplicação do Marco legal da Primeira infância para o desencarceramento de mulheres”, que trata de mulheres que cometem algum crime e como são julgadas no que concerne à maternidade.

Nesse sentido, podemos dizer que a maternidade é uma construção social e que os discursos que sobre ela ecoam, variam de acordo com as condições de produção, bem como das formações discursivas e ideológicas que interpelam o sujeito.

Portanto, esse trabalho tem por finalidade analisar dois discursos recortados da referida pesquisa, proferidos por um juiz/juíza em audiências de custódia³ para

³ A audiência de custódia é o instrumento processual que permite a toda pessoa presa em flagrante, independentemente da motivação ou da natureza de seu ato, ser obrigatoriamente apresentada, em até 24 horas da comunicação do flagrante, a uma juíza ou juiz competente, para ser ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão. [...] Na audiência, a juíza ou o juiz deve avaliar a legalidade e necessidade de manutenção da prisão até o término do julgamento, com o objetivo de conter o uso excessivo da prisão provisória. Além disso, deve verificar a ocorrência de alguma prática de tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante durante a abordagem policial que deva ser apurada pelo Poder Público. Para tanto, realizam perguntas para analisar o contexto da prisão e as condições pessoais da pessoa acusada. (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), 2019, p. 25).



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



mulheres presas. O aporte teórico utilizado é o da Análise de Discurso (AD) de linha Francesa, proposta por Michel Pêcheux e reterritorializado no Brasil por Eni Orlandi e pelo grupo de pesquisadores que se formou em torno dela, buscando verificar os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos do juiz/juíza, sobre o lugar de mãe na contemporaneidade.

Aporte teórico

A Análise de Discurso (AD), de vertente francesa é uma área de conhecimento que tem como o próprio nome sugere como objeto de estudo o discurso e foi instituída a partir da década de 1960 por Michel Pêcheux. Segundo a AD, o discurso não é totalmente livre, tendo em vista que o sujeito é assujeitado por determinações históricas e sociais, que determinam o que dizer e o que calar. Dessa forma, de acordo com Orlandi (1999, p. 15), “a análise do discurso não trata da língua e nem da gramática, embora ambas lhe interessem, mas da palavra em movimento, de práticas de linguagem, ou seja, de homens falando”.

A AD é interdisciplinar, já que seus conceitos principais derivam de três áreas distintas do conhecimento: da linguística, da psicanálise e do materialismo histórico. A AD, portanto, une os saberes desses três campos de conhecimento e constitui um novo objeto de estudo que é o discurso.

O sujeito na AD não é um sujeito individual ou empírico, mas um sujeito que é afetado ideologicamente e pelo inconsciente. Além disso, seu discurso é produzido a partir do lugar que ele ocupa em determinada formação social. Para Fernandes (2007, p. 82),

Precisamos sair da materialidade linguística em questão para compreendê-la em sua exterioridade, no social, espaço em que o linguístico, o histórico e o ideológico coexistem em uma relação de implicância, compreendidos como discursos.

Dentro dessa perspectiva, quando vamos analisar um discurso, é imprescindível aliar não somente o discurso por si só, mas também sua materialidade histórica, porque os sentidos são produzidos em relação às posições ideológicas e que, no discurso, representam a formação discursiva em que o sujeito está inserido.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



As formações discursivas (FDs) são entendidas por Pêcheux (2009, p.160, grifos do autor), como: “[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina pelo estado de luta de classes, *o que pode e deve ser dito* [...]”. Sendo assim, os discursos não possuem sentidos literais, mas podem significar diferentemente de acordo com a posição-sujeito na qual o sujeito está inserido.

Pêcheux (2009, p. 146) salienta que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (*em sujeitos de seu discurso*) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (grifos do autor). Em outras palavras, cada vez que os discursos são atualizados, seus sentidos podem ser mantidos ou encaminhados para outros sítios de significação.

Para Orlandi (1999), as formações discursivas estão sempre conectadas às formações ideológicas, pois:

Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca. (ORLANDI, 1999, p.43)

Portanto, há uma estreita relação entre discurso, linguagem e ideologia. Para a referida autora, os discursos nunca são neutros, pois vem carregados de marcas ideológicas que refletem a posição dos sujeitos envolvidos em sua produção. O discurso é, portanto, um meio pelo qual a ideologia se materializa e exerce seus efeitos. A autora ressalta que a ideologia não constitui

[...] um conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há, aliás, nem realidade sem ideologia. Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da reação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo a termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário (ORLANDI, 1999, p. 48).

Por conseguinte, a ideologia não pode ser entendida como um conjunto de representações, mas como “efeito da relação necessária do sujeito com a língua e



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



com a história para que haja sentido” (Orlandi, 1999, p.48). Ou seja, é a ideologia que define nossa compreensão e interpretação da realidade.

Um outro conceito mobilizado pela AD, é o de memória discursiva/interdiscurso que, de acordo com Orlandi (1999), constitui “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra [...]”. Logo, a memória/interdiscurso está sedimentada em algo que já foi dito e que retorna no fio do discurso sustentando dizeres e complementando sentidos, embora o sujeito seja afetado por esquecimentos, isto é, por ilusões de duas ordens: a número um que é o esquecimento ideológico e a número dois que é o esquecimento enunciativo.

O esquecimento de n° 2 é o esquecimento pelo qual o sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase. [...] O esquecimento de n° 1 dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento de n°1 remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que esse exterior determina a formação discursiva em questão” (Pêcheux, 2009, p. 161-162, grifos do autor).

O esquecimento número dois refere-se ao processo de produção de um discurso que o sujeito realiza em dada formação discursiva e que faz com que ele tenha a ilusão de que o que está falando só pode ser dito daquela maneira e não de outra. Enquanto, que no esquecimento número um o sujeito está inscrito numa formação discursiva que o domina e é moldado por ela, ou seja, o sujeito acredita ser a origem dos discursos e, no entanto, mobiliza saberes já ditos. Isto é, ele mobiliza sentidos que já foram instituídos historicamente e os atualiza no fio do discurso.

Orlandi (1999) destaca que, nessa repetição, pode haver a “variação do mesmo” (paráfrase), isto é, ao formular o discurso, o sujeito, ainda que afetado pelo esquecimento de ordem ideológica, retorna aos mesmos espaços do dizer, produzindo a variedade do mesmo. Por outro lado, ele pode romper com o processo de produção de discursos “[...] fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes” (Orlandi, 1999, p. 37). De acordo com a autora,

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haverá necessidade de dizer (Orlandi, 1999, p. 38).

Partindo desse arcabouço teórico, analisaremos o *corpus* desse trabalho, buscando, portanto, analisar os efeitos de sentidos decorrentes dos discursos acerca da maternidade no contexto prisional. Pretendemos ainda, verificar quais foram as suas condições de produção, bem como as relações estabelecidas na construção do sujeito mãe.

O corpus

Quando falamos da figura materna, os contextos históricos, culturais e sociais são primordiais. Mas quando nos referimos a mães que estão encarceradas, além de todo o estigma que rodeia a figura materna, ainda temos que considerar mais um fator relevante: o fato dela ter que passar pela maternidade em prisão domiciliar ou no regime fechado.

Como já mencionado anteriormente, a maternidade é considerada inerente à mulher, todavia, na prisão, ela torna-se muito mais complexa, haja vista que, é constante o medo, seja porque as mulheres sabem que ficarão pouco tempo com seus bebês ou até mesmo não terão direito nenhum de exercer a maternidade, pois quando não há familiares para ficar com a criança, ela é encaminhada para um abrigo.

Há, ainda, aquelas mulheres que não querem ocupar esse lugar, mas, de certa forma, são “obrigadas” a isso. Muitas mulheres acabam sendo mães dentro da prisão, e isso interfere no lugar de mãe relegado a elas, pois passam a ter que não somente “cuidar” de si mesma, mas também do seu filho. Ou seja, essa responsabilidade lhe é atribuída, indiferente da sua vontade.

Historicamente, a mulher ainda é considerada inferior ao sexo masculino e no contexto prisional, essa diferença se acentua conforme destaca França (2013, p. 16),

As mulheres mesmo representando uma parcela pequena em relação a população carcerária masculina, são tratadas com certa indiferença, para não



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

dizer inferioridade, uma vez que, no ambiente penitenciário elas não usufruem equitativamente do atendimento que é dispensado aos homens, que, por sua vez, já é muito precário. A impressão que se tem é de que, no cárcere feminino, o processo de ressocialização parece ser ainda mais complexo.

No Brasil, por via de regra, as mães encarceradas ficam com suas crianças até completarem seis meses. Após isso, as crianças são entregues a familiares e na falta destes (ou caso a família não queira a criança), são encaminhadas para abrigos e só serão devolvidas às mães, quando elas saírem da cadeia, desde que provem judicialmente que têm condições físicas, psicológicas e financeiras de prover o sustento e bem-estar da criança.

No entanto, uma pesquisa feita recentemente (2022) pelo Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça (CNJ), revelou que 44% das unidades penitenciárias que possuíam gestantes ou lactantes informaram não permitir a permanência de crianças com as mães mesmo na faixa etária garantida (0 a 6 meses), por falta de infraestrutura.

No ano de 2019, o Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC) lançou uma pesquisa referente às mulheres que são presas no Brasil, com o objetivo de verificar o contexto em que ocorriam essas prisões e como as mulheres são tratadas quando encontram-se nessa situação.

Ressaltamos que em 2016, a Lei nº. 13.257/2016, que se refere ao Marco Legal da Primeira Infância, modificou o código penal ampliando, assim, as possibilidades de prisão domiciliar cautelar durante a instrução processual e assegurando a garantia de alternativa à prisão preventiva para mulheres gestantes e mães de crianças com até 12 anos.

Em 2018, a Lei ganhou novo reforço com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), com um *habeas corpus* coletivo (sob nº 143.641). No mesmo ano, a Lei nº 13.769, foi ampliada, para “harmonizar as decisões judiciais, incorporou alguns pontos da decisão do STF, estabelecendo critérios objetivos ao Código de Processo Penal para a substituição da prisão preventiva por prisão albergue domiciliar” (ITCC, 2019, p.10).

Enfatizamos que a decisão do STF declara que a mulher não terá o direito à prisão domiciliar em casos excepcionais que são: Crime cometido com violência ou



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

grave ameaça ou outras situações “excepcionalíssimas”, ficando a cargo dos juízes fundamentar quais são essas situações.

Entretanto, no decorrer da pesquisa verificou-se que embora seja uma Lei, ela nem sempre é cumprida, e os envolvidos (juízes e promotoria pública), argumentam que muitas mulheres, embora preencham os requisitos necessários para o cumprimento da prisão domiciliar, não estão aptas a isso, como veremos nos discursos aqui analisados.

Enfatizamos aqui que, não estamos julgando o mérito dos sujeitos (se são inocentes ou culpados), mas sim partindo única e exclusivamente de uma análise voltada para os discursos proferidos por um juiz/juíza, para justificar a manutenção da prisão das mulheres.

Para fim de análise, conforme Courtine (2009, p. 55) propõe, dividimos os discursos em sequências discursivas (SD), definidas pelo autor como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”, o que significa que não as dividimos de acordo com os sinais de pontuação, embora isso também aconteça, mas com base no processo de produção de sentidos.

SD1

“Em que pese a agente não seja reincidente, está a cometer reiteradamente tráfico, sem qualquer preocupação com seu filho e a tudo indicar que sua presença é maléfica, não benéfica. [...] Evidente a situação excepcional: a maternidade não pode garantir salvo conduto à criminalidade” (ITCC, 2019, p. 45).

Na SD1, o sujeito-juiz evoca sentidos referentes à maternidade, atrelando a conduta do sujeito-feminino ao seu papel de mãe, como se esse sujeito tivesse a “obrigação” de ser uma boa mãe. Trata-se, de um discurso autoritário, como Orlandi (1996) sugere, em que a reversibilidade tende a ser zero. Em outras palavras, não deve ser contestado, cabendo ao sujeito “mãe” se assujeitar ao discurso e à ideologia imposta naquele momento.

O discurso do juiz/juíza se inscreve na FD da justiça e que é atravessada pelo discurso religioso. Como afirma Orlandi (2008, p. 65), “tanto o poder religioso como o poder político se exercem pelo amor e pela crença. Estes são o suporte da



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

autoridade”. A autora destaca ainda, que os sujeitos jurídicos são “de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas” (Orlandi, 1999, p. 48).

Ainda, atravessado pelo discurso religioso, o sujeito-juiz evoca sentidos de que pelo fato de o sujeito-feminino ser mãe, ela deveria ser honesta e cuidar bem dos seus filhos, pois a maternidade é atribuída única e exclusivamente a ela. Ao produzir esse discurso, há todo um silenciamento à historicidade como afirma Badinter (1985), como se fosse natural ou divina a relação de mãe com o amor materno. A autora reafirma essa condição e ressalta

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições e frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento, e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É ‘adicional’ (Badinter, 1985, p. 367).

Ainda, na SD1, “[...] a maternidade não pode garantir salvo conduto à criminalidade” inscreve o discurso em uma formação discursiva machista, pois compreende a maternidade como um “benefício” do qual ela estaria se utilizando para se livrar da pena imposta. A maternidade é discursividade como salvo conduto do qual a mulher se beneficia para não ser presa.

Ressoam, portanto, nessa sequência discursiva, sentidos relacionados a como a mulher deve se portar quando exerce a maternidade, e que na materialidade em questão está relacionada a fatores históricos e sociais que se perpetuam desde a sociedade patriarcal. Em outras palavras, são os sentidos já-ditos que circulam através da memória discursiva.

SD2

Quanto a atuada Heloisa⁴, pontua [...] que não estava com a guarda dos seus filhos (cometia crime no período da noite, friso), já que disse que desde sexta-feira passada eles estavam com a avó (a evidenciar que a atuada não

⁴ Nome Fictício



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

se dedica de forma ininterrupta à criação das crianças e que estas não estão desamparadas) (ITTC, 2019, p. 55).

Na SD2, novamente ecoa o discurso inscrito numa FD conservadora, pois aponta que o sujeito feminino “*não se dedica de forma ininterrupta à criação das crianças*” como se o cuidado com os filhos pudesse ser exercido unicamente pela mãe. Na materialidade analisada, está cristalizado o discurso de que a mulher deve se “dedicar de forma ininterrupta” à criação dos filhos, ressoando, no fio do discurso, o “mito” de que toda mulher tem um instinto materno e, portanto, tem o dever de cuidar dos filhos.

Simone de Beauvoir (1980, p. 277-278) afirma que

[...] Não existe “instinto” materno: a palavra não se aplica a nenhum caso à espécie humana. A atitude de mãe é definida pelo conjunto de uma situação e pela maneira porque a assume. É como se acaba de ver, extremamente variável.

A SD em questão dá visibilidade também para o fato de que a maternidade, como uma construção histórica e social, é atravessada pelo interdiscurso de que mães são responsáveis pelo cuidado, carinho e afeto de seus filhos não relegando, portanto, esse papel a ninguém.

Além disso, ecoam no fio do discurso, sentidos que sinalizam que o amor materno é algo que ocorre naturalmente entre mãe e filho, ressoando o mito de que toda mãe deve amar e cuidar de seu filho desde a sua concepção. Na esteira de Orlandi (1999, p. 32), “disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre o sentido e a sua formulação”.

Considerações

A maternidade, como mencionamos, ainda é considerada inerente ao sujeito feminino, os discursos de que para uma mulher ser “completa” ela precisa ser mãe ainda estão arraigados no imaginário popular. Foi a partir dessa perspectiva que analisamos os discursos aqui propostos e salientamos que a escolha do *corpus* se



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

deu justamente porque esses discursos foram proferidos por sujeitos que inscrevem seu dizer em uma formação discursiva jurídica, que se entrelaça ao discurso religioso, que desde sempre enfatizou que à mulher cabe cuidar dos filhos que lhes forem concedidos.

Trata-se de um discurso autoritário, em que o sujeito-enunciador juiz/juíza não dá espaço para indagações ou contestações, cabendo às mães se assujeitarem ao juiz/juíza, uma vez que se encontram na posição-sujeito de quem está sendo acusado de um crime e, portanto, submetidas às ordens ali impostas.

Nesse sentido, tomamos o discurso jurídico como um espaço que simboliza *relações de poder*. Como Orlandi (2011, p.129) afirma: “todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder”. Ou seja, no discurso jurídico, essas relações de poder se articulam ganhando assim mais forças sobre o que é dito.

Dessa forma, ao analisarmos o discurso jurídico enquanto espaço discursivo que se sustenta pelas relações de poder, compreendemos que esse sujeito (juiz/juíza) no interior de uma FD constitui um posicionamento, pois o sujeito é interpelado pela FD que o domina.

Nas materialidades, ressoam, também, no fio do discurso, sentidos relacionados a discursos que circulam e/ou circularam sobre as mulheres e que carregam toda uma historicidade: são os *já ditos* que retornam atualizados pelo funcionamento da memória discursiva.

Ressalta-se, também que em ambos os discursos ora apresentados há resquícios de FDs machistas, pois conforme exposto, as mães deveriam estar integralmente cuidando de seus filhos (como se essa tarefa não pudesse ser delegada a outra pessoa). O que ressoa, desse modo, são sentidos de que elas não são “boas mães”, pois estavam cometendo algum delito ao invés de “cuidar” de seus filhos.

As mulheres, desde a sociedade patriarcal, são estigmatizadas, quando são colocadas em uma situação em que elas serão julgadas por “alguém”, os estereótipos inevitavelmente surgirão. Além disso, o fato de estarem presas fazem-nas sentirem-se mais inferiores ainda. No que concerne ao fato do crime supostamente ter sido cometido por uma mãe, há um imbricamento de discursos que reforçam essa posição



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

de uma FD de que a mulher-mãe, não pode/deve errar. E se caso isso acontecer, a “pena” imposta pelo sistema prisional brasileiro é apartá-la dos filhos após seis meses de vida.

A eficácia das punições depende de uma análise criteriosa de cada caso. Elas estão ali para serem julgadas pelo crime que supostamente cometeram e não para serem desmerecidas enquanto mães. De acordo com a constituição, somos todos iguais perante a lei, mas na prática, isso está longe de acontecer.

Terminamos essa reflexão de um modo não usual, todavia, não podemos deixar de citar Orlandi (1996, p. 96) quando esta diz:

E se, de um lado, a mulher vive historicamente uma situação tensa, repleta de conflitos, cheia de duplicidades, por outro lado, ninguém mais do que ela aprendeu historicamente a caminhar no interior das ambiguidades, a trilhar as contradições, a exercer sua resistência num jogo em que, na maior parte das vezes, não foi ela quem deu as cartas.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz: 2007.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA (ITTC). **MaternidadeSemPrisão**: diagnóstico da aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres [recurso eletrônico] / Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo: ITTC, 2019.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **Discurso & Leitura**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996.



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

ORLANDI, Eni. **Terra à Vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PECHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. 4. ed. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

OS SENTIDOS DA PALAVRA *CIGANO* NOS DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Maria Claudia Teixeira¹

Resumo: Neste artigo, fundamentado na *Semântica do Acontecimento*, busca-se analisar a designação da palavra *cigano* em dicionários de língua portuguesa, para compreender os arranjos textuais do texto lexicográfico e o modo como significam essa palavra. A análise de uma palavra em diferentes dicionários permite dar visibilidade às diferentes formas de significar, à polissemia e ao modo particular como cada dicionário define a mesma palavra, produzindo sentidos diferentes.

Palavras-chave: Dicionário; Significação; *Cigano*; Semântica do Acontecimento.

Considerações iniciais

O interesse pela palavra *cigano* surgiu da polêmica em torno da definição apresentada pelo dicionário *Houaiss* e que ganhou destaque na mídia brasileira. O fato é que o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação de justiça contra o dicionário *Houaiss* por entender, após uma denúncia, que a definição do verbete *cigano* é preconceituosa e discriminatória, violando o artigo 20 da Lei 7.716/89, que tipifica o crime de racismo. Com a ação, o MPF, além de uma indenização por dano moral coletivo, queria a retirada de circulação, suspensão de tiragem e venda das edições com expressões preconceituosas contra o cigano. Muitos discursos foram produzidos a partir disso, dividindo opiniões. Alguns apoiando a retirada da definição e a circulação do dicionário *Houaiss*, foco da crítica, outros alegando que a língua e o uso que se faz dela produz seus próprios significados, portanto defendendo o *Houaiss*.

A partir desse cenário buscamos a designação da palavra *cigano* reunindo um conjunto de dicionários que fazem parte da lexicografia brasileira. Com isso, pretendemos oferecer uma pequena contribuição sobre a história da palavra, que perpassa pelo social e pelo cultural, a fim de compreender o sentido da palavra tão discutida, que gerou polêmica e dividiu opiniões.

Tomar o dicionário como objeto de estudo não quer dizer que a relação entre as palavras e as coisas que elas significam tem uma relação de transparência, mesmo

¹ Doutora em Linguística (UNICAMP). Docente do departamento de Letras (DELET) na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), mteixeira@unicentro.br



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



sendo este o lugar em que se encontram as definições das palavras, muitas vezes, direcionando para uma interpretação fechada, única e estável. A partir de uma posição materialista, entendemos que a relação entre as palavras e as coisas não se faz de modo transparente, mas opaco, no qual estão presentes a deriva, o sentido outro e o silêncio. Assim, dessa posição, as definições apresentadas pelos dicionários são significadas a partir do uso e do contexto em que os termos serão empregados, no acontecimento da enunciação.

O dicionário e a não-transparência da língua

O processo de dicionarização no Brasil passou por grandes avanços e transformações e inúmeras obras foram editadas, revisadas, ampliadas até atingirem o resultado que conhecemos hoje: um dicionário brasileiro de língua portuguesa, que além de ser um

[...] depositário do acervo lexical da cultura, é uma referência básica para uma comunidade. Por isso, o dicionário é um instrumento indispensável e imprescindível na fixação do léxico de uma língua e ferramenta fundamental na consolidação de uma língua escrita e literária (Biderman, 2002, p. 75).

Antes dos dicionários monolíngues, que “identificam” a língua nacional, eram editados os bilíngues (português-latim), publicados fora do Brasil, principalmente em Portugal. Foi a partir dos dicionários bilíngues que se fundamentaram os dicionários monolíngues. Estes surgiram em consequência de um longo processo histórico de instrumentação das línguas existentes no Brasil desde a época da colonização.

De acordo com Nunes (2002), o primeiro dicionário monolíngue que circula no Brasil é o *Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado em 1789, em Lisboa, pelo brasileiro Moraes e Silva. Depois dessa publicação é que começam a aparecer nos dicionários “brasileirismos” e “regionalismos”. Eles passaram a incluir vocábulos específicos da língua portuguesa falada no Brasil, descritos como “brasileirismos”, mas não se tratava ainda de um dicionário predominantemente brasileiro. A inclusão de tais vocábulos servia como complemento dos dicionários do português de Portugal.



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Contudo, a forma acabada do dicionário brasileiro de língua portuguesa, só apareceu nas décadas de 1930 e 40 com Lima e Barroso em o *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* (PDBLP) em 1938, com inúmeras edições, sendo a última a de 1967 e Freire (1939-43). Outras publicações surgiram posteriormente, como o *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*, 1ª edição do conhecido *Aurélio*, em 1975, o *Michaelis/Melhoramentos*, o *Houaiss*, publicado em 2001 e o Dicionário de Usos do Português (DUP) – 2002 – o mais novo dos dicionários brasileiros de língua portuguesa.

Considerado como o lugar do saber inquestionável, por apresentar a definição das palavras, o dicionário deve ser lido criticamente, como passível da opacidade, de falhas, pois nem sempre a definição encontrada se aplica ao contexto em que a palavra foi empregada até porque a linguagem não é transparente e o sentido pode sempre ser outro.

O dicionário, portanto, no espaço de enunciação da língua portuguesa, é um importante instrumento linguístico, que legitima a língua nacional. E funciona, ainda, como lugar em que ficam “estabilizados” os discursos, que são acionados o tempo todo, reconstruídos, (re)-significados, rememorados, temporalizados no acontecimento enunciativo. A estabilização do dicionário é efeito do movimento histórico e político e se inscreve nas divisões do dizer; ele significa, portanto, no confronto entre unidade e diversidade.

É sobre essas lembranças que esse trabalho se inscreve, tomando o texto do dicionário como acontecimento, investigaremos, nas diferentes temporalizações, o funcionamento da língua na designação de *cigano*.

A Semântica do Acontecimento na análise de textos

Ao considerar a enunciação, isto é, a relação entre o sujeito e a língua na tomada da palavra, a Semântica do Acontecimento permite a análise não só de palavras ou sentenças, mas de textos. Define-se o texto como uma “unidade de significação integrada por enunciados” (Guimarães, 2007, p. 82). A relação de integração permite tomar os elementos não como estando em relação de soma e



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



linearidade, mas como parte *integrante* do texto como um todo e tendo seus sentidos precisados na relação com este todo.

Nesta concepção, a unidade dos elementos linguísticos se faz pela *deriva* dos sentidos. O que constrói a coesão do texto não é a coerência lógica de ideias, mas o movimento histórico (discursivo) dos sentidos. Entendemos o discurso tal qual é definido em Orlandi (2005, p. 21), como “efeito de sentidos entre locutores”, o discurso é a “palavra em movimento”. É assim que uma mesma palavra, em textualidades semelhantes e em um mesmo espaço de enunciação, pode significar (designar) diferentemente. Segundo Guimarães (2002, p. 9),

a designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.

A *designação* é o “modo pelo qual o real é significado na linguagem” e não está relacionada às classificações de coisas existentes em conjuntos fixos e pré-estabelecidos, mas à identificação das coisas significadas na relação entre sujeito, linguagem e mundo. Para compreender a significação de *cigano*, mobilizamos os conceitos de *articulação* e *reescrituração*.

A *reescrituração* é o processo “pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (Guimarães, 2007, p. 84). Este procedimento é bastante comum na produção de textos, trata-se da retomada de algo que já foi dito, por repetição, substituição ou elipse, por exemplo. Os procedimentos de *articulação*, dizem respeito às relações “próprias das contiguidades locais, como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem. Estes procedimentos enunciativos são próprios de relações no interior dos enunciados ou na relação entre eles” (Guimarães, 2007, p. 87). Em outras palavras, é a forma como um elemento do texto estará relacionado aos que estão ao seu lado.

Na tomada da palavra, a *cena enunciativa* “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. As *figuras de enunciação* são o Locutor (L), que se representa



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

no dizer como fonte deste dizer; o locutor x (I-x), que autoriza a partir de um determinado lugar social (x), que L fale. E finalmente, o Enunciador (E), que representa no dizer uma perspectiva da qual L fala – individual, genérica, coletiva ou universal. Nesse caso, o locutor (L) fala do lugar social (I-x) de lexicógrafo ou dicionarista, aquele que escreve o dicionário, autorizado a dizer o que diz. O lugar de dizer (E) é o de enunciador universal.

A assunção de um enunciador universal representa, ao mesmo tempo em que normatiza, um sentido para todos, como se todos conhecessem apenas o sentido que está presente no dicionário. Assim, há um efeito de “unidade” e “transparência” aos dicionários, que faz com que associemos esse dizer como verdade absoluta, sem falhas, sem estar exposto ao equívoco na linguagem, à possibilidade de sentido outro. Assim, na relação com este locutor-lexicógrafo, que enuncia a partir de um lugar universal, as formas linguísticas observadas serão as que compõem as predicções da palavra *cigano* – nos movimentos de *reescrituração* da palavra e de *articulação* a ela no texto que a define, assumindo que nesses movimentos de produção da unidade do texto, os sentidos da palavra derivam e se especificam, nesse espaço de enunciação que é o dicionário.

Considerando que a “significação é produzida enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação” (Guimarães, 2005, p. 11), as palavras e expressões são significadas a partir do que se diz e o dizer (a enunciação, seja ela escrita ou oral) vai construindo a memória de uma palavra na língua, o que quer dizer que as palavras não têm um sentido uno, fixo e estável, como pretende o dicionário, mas funcionam de acordo com o acontecimento, com o “tempo” da enunciação.

Para esse trabalho tomamos como *corpus* o *Vocabulário Portuguez & Latino* (1728), bilíngue do padre Raphael Bluteau, que serviu de base aos dicionários de língua portuguesa no Brasil, o *Dicionário da língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (1789), primeiro monolíngue, *Diccionario da Língua Brasileira* (1832), de Luiz Maria da Silva Pinto² e, ainda, o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* (2001), do Instituto Houaiss.

² Obras que se encontram digitalizadas para consulta na internet (<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario>)

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

1. *Vocabulário Portuguez & Latino*, (1728), e a designação de cigano

CIGANO. Cigãno. Nome, que deu o vulgo a huns homens vagabundos, & embusteyros, que se fingem nacionaes do Egypto, & obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento, nem domicilio permanente, como descendentes, dos que não quizerão agafalhar o divino Infante, quando a Virgem Santíssima, & S. Joseph peregrinaraõ com elle pelo Egypto.

O verbete *cigano*, no vocabulário de Bluteau, aparece definido como “*homens vagabundos e embusteyros, que se fingem nacionais do Egito, e obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento, nem domicilio permanente*”. Tal definição, como pode ser observada, deixa transparecer o discurso religioso, pois cigano, designa aquele que se posiciona contrário aos preceitos cristãos, aqueles que não quiseram “acolher” o divino infante. Como uma forma de castigo são “obrigados” a peregrinar pelo mundo. A referência à Virgem Santíssima e a São José, transporta a cena enunciativa para o momento que marca o cristianismo: o nascimento de Cristo como filho de Deus, discurso que fortalece os pilares cristãos e legitima o “castigo”, palavra não-dita, mas significada por outra: “obrigados”. Percebe-se a ausência de nacionalidade, e de pertencimento a um estado, vinculada a um fato religioso.

Deste modo a palavra *cigano* aparece reescrita, primeiramente, por substituição hiperonímica: *nome*, que aparece predicado por *homens vagabundos*; sendo reescritos por enumeração: *embusteyros, que se fingem nacionaes do Egypto, obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento, nem domicilio permanente*. Assim, a designação de cigano é o DSD apresentado.

Bluteau busca, ainda, explicar diacronicamente a origem do povo, cuja história mais uma vez esbarra na religiosidade:

III COLÓQUIO DE LETRAS EAD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

te. Diziaõ, que er.õ naturacs do Egy-
pto Inferior, & que por serem Christõs,
os Sarracenos os haviaõ lançado fóra
de suas terras, & accrecentavaõ, que vi-
nhaõ de Roma, aonde despois da con-
fissãõ de seus peccados, o Pontifice lhes
dera por penitencia, que andassem o es-
paço de sete annos pelo mundo, sem
nunca se deitarem em cama. Suas mo-
lheres diziaõ a boa dicha, mas o Bispo
de Paris os obrigou a despejar, & exco-
mungou a todos os que lhe mostrassem
as mãos. Hoje são os *Ciganos* hum ajun-
tamento de Vádios de varias naçoens,
incorporados com os nctos, dos q̄ vie-
raõ do Egypto, ou da Nubia, (como
querem outros,) ou de Esclavonia, ou
de Ungria, & Bohemia. Na opiniaõ de
alguns a lingoa, ou giria, que fallaõ tira
à Esclavona; são grandes mercadores, &
trocadores de cavallos, & jumentos; de
alguns Reynos foraõ lançados por espi-
as, & de ordinario em todas as terras
são perniciosos, porque roubaõ no cam-
po, & no povoádo.

Há, aqui, o entrecruzamento de tempo – passado e presente –, que tomamos como duas diferentes acepções, assim, a primeira é diacrônica e a segunda sincrônica. Na primeira acepção o locutor-lexicógrafo coloca em cena o locutor-cigano através do discurso indireto marcado pela 3ª pessoa: “[eles – os ciganos] *diziaõ*”, outros dois locutores são colocados em cena: o Pontífice e o Bispo, autorizados a impor aos ciganos as penas sofridas. A penitência para os pecados cometidos pelos ciganos foi o de “*andar o espaço de sete anos pelo mundo, sem nunca se deitarem em cama*”. Há uma oposição entre cigano e cristianismo que, pode-se dizer, reescreve a primeira acepção apresentada. Aqui, não só o cigano é penalizado, mas os outros com quem têm contato também o são: com a excomunhão.

As mulheres dos ciganos são colocadas em cena: “*suas molheres diziaõ a boa dicha*”, palavra introduzida por eles no reino:

DICHA. Palavra Castellhana, que os
Ciganos introduziraõ neste Reino. Dizer
a alguem la buena dicha. He pronosti-
carlhe fortunas, ou desgraças da inspe-
cção das linhas da maõ. Temerario vati-
cinio de embusteiros. Só Deos, que dan-
donos sua graça, nos faz dittosos, conhe-
ce as nossas dittas, & desdittas, *Ex manu-
um inspectione alicui futura predicere,* ou
*alicui, que ipsi eventura sunt, prænunti-
are.*

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Qualquer pessoa que mostrasse a mão a uma cigana, para que essa a lesse e lhe prognosticasse o futuro, era excomungado, afinal o poder cristão, logo o da igreja, não poderia ser posto em dúvida. Assim, os ciganos eram os “*embusteiros*”.

A segunda acepção atualiza, temporaliza o acontecimento enunciativo e é predicado pela primeira acepção. O uso do advérbio de tempo “hoje”, recorta a primeira acepção como memorável e abre uma latência para o futuro, já que o hoje do enunciado será sempre atualizado em relação ao hoje temporal (presente). Nessa acepção, “ciganos” é reescrito por definição: “*ajuntamento de vadios de várias nações*”, “*grandes mercadores e trocadores de cavalos e jumentos*”, “*perniciosos, porque roubão*”. Sentido último, reforçado pela explicativa.

2. *Dicionário da língua portuguesa, (1789), e a designação de cigano*

No primeiro dicionário monolíngue que circula no Brasil (1789), temos a seguinte definição:

CIGANOS, s. m. pl. Raça de gente vagabunda, que diz vem do Egito, e pretende conhecer de futuros pelas rayas, ou linhas da mão; deste embuste vive, e de trocas, e baldrocas; ou de dançar, e cantar: vivem em bairro juntos, tem alguns costumes particulares, e uma especie de Germania com que se entendem. §. Cigano: um dos carneiros de guia, entre Pastores. §. Cigano, adj. que engana com arte, subtileza, e bons modos.

A palavra aparece antecedida pela classe gramatical a qual pertence, substantivo masculino plural, seguida da acepção que rediz numa relação parafrástica a definição do primeiro dicionário mencionado: “*Raça de gente vagabunda, que diz vem do Egito*”, no entanto, observa-se o novo: a raça. Há aqui o apagamento da relação com a religião, já preconizado no hoje do Bluteau; a junção pela raça produz uma direção de desnacionalização e de relativização da origem nacional, que ajuda



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



na generalização dos predicados negativos. Em Bluteau já aparecem várias origens nacionais e aqui aparece o diz que vem do Egito.

Cigano aparece designado como raça de gente vagabunda, predicado por “que diz vem do Egito” e pretende conhecer de futuros, reescrito por “deste embuste vive”. Assim, cigano é o “embusteiro”. Como adjetivo, conforme o dicionário, cigano aparece designado como aquele “que engana com arte, sutileza e bons modos”, é o enganador.

Houve nesse caso em relação ao dicionário anterior a mudança de “*se fingem*” e “*diz vem*”, do Egito. Parece haver um abrandamento na escolha das palavras, mas o fato é que o sentido continua sendo o mesmo; o cigano não tem uma nação. Ora ele *finge* pertencer ao Egito, ora *diz* vir de lá, o que continua caracterizando a desvinculação de nação ou estado de origem.

Neste dicionário novas informações são acrescentadas a respeito dos ciganos: “*pretende conhecer do futuro pelas rayas, ou linhas da mão, deste embuste vive, e de trocas, e baldrocas; ou de dançar e cantar: vivem em bairro juntos*”. Aqui há menções das práticas ligadas a quiromancia, ao canto e a dança, por exemplo, que caracterizam o povo cigano até hoje. O que chama a atenção nessas novas informações é a palavra *bairro*, o cigano deixou de ser o peregrino. O nomadismo descrito antes é substituído por *bairro*, isso significa que o povo cigano havia se fixado: “*tem alguns costumes particulares, e uma espécie de Germania com que se entendem*”, mas com diferenças em relação aos não-ciganos, aos outros.

Na terceira definição apresentada para a palavra-entrada, têm-se um adjetivo, “*que engana com arte, sutileza e bons modos*”. Arte, sutileza e bons modos predicam a palavra “enganam”: o bom enganador.

3. Dicionário da Língua Brasileira (1832) e a designação de cigano.

Na definição de Luiz Maria da Silva Pinto, 1832, em sua obra intitulada *Diccionario da Língua Brasileira*, destacando que nesse dicionário há a marcação de espaço de enunciação desatrelado de Portugal e a obra denomina a língua falada no Brasil de “brasileira”. Conforme dito anteriormente, nesta época intensificam-se os

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

trabalhos em defesa da autonomia brasileira em relação a Portugal, pela língua. Um dicionário de língua “brasileira” pretende marcar as diferenças entre a língua do Brasil e a de Portugal, espaços de enunciação distintos. Com isso, legitimar-se-ia a língua nacional.

Cigano, a m. f. Raça de gente vagabunda, de costumes particulares, e linguagem, com que se entendem. Cigano, adj. Que engana com sutileza, e bons modos.

Observamos o apagamento da história, no entanto há uma relação parafrástica com o primeiro monolíngue: “*Raça de gente vagabunda*”, “*Que engana com sutileza e bons modos*”, trata-se de reescrituração por repetição.

Cigano, aqui, designa uma raça de gente vagabunda, que engana com sutileza e bons modos. As acepções para a palavra “cigano” apresentadas até aqui, fazem parte de diferentes dicionários, produzidos em diferentes momentos históricos da língua portuguesa. O primeiro, o do padre Raphael Bluteau, segundo Oliveira (2006, p. 43), “coloca em relação duas línguas, dois tempos: a língua oficial da nação lusitana, para a qual escreve seu dicionário no presente, e a língua latina, tomada como passado linguístico e cultural”, o segundo, de Antônio de Moraes e Silva, representa o marco inaugural na lexicografia de língua portuguesa: é o primeiro monolíngue do português. O terceiro, de Luiz Maria da Silva Pinto, data do período (sec. XIX) em que o país reivindicava uma identidade nacional, o que aparece no título de sua obra: *Diccionario de Língua Brasileira*. O último, o *Diccionario Houaiss de Língua Portuguesa*, analisado abaixo, é o que se apresenta como mais atual.

4. *Diccionario Houaiss de Língua Portuguesa* (2001) e a designação de cigano

Foi a partir da definição da palavra *cigano* apresentada nesse dicionário, que esse artigo se desenvolveu. A partir daqui é que surge o interesse pela história dessa



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



palavra e o que ela designa, pois a definição de *cigano* nesse dicionário é o que motivou uma série de discussões que repercutiram na mídia e que nos leva a uma reflexão sobre a língua e seu funcionamento.

Cigano adj. (1521 cf. GVic)¹ relativo ao ou próprio do povo cigano; zíngaro <música c.> <vida c.> <esperteza c.> •adj. s.m **2** relativo a ou indivíduo dos ciganos, povo itinerante que emigrou do Norte da Índia para o oeste (antiga Pérsia, Egito), de onde se espalhou pelos países do Ocidente; calom, zíngaro **3** p. ext. que ou aquele que tem vida incerta e errante; boêmio <meus parentes c. não pensam no dia de amanhã> <viver como c.> **4** p.ana. vendedor ambulante de quinquilharias; mascate **5** (1899) pej. que ou aquele que trapaceia; velhaco, burlador **6** pej. que ou aquele que faz barganha, que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina **7** que ou o que serve de guia ao rebanho (diz-se de carneiro) **8** LING m.q. ROMANI ° ETIM fr. *cigain* (sXV, atual, *tsigane* ou *tzigane*, estas por infl. do al. *Zigeuner*), do gr.biz. *athígganos* 'intocáveis', nome dado a certo grupo de heréticos da Ásia Menor, que evitava o contato com estranhos, a que os ciganos foram comparados quando de sua irrupção na Europa central; cp. tur. *cigain*, romn. *zigan*, húng. *cigány*, it. *zingano* (a1470, atual *zíngaro*); f. hist. 1521 *cigano*, 1540 *çigano*, 1708 *sigano* ° COL bando, cabilda, ciganada, ciganagem, ciganaria, gitanaria, maloca, pandilha ° HOM *cigano*(fl. ciganar) (HOUAISS, 2007, p. 716)

Numa tentativa que se quer “transparente” o dicionário apresenta as acepções para a palavra *cigano* numa ordem em que o sentido pejorativo apareça depois da acepção primeira, mesmo que este seja, na maioria das vezes, o sentido mais corrente na sociedade. Observamos os deslizes de sentido nos coletivos; coletivo é de substantivo. O nome do povo sendo objeto de polissemia nas extensões, analogias e pejoratividades.

Na primeira definição, classificada como adjetivo, nesse sentido, *cigano* especifica o substantivo, significando-o como pertencente ao povo cigano: “*música cigana*”, “*dança cigana*”, este sentido, como pode ser observado, está relacionado à cultura. Música e dança que se difere por características próprias de outras culturas, como a dança e a música italiana, alemã, japonesa, o que identifica uma nação. Podemos observar, ainda, nos exemplos dessa primeira acepção, que o adjetivo “cigano” aparece especificando também a vida e a esperteza, o que produz sentidos pejorativos, negativos, não há, por exemplo, esperteza alemã.

A segunda acepção do termo significa *cigano* como o povo itinerante, apontando o lugar de origem, aquele que é estrangeiro em qualquer lugar. Não há exemplificação, nessa definição há a apresentação do cigano enquanto povo



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



pertencente a determinado lugar, mas que já não pertence mais a lugar algum, pois “*espalhou-se*” pelos países do Ocidente. Também apresenta duas palavras que estão em relação sinonímica com “cigano” – *calom* e *zíngaro*. O primeiro é significado pelo próprio dicionário como, (‘indivíduo de um povo itinerante’), enquanto o segundo traz a seguinte definição:

Zíngaro: adj.s.m. (1899 cf. CF) m. q *CIGANO* (‘próprio do povo cigano’, relativo a ou indivíduo) ° ETIM it. *Zíngaro* (1484) ‘pertencente a uma população originária da Índia, espalhada pela Europa desde o sXIII, caracterizada pelo nomadismo, pela lavoura e rica tradição étnica; f.hist. 1899 *zíngaro*, 1899 *zíngano* (HOUAISS, 2007, p. 2908).

A terceira definição é classificada como derivação por extensão de sentido: “aquele que tem vida incerta e errante”, aqui se estabelece uma relação parafrástica entre esta e a definição anterior, mas ao mesmo tempo há o deslocamento da significação, a polissemia. A paráfrase, conforme Orlandi (2005, p.36), “representa [...] o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização”, o sentido estabilizado e que se repete é o do povo itinerante, o nômade, mas o adjetivo errante produz a ruptura desse sentido, já que também significa “que erra; erradio, vagabundo, errabundo, multívago” (HOUAISS, 2007, p. 1190). É o itinerante, sem residência fixa, conforme os sinônimos anteriores, mas também ou por isso, é o vagabundo. A simulação de não-pertencimento, de não fixar raízes em nenhum lugar significa o cigano como o vagabundo.

A quinta e sexta acepções aparecem classificadas como “uso pejorativo”, o que significa dizer que o termo é usado de forma corrente na sociedade com sentido depreciativo: *cigano* é o trapaceiro, velhaco, burlador, apegado ao dinheiro, sovina. Assim, designar o indivíduo “velhaco” como “cigano”, pode significar o povo como velhaco, de forma generalizada.

Nesse caso, *cigano* é determinado como povo predicado por itinerante. Trata-se, portanto, de um adjetivo pátrio, que denomina um povo. Nos dicionários 2 e 3, *cigano* aparecia designado como raça, têm-se assim, a substituição de raça por povo, que provoca mudanças significativas: de raça de vagabundos para povo itinerante. *Cigano* é, ainda, reescrito sinonimicamente como *zíngaro* e *calom*. Designa aquele de



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



vida incerta, reescrito por substituição como errante e boêmio. Aquele que trapaceia, que faz barganha e que é apegado ao dinheiro.

No dicionário 1, cigano é um nome que designa homens vagabundos, que é reescrito por substituição nos no dicionário 2 por raça de gente vagabunda e repetido no dicionário 3. A relação aqui se dá por paráfrase, o que é modificado no dicionário 4, pois raça é substituída por povo, que não é vagabundo, mas itinerante, que está articulado ao dicionário 1 pelas palavras: peregrinar, sem assento, sem domicílio permanente.

Observamos no *Houaiss* que novos sentidos foram sendo acrescentados à palavra “cigano” no decorrer do tempo que, no entanto, redizem por substituição os dicionários anteriores: embusteiros – que engana com arte e sutileza – aquele que trapaceia.

Considerações finais

O que as análises nos mostram é que os sentidos da palavra *cigano* estão tecidos numa rede parafrástica que, na atualidade, redizem de outro modo aquilo já que estava colocado. Ao mesmo tempo, observamos o novo pelo modo de organização do texto lexicográfico, que destaca a definição por classificação: pejorativo. Com isso, já não é mais o mesmo, mas o diferente.

Na primeira definição apresentada a de Bluteau a ausência de nacionalidade e de pertencimento a um estado, vinculada a um fato religioso; mais adiante, na descrição, o julgamento moral vem da autoridade cristã. E ainda, a sinonímia entre vagabundo, embusteiro, vadio em oposição a cristão. O discurso religioso toma corpo neste dizer e este modo de se inscrever na divisão do político incide sobre a palavra cigano. Como a caracterização do hoje – ladrões, perniciosos – aparece como desvinculada da do ontem. Ontem eram estes; hoje são aqueles, sempre projetando um sentido negativo. Nota-se ainda que o fato de roubar os torna abomináveis não só pelos cristãos, mas por todos os cidadãos.

O sentido negativo se constrói no cristianismo e o dicionário vai continuamente pela falta de oposição cristão/cigano e pela relativização da origem nacional, além da multiplicação de sinônimos e acepções negativas, produzindo o efeito de



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

naturalização do sentido negativo sobre a palavra e sobre o povo cigano. Um efeito máximo da naturalização está nas marcações por analogia e por extensão.

Referências

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo, SP: Humanitas, FFLCH-USP e Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântico de determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília. (orgs.). **A palavra: forma e sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores; RG Editores, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HOUAISS, Instituto Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NUNES, José Horta. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo, SP: Humanitas, FFLCH-USP e Pontes, 2002.

OLIVEIRA, Sheila Elias. **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas SP: Pontes, 2005.

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

EDUCAÇÃO JURÍDICA E SUA RELEVÂNCIA NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES E APONTAMENTOS

Marieli Rosa¹
Micheli Rosa²

Resumo: A pesquisa visa apresentar apontamentos sobre a Educação jurídica nas escolas e a importância de sua efetivação na atualidade. A relevância social e política de diálogos acerca do funcionamento do Estado Democrático de Direito relaciona-se, sobretudo, com o princípio de dignidade humana, visto que outros direitos serão permeados por ele. Desse modo, a escola torna-se um espaço para debates sobre a cidadania, direitos e deveres. Para isso, retomamos orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Nesses documentos oficiais já encontramos direcionamentos em relação ao ensino jurídico. Além disso, a partir da Base Nacional Comum Curricular (2018) observamos e demonstramos, dentro da disciplina de Língua Portuguesa, aplicações de discussões e conteúdos sobre noções de Direito. O campo de estudos acerca da Língua(gem) e a área do Direito possibilitam diálogos frutíferos e viáveis de serem desenvolvidos pelos(as) professores(as). Nesse sentido, com base em debates referentes ao direito da população em ter acesso ao conhecimento sobre as noções jurídicas (Bento; Ferraz; Machado, 2013; Brandão; Coelho, 2011; Silva, 2006) analisamos os temas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dos últimos vinte anos, e constatamos a expressividade e frequência de assuntos que evocam o Direito. Desse modo, selecionamos alguns títulos para expor tais conexões e como as noções sobre dignidade humana circundam esses textos apresentados nas provas. Assim, consideramos que os resultados da pesquisa demonstram, dentro de uma educação emancipatória (Freire, 1997; 1998; 2020) a importância de trazer à tona conceituações e debates sobre a esfera jurídica nas aulas de língua portuguesa: direito, justiça e acesso à justiça atravessado por temas como inclusão, violência contra a mulher, democratização, por exemplo, presentes no ENEM.

Palavras-chaves: Constituição; Dignidade Humana; Direito; Educação

Introdução

A construção da Constituição Brasileira e do Estado Democrático de Direito conectam-se intimamente com a noção de Direitos Humanos. Durante o regime civil-militar (1964-1985) a repressão e autoritarismo não permitiram espaços para debates sociais. Após décadas de lutas, resistências e enfrentamentos, o regime perdeu suas forças e, assim, no final de 1980 o Brasil voltava a construir pontes e caminhos em relação aos Direitos fundamentais dentro do processo de redemocratização do Estado. Dessa forma, a Constituição Federal, promulgada em 1988, foi denominada como uma “Constituição Cidadã” porque ressaltou aspectos acerca da dignidade humana. Os Direitos Humanos contidos nesse texto sustentam o sistema constitucional no qual fornece base para as demais legislações do país. Para

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, e-mail: marielly_rosa@yahoo.com.br

² Doutoranda em Linguística pela Universidade de Brasília, e-mail michelly.hist@gmail.com



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Alexandre de Moraes tais direitos são elementos importantes para o ser humano e, conseqüentemente, para a sociedade. De acordo com o Magistrado, os Direitos Humanos são um

conjunto institucionalizado de direitos e garantias” que tem por finalidade o “respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana (MORAES, 2000, p. 39).

Em relação à área educacional, a Constituição Federal trata a Educação, no capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, como um direito de todos e dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade, incentivá-la e promovê-la com o objetivo do “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Neste sentido, a Educação torna-se, constitucionalmente, um direito imensurável e incontestável.

Ao estabelecer a Educação como prioridade do Estado, da sociedade e da família, verificamos o movimento de elaboração de legislações pertinentes à esfera de direitos relacionados ao ensino, ao sistema educacional e ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens. Assim, sociedade civil, professores(as), educadores(as), agentes da área jurídica e assistentes sociais corroboraram para a construção de diretrizes e legislações pertinentes aos direitos relacionados à dignidade humana desse grupo social.

Além da *Lei de Diretrizes e Base da Educação* (1996), os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) norteiam o sistema de ensino no Brasil, garantem o direito ao conhecimento e ao desenvolvimento humano citamos, também, o *Programa Nacional do Livro Didático* (1994) que proporcionou a distribuição gratuita de livros didáticos para estudantes da rede de ensino público e o *Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania* (1990), mas, esse não durou um ano. A erradicação do analfabetismo foi palco de outros projetos como o *Plano Decenal de Educação*, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e o *Programa Brasil Alfabetizado*, no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003- 2006). Além desses, o governo Lula foi responsável pela implantação de outras políticas públicas: *Programa Brasil Alfabetizado*, *Programa Nacional de Inclusão de Jovens* (PROJOVEM), *Programa de*



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) e Programa Bolsa Família (Mariani; Laia; Moura, 2020). A Constituição Federal (1988) inaugurou outras discussões acerca dos direitos das crianças, adolescentes e jovens. Na área de proteção temos como um exemplo expressivo a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que inaugurou dentro do Estado Brasileiro uma legislação específica para políticas voltadas à proteção especial à infância e adolescência. Sem sombra de dúvida, o ECA apresentou-se como um avanço também ao tratar crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento e, portanto, com direito à proteção integral. Esboçamos alguns projetos relacionados à área educacional e ao desenvolvimento da dignidade humana com escopo constitucional. Entretanto, o que nos interessa, na presente pesquisa, é a implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Enem foi criado em 1998 com o intuito avaliar os estudantes e, em seus primeiros anos de funcionamento, foi utilizado, de forma incipiente, por algumas Universidades Públicas para ingresso de estudantes no Ensino Superior (Junior, 2021). A partir de 2009, com a criação do Novo Enem, apoiado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), sua forma de avaliação sofreu alterações e sua reformulação buscava atender os requisitos de avaliação utilizados nos vestibulares tradicionais nas Instituições de ensino superior.

Esse sistema de avaliação, atualmente utilizado pelas Universidades Públicas para a seleção de estudantes, apresenta como critério para a composição da nota uma redação de cunho dissertativo-argumentativo. Dessa forma, apresentamos análises a respeito da Educação jurídica a partir dos temas selecionados para esse gênero discursivo aplicados para os estudantes nos últimos vinte anos. Dessa forma, coletamos os temas das provas (2003-2023) e constatamos a abrangência de conteúdos transversais à Dignidade Humana e Direitos Constitucionais.

Assim, torna-se necessário dialogarmos com as legislações educacionais vigentes como LDB, PCN e BNCC para que possamos encontrar os caminhos dados pela constitucionalidade para aplicação da Educação jurídica nas escolas públicas. Dessa forma, como ela aparece nas legislações? Quais noções jurídicas os textos



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



oficiais apresentam? Como podemos aplicar isso em sala de aula? Como os temas de redação do Enem dialogam com a Educação jurídica e com as noções jurídicas relacionadas à dignidade humana?

Desse modo, o artigo divide-se em três partes. Na primeira abordamos as questões relacionadas ao Enem e como se tornou um caminho para o acesso ao ensino superior. Além disso, tratamos de aspectos constitucionais envolvendo esse âmbito do ensino e os temas selecionados dentro do recorte temporal da pesquisa. Na segunda parte analisamos as legislações referente ao ensino fundamental e médio acerca da Educação jurídica e como esse assunto insere-se em cada documento oficial. Em seguida, analisamos os temas expostos nas redações do Enem e, a partir disso, compilamos conteúdos transversais contrastando-os com noções jurídicas para a construção de aulas na disciplina de Língua Portuguesa.

Exame Nacional do Ensino Médio e o acesso à Educação

Em certa medida, o Enem também se torna um mecanismo para que estudantes das escolas públicas possam ingressar nas Universidades Públicas e dar continuidade aos estudos. No entanto, cabe ressaltar que a Educação é prevista no artigo 6 e sua regulação encontra-se no artigo 205 da *Constituição Federal*. Dessa forma, o texto constitucional, no artigo 208, expõe o ensino fundamental como obrigatório e gratuito e a garantia da “progressiva universalização do ensino médio gratuito”. Em relação ao ensino superior, consta apenas a garantia do ensino em “níveis mais elevados”. Portanto, a Constituição preocupou-se mais em regular o ensino fundamental como prioritário.

A Constituição trata do ensino superior no artigo 207, mas, em relação à sua organização. Dessa forma, a previsão normativa prevê a função pública das Universidades. Não há garantia formal ao ensino superior, porém, o acesso à Educação é um direito constitucional. No artigo 206 consta a garantia da gratuidade do ensino em espaços públicos e no artigo 214 apresenta que o plano nacional de educação abordará estratégias de desenvolvimento do ensino em vários níveis. Além disso, nesse artigo encontramos, no inciso V, que o Estado estabelecerá metas



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

também para a promoção humanística, científica e tecnológica do País. Portanto, enquadram-se, aqui, os trabalhos também realizados pelas Universidades.

A nossa reflexão move a pensar na universalização dos direitos fundamentais e, principalmente, na sua efetiva implementação. Dentre os direitos está a Educação. Na Constituição Federal Brasileira, de 1988, a importância da educação está atrelada ao exercício da cidadania. Afinal, como um Estado democrático de Direito pode funcionar se os usuários do sistema estão isentos de uma educação? Agregamos o termo crítica.

O acesso ao conhecimento científico e a outros níveis de ensino compõem o direito à Educação, visto que se trata de um fundamento da República brasileira, bem como faz parte dos Direitos Fundamentais. Para a aplicação plena da cidadania e da dignidade humana dentro de um Estado Democrático de Direito torna-se necessário o acesso à Educação. Ressalta-se que no artigo 5º o texto constitucional assegura que todos são iguais “sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988). Ao equiparar todos os cidadãos e cidadãs e resguardando os mesmos direitos e deveres perante a lei, a Constituição garante os direitos sociais, previstos no artigo 6º: “educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados” (Brasil, 1988). Portanto, a educação é um direito universal e dever do Estado a sua responsabilidade, bem como a sociedade civil em defendê-la e promovê-la.

Por isso, programas que incentivam o acesso às Universidades e, principalmente, aqueles que auxiliam na manutenção e permanência de estudantes dentro desses espaços são de extrema importância para corrigir desigualdades sociais e econômicas. O Enem, como medida governamental, surgiu, em 1998, como um instrumento de “avaliação para o desempenho dos estudantes no término da educação básica”. Mas, a partir de 2009, tornou-se um mecanismo utilizado pelas Universidades para selecionar estudantes, ou seja, tornou-se um caminho para o ingresso ao nível superior (Silveira; Barbosa; Silva, 2015, p. 1).



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Em caráter geral, o Enem possibilita aos estudantes selecionar qualquer Universidade do país através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais em 2010. A proposta do atual Enem é apresentar conteúdos de forma interdisciplinar e integrando conhecimento de áreas diferentes. Exige-se dos estudantes a compreensão de diversos gêneros discursivos contidos nas questões como, por exemplo, gráficos, tabelas, charges, pinturas, músicas, mapas etc.

Apesar de abordar temas pelo viés da interdisciplinaridade devemos apontar que muitas escolas e professores(as) trabalham com abordagens isoladas de outras disciplinas. Consequentemente, gerando uma defasagem a respeito dos assuntos abordados no Enem. Soma-se a isso os graus de diferenças sociais e econômicas (falta de infraestrutura, a evasão, estudantes trabalhadores etc.) de alunos e alunas que advêm de escolas públicas e privadas.

Outra etapa de avaliação é a redação delineada como um “texto dissertativo argumentativo em prosa”. Essa definição “está muito mais próxima de um modelo generalista de discurso do que propriamente de um gênero textual”. Outros textos como artigo científico ou carta tem um caráter dissertativo argumentativo. Nesse sentido, pensamos que a ideia ou proposta da redação do Enem refere-se à defesa de um assunto “por meio de argumentos e explicações na formação de opinião do leitor” (Prado; Morato, 2016, p. 212).

Os trabalhos com gênero em sala de aula, principalmente, em épocas “pré-Enem”, permitem trabalhar com assuntos relacionados à Educação jurídica. Obviamente que tais conteúdos devem ser abordados ao longo da jornada escolar e não se limitam às aulas direcionadas às produções textuais. Selecionamos os vinte temas utilizados na Redação do Enem (2003-2023) para dialogarmos com os assuntos concernentes às noções de Direitos Constitucionais. Haja vista que as temáticas abordadas pelas provas nos possibilitam identificar eixos no campo do Direito e, consequentemente, permitem construções de abordagens para dialogar em sala de aula, bem como utilizá-las como ferramentas de debates em escritas futuras.

Ao lermos o Quadro 1 notamos que os temas se relacionam com noções de Direito Constitucional como, por exemplo, direito à educação, a saúde, a alimentação,

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados etc. Dessa forma, ao longo dos anos em que a prova foi aplicada os assuntos sociais tornaram-se marcantes. A importância de temas com assuntos sensíveis, desigualdade de gênero, injustiças sociais etc. Em um país com extensão continental, o Enem proporciona que estudantes de várias regiões compartilhem um assunto em comum. Através da escrita, milhares de jovens se debruçam para pensar, refletir e fornecer resoluções para problemas sociais.

Quadro 1 – Redações do Enem (2003-2023)

Temas	Ano
A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?	2003
Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação?	2004
O trabalho infantil na realidade brasileira	2005
O poder de transformação da leitura	2006
O desafio de se conviver com a diferença	2007
Como preservar a floresta Amazônica?	2008
O indivíduo frente à ética nacional	2009
O trabalho na construção da dignidade humana	2010
Viver em rede no século 21: os limites entre o público e o privado	2011
Movimento migratório para o Brasil no século 21	2012
Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil	2013
Publicidade infantil em questão no Brasil	2014
A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira	2015
Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil (1ª aplicação); Caminhos para combater o racismo no Brasil (2ª aplicação).	2016
Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil	2017
Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet	2018
Democratização do acesso ao cinema no Brasil	2019
O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira (Impresso); O desafio de reduzir as desigualdades entre as regiões do Brasil (Digital)	2020
Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil (Impresso e Digital)	2021
Os desafios para a valorização das comunidades e povos tradicionais do Brasil	2022
Os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado das mulheres no Brasil	2023

Fonte: vestibular.brasilecola.uol.com.br; <https://querobolsa.com.br>.

As escolhas dos temas pelo Inep não se encontram distantes da abordagem social apresentada pela própria *Constituição Federal* (1988). Denominada como “Constituição Cidadã”, ela trouxe avanços nas áreas sociais, a manutenção da democracia, direitos políticos e individuais etc. Ela tornou-se um marco na história da República brasileira e, a partir dela, viabilizou-se legislações que se comprometem com os direitos fundamentais. Ela trouxe o reconhecimento da pluralidade,



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



reconfiguração dos espaços sociais e apontamentos para o combate da desigualdade no país (Bueno, 2018). Portanto, a educação como um direito também é palco para o debate e prática de direitos constitucionais. Além disso, torna-se, por sua vez, campo para pensarmos e dialogarmos sobre eles.

Tendo isto posto, passamos para o próximo tópico no qual abordamos a Educação jurídica como um direito na área educacional e como ela apresenta-se nas legislações concernentes à Educação. Para isso, analisamos a *Lei de Diretrizes e Base da Educação*, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* e a *Base Nacional Comum Curricular* que são frutos dos dispositivos contidos na *Constituição Federal* (1988).

Educação jurídica e sua presença nas legislações educacionais

As legislações referentes à esfera educacional são decorrentes dos princípios contidos na *Constituição Federal* (1988). Nesse tópico abordamos a presença de aspectos relacionados à Educação jurídica na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), no *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) e, por fim, na *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Dessa forma, almejamos demonstrar que tais documentos, em seus âmagos, apontam caminhos para o debate e a construção de diálogos sobre noções constitucionais pertinentes para o exercício da cidadania.

Na LDB consta, no artigo 1, que a educação abrange os processos formativos, ou seja, na família, no trabalho, nas instituições, nas organizações da sociedade civil etc. (Brasil, 1996). Além disso, no artigo 3, os princípios que norteiam o ensino têm bases constitucionais como, por exemplo, a igualdade de condições e o respeito à diversidade. Nas disposições sobre a Educação básica, artigo 22, apresenta-se sua finalidade: “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996).

No artigo 26, parágrafo nono, consta que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem integrar conteúdos “relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais” (Brasil, 1996).



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Portanto, veremos como esses temas são imbuídos de noções jurídicas constitucionais e estão inseridos nas temáticas desenvolvidas pelo Enem. Além disso, isso reforça quão é pertinente diálogos e debates sobre Direitos Constitucionais nas escolas públicas. Nos dispositivos sobre a Ensino Fundamental, artigo 32, encontramos que seu objetivo é a “formação básica do cidadão” mediante “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”. Em relação ao Ensino Médio, artigo 35, os estudantes devem ser preparados para “o trabalho e a cidadania do educando” (Brasil, 1996).

Na medida em que os Direitos Constitucionais viabilizam, em nível jurídico e administrativo, a construção e organização das escolas públicas e do ensino, elas reforçam a aplicabilidade dos Direitos fundamentais. Para que isso ocorra as legislações na esfera educacional demarcam a responsabilidade do ensino básico a tarefa de introduzir os estudantes na formação cidadã. Dessa forma, requer um diálogo constante de conteúdos sobre a Democracia e sobre o Estado Democrático de Direito através dos Direitos Humanos. Outros pontos também abarcam a necessidade de construir caminhos para uma Educação jurídica por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Esse documento afirma que

Cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infra-estrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles poder usufruir (Brasil, 1997, p. 28).

Para que isso se concretize é necessário que os estudantes compreendam o funcionamento de seus direitos e deveres. Dessa forma, o PCN revela um

compromisso da instituição escolar em garantir o **acesso aos saberes elaborados socialmente**, pois estes se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, **o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de refutar ou reformular** as deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores (Brasil, 1997, p. 33, grifo nosso).

Desse modo, requer que as instituições de ensino sejam um “espaço de formação e informação” para propiciar o “desenvolvimento de capacidades, de modo



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais”, assim como criar condições para que todos os alunos tenham acesso aos “conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas”. Essas condições são cruciais para o exercício da cidadania na “construção de uma sociedade democrática e não excludente” (Brasil, 1997, p. 33).

Os *Parâmetros Curriculares* reconhecem que a educação é um instrumento “proeminente da promoção dos valores humanos universais, da qualidade dos recursos humanos e do respeito pela diversidade cultural” (Brasil, 1998, p. 19). Uma educação de qualidade deve garantir a “formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos” para atuarem em prol de suas “necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas” (Brasil, 1998, p. 21). De fato, para que possam instruir e formar nossos estudantes nesses temas torna-se necessário a implantação da Educação jurídica nas escolas públicas.

Além disso, encontramos os “temas transversais” que integram esse documento. Eles se referem às problemáticas sociais em relação à ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual e trabalho e consumo (Brasil, 1998, p. 65). Esses temas estão em conformidade com a LDB, no artigo 27, inciso I: “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (Brasil, 1998, p. 65). Portanto, a transversalidade demonstra o compromisso das áreas de conhecimento em fornecer conteúdos que apresentam noções constitucionais, visto que desenvolvem capacidades para a compreensão dos Direitos fundamentais.

Os conteúdos relativos a esses temas “estão explicitados nos documentos de áreas” e para “aprofundar os assuntos, há textos de fundamentação que também podem contribuir para o desenvolvimento de projetos específicos” para debates sobre “à dignidade da pessoa, à igualdade de direitos, à participação e à co-responsabilidade de trabalhar pela efetivação do direito de todos à cidadania” (Brasil, 1998, p. 65). De acordo com Silva, a cidadania consiste na consciência dos direitos fundamentais e na consciência dos deveres de respeito à dignidade do outro (Silva, 2006).



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Na *Base Nacional Comum Curricular* verificamos que as questões sobre Democracia, cidadania e Direitos Humanos permeiam a disciplina de Língua portuguesa e o campo das Linguagens e suas tecnologias. Nas disposições gerais, destaca que as competências da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) articulam a construção de conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades e valores que “respeitem e promovam os direitos humanos” e a promoção do “respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais” (Brasil, 2018, p. 9-10).

De acordo com esse documento, a base do compromisso da escola é “propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos” (Brasil, 2018, p. 61). No ensino fundamental, os(as) professores(as) de Língua portuguesa precisam utilizar diferentes linguagens para “pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos” (Brasil, 2018, p. 65) pois, os direitos humanos perpassam pelo campo jornalístico-midiático e campo de atuação na vida pública. Assim, encontramos debates acerca dos direitos à literatura e à arte, direito à informação e aos conhecimentos disponíveis” (Brasil, 2018, p. 86), bem como os que regulam a convivência em sociedade: estatutos e códigos (*Estatuto da Criança e do Adolescente* e *Código de Defesa do Consumidor*, *Código Nacional de Trânsito* etc.) “até os de ordem mais geral, como a Constituição e a Declaração dos Direitos Humanos, sempre tomados a partir de seus contextos de produção, o que contextualiza e confere significado a seus preceitos” (Brasil, 2018, p. 137).

Para o Ensino Médio, a BNCC destaca o respeito à diversidade, pluralidade e aos princípios e valores “assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos” (Brasil, 2018, p. 490). Para isso, torna-se necessário o uso de diferentes linguagens que perpassam pelos campos de atuação social

seja no debate de ideias e organização de formas de defesa de direitos (campo jornalístico-midiático e campo de atuação na vida pública), seja no exercício desse direito (direito à literatura, à arte, à informação, aos conhecimentos disponíveis, ao saber sobre si etc.) (Brasil, 2018, p. 505).



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



A Educação jurídica não consta nos documentos oficiais e nem possui uma legislação própria dentro da área educacional, porém, verificamos que nos conteúdos acerca da pluralidade, diversidade, igualdade, direitos sociais e individuais e democracia compõem as legislações educacionais. Isso torna-se evidente nas propostas de redação para o Exame Nacional do Ensino Médio que fornecem diálogos expressivos com essas temáticas. Desse modo, passamos a refletir e analisar as noções jurídicas que compõem essa prova e como tornamos isso parte integrante da nossa prática docente.

Os caminhos da Educação jurídica no Exame Nacional do Ensino Médio

Aquelas(es) que trabalham com Educação jurídica nas Redes Públicas de ensino e defendem uma legislação específica para sua implementação nas grades curriculares compreendem esse campo como essencial para a construção da cidadania e o fortalecimento da compreensão dos Direitos Humanos e do Estado Democrático de Direito. Entretanto, para os educadores(as) que não abordam tais questões, eles(as) poderiam questionar sobre a aplicação de noções jurídicas em sala de aula. Afinal, como desenvolver noções básicas de Direito Constitucional para estudantes do Ensino Médio?

Anteriormente, refletimos sobre os documentos oficiais na área da educação e como eles apresentam a educação jurídica através de referenciais como, por exemplo, o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) ou questões sobre cidadania. Ademais, também observamos quão essas legislações são resultados dos dispositivos constitucionais. Dessa forma, as noções básicas de Direito já estão presentes nesses documentos, pois, eles fomentam que a Educação seja um espaço para o exercício da cidadania. Para que isso ocorra é necessário compreendermos a importância do compartilhamento de temas sobre Direito para o fortalecimento da Democracia.

Para Paulo Freire (2020, p. 40-41),

Não existe neutralidade em coisa nenhuma, não existe neutralidade na ciência, na tecnologia. A gente precisa estar advertido da natureza política da educação. Quando eu digo da natureza política da educação, eu quero salientar que a educação é um ato político.

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Desse modo, tratamos a Educação como caminho para a transformação e emancipação humana em que educadores(as) tomam para si o papel político para romper barreiras que afastam os estudantes do exercício pleno da cidadania. Haja vista, que a Educação jurídica nas escolas viabiliza os estudantes compreenderem sua participação na sociedade como cidadãos dotados de direitos e deveres. Afinal, para que uma pessoa possa reivindicar direitos torna-se necessário conhecê-los. De acordo com Bento, Ferraz e Machado (2013), o cidadão deve reconhecer seus direitos fundamentais, bem como seus deveres para que possa exercê-los e exigir sua efetivação. Neste sentido, apresentamos no Quadro 2 os eixos temáticos relacionados aos Direitos fundamentais apresentados na Constituição Federal os quais dialogam com o Quadro 1 (Cf. Seção 1). Em suma, aquele originou-se desse, visto que, ao pensarmos nos temas do Enem (2003-2023) elencamos os principais dispositivos jurídicos.

Quadro 2 – Eixos temáticos a partir da Constituição Federal

Constituição Federal	Noções jurídicas	Artigos
Princípios fundamentais	“Cidadania”; “Dignidade Humana”.	Art. 1
Direitos individuais e coletivos	“Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]”; “Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante [...]”.	Art. 5
Direitos Sociais	“Todos têm Direito a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”.	Art. 6
Seguridade Social	“A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social cuja finalidade é a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice [...]”; “[...] a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza”.	Art. 203
Cultura Indígena	“O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras [...]”; “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários [...]”	Art. 215 e Art. 231
Criança e adolescente	“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária [...]”	Art. 227

Fonte: Constituição Federal de 1988



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



O Quadro 2 apresenta apenas uma parcela de noções jurídicas. Nosso foco são os Direitos fundamentais advindos da *Constituição Federal*, pois ela é a base para outras legislações. Nessa perspectiva, com os temas das redações e com os dispositivos constitucionais temos a oportunidade de construir, na disciplina de Língua Portuguesa, diálogos sobre esses conteúdos em sala de aula. São vários caminhos advindos que podem percorrer com essas informações. Dentre tantas sugestões, citamos o eixo “Direito das mulheres”.

Verificamos que são três temas de redação que incluem ou dialogam com esse eixo: “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” (2015) e “Os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado das mulheres no Brasil” (2023) (Cf. Quadro 1). Isso significa que temas relacionados aos aspectos jurídicos, sociais e econômicos das mulheres são importantes. Assim, extraímos desses temas os seguintes dispositivos constitucionais: Dignidade Humana, Seguridade Social e Direitos Individuais e Sociais (Cf. Quadro 2). A partir deles, os (as) professores (as) escolhem gêneros discursivos que viabilizem o debate sobre eles em sala de aula: documentários, filmes, reportagens, músicas, biografias etc., para iniciar discussões sobre os direitos femininos. Haja vista que auxilia os estudantes na construção de “bagagens jurídicas” para futuras redações aplicadas pelo Enem e para a compreensão de seus direitos e deveres como cidadãos.

Para os defensores da Educação jurídica nas escolas públicas, evidencia-se a necessidade

[...] de o cidadão reconhecer seus direitos fundamentais e os deveres deles decorrentes, de molde a poder exercitá-los, exigir seu respeito e cumprimento e eleger opções, perante a sociedade e o Estado, entes aos quais compete afirmá-los e protegê-los, seja diretamente, seja por intermédio de ações construtivas (Bento; Ferraz; Machado, 2013, p. 94).

Portanto, a inclusão desses debates, permite conhecimentos acerca da democracia e do exercício da cidadania. De acordo com Brandão e Coelho (2011, p. 21), o conhecimento de direitos e garantias constitucionais “visa também estimular este sobre os seus deveres com a coisa pública, como: respeitar os sinais de trânsito, não jogar papel nas vias públicas, etc.”, ou seja, busca transformar os estudantes em cidadãos conscientes da co-gestão da vida pública. Obviamente, a intenção não é



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



criar especialistas em Direito, mas, proporcionar espaços de discussão sobre direitos e deveres básicos e sobre Direitos Humanos. Para que os estudantes tenham consciência “de que, nas situações em que seus direitos forem violados, ele possa ter a necessária informação para agir em defesa dos mesmos” (Brandão; Coelho, 2011, p. 29).

Porém, é necessário fazer uma ressalva. De acordo com Freire (1997, p. 29), precisamos reconhecer que os educandos são sujeitos, agentes, dentro do processo de aprendizagem e não pacientes acomodados. Portanto, reconhecer que o conhecimento não é “algo imobilizado, concluído, terminado, a ser transferido por quem o adquiriu e quem não o adquiriu”.

Embora haja um conhecimento dialético entre a escola e a realidade dos educandos, o(a) educador(a) precisa compreender que muitos deles estão “imersos na própria engrenagem de estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr riscos de assumi-la” (Freire, 1998, p. 19). Dessa forma, nossa função com a aplicação da Educação jurídica nas escolas públicas é proporcionar um ensino desafiador e crítico. Os documentos oficiais são norteadores, não significa que o docente não possui autonomia para construir aulas condizentes com a realidade da comunidade, da sociedade ou do mundo permitindo o pensamento crítico dos alunos. A aplicação da Educação jurídica não é uma simples aplicação, mas, em uma perspectiva freiriana, desenvolver habilidades em diferentes contextos de situação e incentivar o pensamento autônomo e crítico para que os estudantes vivenciem sua cidadania plena.

Considerações finais

A Educação jurídica relaciona-se com acesso à justiça e à cidadania. Ao abordar temas como Direitos sociais, Individuais, Seguridade social e Dignidade Humana a partir da Constituição Federal estamos viabilizando o conhecimento sobre direitos e deveres, bem como incentivando o reconhecimento da organização do Estado Democrático de Direito. A proposta da pesquisa em apresentar os temas das



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



redações do Enem tem como finalidade dialogar com dispositivos constitucionais que permeiam nossas vidas dentro e fora do âmbito escolar.

Deste modo, verificamos por meio dos temas das redações do Enem elementos pertencentes e que atravessam a Educação jurídica como, por exemplo, dignidade humana, cidadania, pluralismo, combate à desigualdade, ética, direitos sociais e individuais. Isso demonstra a importância e relevância da educação jurídica na prática escolar. Haja vista que na *Constituição Federal Brasileira* a educação é colocada como um direito fundamental, pois está conectada a esses direitos. Nesse sentido, o conhecimento sobre noções constitucionais viabiliza o acesso de componentes pertinentes acerca dos direitos e deveres dentro do Estado Democrático de Direito. Atuar dentro da sociedade de forma crítica e consciente perpassa pela Educação e, por isso, evidenciamos quão relevante é a educação jurídica em sala de aula, pois ela encontra-se em vários pontos nas legislações educacionais.

Ao focar na disciplina de Língua Portuguesa, argumentamos o exercício, primeiramente, por parte dos professores de trazer em sala de aula debates sobre a Constituição Federal e outras legislações para envolvê-los em diálogos sobre a própria realidade e o mundo que os cerca. Muitos temas como violência, falta de acessibilidade, questões trabalhistas percorrem as mídias (tradicionais e as novas mídias) são objetos mencionados, por exemplo, no BNCC que podem levantar discussões sobre a esfera jurídica, a justiça, a Democracia e, assim promovendo pensamentos que transformam o sujeito e conseqüentemente a sociedade.

Referências bibliográficas

BENTO, Flávio; FERRAZ, Anna Cândida da Cunha; MACHADO, Edinilson Donisete. **Educação jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRANDÃO, Vinícius Paluzzy; COELHO, Melissa Meira V. Inclusão na educação básica de disciplina direcionada aos direitos e garantias fundamentais constitucionais, como instrumento para a realização do pleno exercício da cidadania. **Revista Online FADIVALE**, Governador Valadares, ano IV, nº7, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidente da República [2023]. Disponível em:



Homenagem à escritora
Magda Soares

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil: Congresso Nacional [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio, Parte II**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018

BUENO, Chris. 30 anos da Constituição Cidadã. **Culto**. vol.70, n.4, 2018, p.11-13. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 ago. 2023.

CAMPOS, Lorraine Vilela. **Temas de Redação que já caíram no Enem**. Brasil Escola, Uol. Disponível em: <https://vestibular.brasile scola.uol.com.br/enem/temas-redacao-enem.htm>. Acesso em: 08 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1997

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

JORGE, Natália Plascak. **Redação do Enem**: veja todos os temas anteriores desde 1998. Quero Bolsa. 2019. Disponível em https://querobolsa.com.br/revista/veja-todos-os-temas-de-redacao-do-enem-desde-1998?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_keyword=&utm_campaign=DSA%20Content_Revista%20-



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

%20ENEM&gclid=Cj0KCQjwilOmBhDjARIsAP6YhSU0PbfEOpEvePtNJYcuf2fE0dD
W0xxtMgeWNun4s9MuaPbONlloyjUaAiMiEALw_wcB. Acesso em: 14 ago. 2023

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa; LAIA, Fernanda Gonçalves de; MOURA, Tatiana Freire de. As políticas de alfabetização dos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010): “Alfabetização solidária” e “Brasil alfabetizado”. **Pensares em Revista**. São Gonçalo-RJ, n. 17, p. 58-74, 2020.

MORAES, Alexandre. **Direitos Humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVEIRA, Fernando Lang da; BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes; SILVA, Roberto da. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 37, n. 1, 1101, 2015

PRADO, Daniela de Faria; MORATO, Rodrigo A. A redação do Enem como gênero textual-discursivo: uma breve reflexão. **Cadernos Cespuc**. Belo Horizonte, n. 29, 2016.

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

SOBRE O ENSAIO FEMINISTA: NÍSIA FLORESTA E ANA DE CASTRO OSÓRIO

Priscila Finger do Prado¹

A mulher, como o homem, nasce para si mesma.

(Ana de Castro Osório)

Certamente o Céu criou as mulheres para um melhor fim,

que para trabalhar em vão toda sua vida.

(Nísia Floresta)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o ensaio literário feminista de duas autoras de língua portuguesa, a brasileira Nísia Floresta e a lusitana Ana de Castro Osório. Nísia Floresta (1810-1885), natural do Rio Grande do Norte, traz o enunciado da mulher burguesa emancipada que, ao perceber a opressão da mulher, reflete sobre ela e propõe soluções. Destaco três ensaios dela: “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” (1832) - uma tradução livre do ensaio de Mary Wolstonecraft, *Vindication of the Rights of Woman, 1792* -, “Opúsculo humanitário” (1853) e “Cintilações de uma alma brasileira” (1859). Da mesma forma, Ana de Castro Osório (1872-1935), natural do Distrito de Viseu, também de origem burguesa, destaca a questão da opressão feminina, reflete sobre ela e propõe soluções. Destaco de Osório, os ensaios “Feminismo”, “As mulheres e a política” e “A mulher em Portugal”, presentes no livro *Às mulheres portuguesas* (1905). Na esteira do que fez Mary Wollstonecraft, as escritoras defendem a educação feminina como a primeira grande ação política necessária para sua emancipação. Meu interesse no ensaio tem a ver com o contexto de escrita das obras: quando a escrita das mulheres não era a regra, pareceu às autoras necessário utilizar da pena para requerer um espaço maior para a autoria feminina a longo prazo, o que se daria pela educação. Por conta disso, estudar tal gênero e tais autoras possibilita uma ampliação do papel das mulheres nos respectivos cânones, uma forma de reparação ao apagamento costumaz à produção de mulheres nos sistemas literários brasileiro e lusitano.

Palavras-chave: Literatura portuguesa; Literatura brasileira; Feminismo; Ensaio.

Para trabalhar o ensaio, é importante pensar no seu lugar como gênero literário. Se nas Literaturas brasileira e portuguesa, seu lugar não é tão decisivo, é inegável sua importância nas literaturas inglesa e francesa. Autores como Voltaire e Diderot, assim como Francis Bacon e Charles Lamb, respectivamente, figuram em histórias literárias de seus países facilmente. Se o mesmo não se dá com Olympe de Gouges

¹ Professora Adjunta no Departamento de Metodologia de Ensino da UFSC. Possui Graduação em Letras (UFSC), Mestrado em Letras (UFSC) e Doutorado em Letras (UFPR). E-mail para contato: priscilletras@yahoo.com.br



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



(França) e Mary Wollstonecraft (Grã-Bretanha), por exemplo, o problema pode ser de gênero.

Segundo Anthony Burgess, em seu *A literatura inglesa* (2005, p. 155-210), Francis Bacon é considerado o primeiro ensaísta inglês e realiza, em seus ensaios, “observações breves, incisivas, sobre uma diversidade de assuntos”, cujas ideias parecem “anotadas rapidamente”, mas que merecem ser registradas. Já sobre Charles Lamb, autor do século XIX, Burgess destaca um tipo de ensaio “altamente pessoal”. A prosa de Lamb, para o autor, é do tipo que não se leva a sério, com estilo “pontuado de ironia e autodepreciação”.

Burgess não menciona Mary Wollstonecraft, mesmo com a importância que os ensaios de *A vindication of the right of Woman* (1792) adquiriram historicamente como um dos primeiros livros que levanta a causa da mulher diretamente. As mulheres, não podemos esquecer, constituem metade da população, mas assuntos que se referem a elas costumam não parecer tão interessantes, mesmo quando também tratam de “observações breves, incisivas, sobre uma diversidade de assuntos” ou que tragam observações “altamente pessoais” com estilo “pontuado de ironia e autodepreciação”. Por isso, não surpreende que não encontremos ou encontremos muito pouco sobre autoras como Nísia Floresta e Ana de Castro Osório em histórias literárias do Brasil e de Portugal, respectivamente.

No início da República portuguesa (e no movimento que possibilitou sua existência), muitos intelectuais pensavam a sociedade. Um deles, conhecido por seu trabalho ensaístico é Antonio Sérgio, cujos escritos lhe garantiram, segundo António Soares Amora, em *Presença da Literatura Portuguesa IV – Simbolismo* (1974), o lugar de “um dos mais vigorosos intelectuais da época”. Sua atuação não é muito diferente da coetânea Ana de Castro Osório, que escreveu ensaios sobre temas diversos como educação, política e sociedade. Porém, sobre ela não encontramos nada no livro de Amora. Quando citada, em outros livros, é comum a menção à sua contribuição para a literatura infantil, mas seu trabalho ensaístico, jogado para a gaveta do “feminismo”, não costuma despertar interesse na crítica tradicional.

Caso semelhante é o de Nísia Floresta, que não aparecem na *História Concisa da Literatura Brasileira* (2004), de Alfredo Bosi, que, no entanto, não se exime de



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



comentar a obra de escritores menos conhecidos e/ou menos representativos como Xavier Marques ou Alcides Maya. Aliás, Bosi separa um espaço em seu livro para o trabalho ensaístico de dois escritores do Modernismo, Sérgio Milliet e Paulo Prado, de modo que a questão não parece estar no gênero ensaio propriamente. Embora trate de variados temas, em seus ensaios, como educação, sociedade e viagens, sua obra é também jogada para a gaveta do “feminismo”, considerada “parcial demais” pela crítica mais tradicional.

Assim, por seu papel de escritoras a pensarem a sociedade e pelo fato de ambas serem apagadas dos estudos mais tradicionais sobre a produção literária brasileira e portuguesa, interessa-nos analisar seu trabalho ensaístico, de forma a verificar de que forma leram as sociedades da época, atentando especialmente para o papel das mulheres em tais sociedades. Primeiro apresentaremos Nísia Floresta, depois Ana de Castro Osório, para, então, tecer relações entre o ensaio produzidos por elas. Olhamos para suas obras a partir da crítica feminista, partindo da hipótese de que o trabalho delas é, para suas respectivas culturas, o mesmo que foi o de Mary Wollstonecraft e de Olympe de Gouges para as culturas britânica e francesa, respectivamente.

Nísia Floresta é natural do Rio Grande do Norte. Por conta da família, teve acesso à educação e se dedicou à vida intelectual. Ela criou escola, trabalhou em jornais, viajou pela Europa e publicou diversas obras, especialmente voltadas para a questão da mulher na sociedade.

A partir do gênero ensaio, Nísia Floresta traz o enunciado da mulher burguesa emancipada que, ao perceber a opressão da mulher, reflete sobre ela e propõe soluções. Destaca-se três ensaios dela: “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” (1832) - uma tradução livre do ensaio de Mary Wolstonecraft, *Vindication of the Rights of Woman, 1792* -, “Opúsculo humanitário” (1853) e “Cintilações de uma alma brasileira” (1859). O primeiro, é uma análise que explica a situação da mulher em seus relacionamentos:

Quantas mulheres há que, depois de haverem confiado a sua liberdade a um esposo, encontram bem cedo o cordeiro transformado em tigre, e então se acham no caso de invejar a sorte de um escravo sujeito a um tirano sem piedade? [...] Certamente o Céu criou as mulheres para um melhor fim, que para trabalhar em vão toda sua vida (Floresta, 2010, p. 87).



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

O casamento surge aqui como uma loteria para a mulher, um espaço possível de opressão, já que a institucionalização do relacionamento garante direitos apenas ao marido, que, por isso, assume a postura de tirano, recorrentemente. Ainda no primeiro ensaio, “Direito das mulheres e injustiça dos homens” (2010), a autora comenta sobre o juízo que os homens fazem das mulheres, o que explica muitos dos estereótipos que aparecem na literatura quanto à representação da mulher:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer, e aprazer a nossos amos, isto é, a eles homens (Floresta, 2010, p. 81).

Floresta escreve que existe uma situação de opressão na formação e no tratamento dado às mulheres, o que consiste em uma grande injustiça, dada sua utilidade ao gerirem e cuidarem os filhos dos que dominam o cenário social (Floresta, 2010, p. 83). Também é um argumento da autora que a falta de educação das mulheres é resultado da ação de negar um processo formal de educação para as mulheres, pelos homens. Se há uma razão para privar as mulheres da educação, esta é o receio dos homens de vê-las realizando tarefas com maior perfeição que eles. (Floresta, 2010, p. 90).

No livro *Opúsculo humanitário* (1853), ela apresenta um ensaio longo em que aponta dados sobre a educação das mulheres no Brasil, inclusive comparando a causa de sua emancipação no país e no exterior.

Temos já transposto metade do século XIX, século marcado pelo Eterno para nele revelar ao homem estupendos segredos da ciência tendentes a aplinar as grandes dificuldades, que se opõe a universalidade do aperfeiçoamento das ideias, em ordem a fraternizar todos os povos da terra. Temos testemunhado o empenho dos homens pensadores das nações cultas em harmonizar a educação da mulher com o grandioso porvir que se prepara à humanidade! Nada, porém, ou quase nada temos visto fazer-se para remover os obstáculos que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes obscurecem a inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada (Floresta, 2010, p. 42).

A autora destaca, pois, o tempo (o século XIX) e o espaço (as nações cultas e o Brasil independente) para marcar o atraso das discussões sobre a educação das



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

mulheres. Segundo Floresta (2010), em 1852, das 55 mil escolas do país, apenas 8.443 se dedicavam à educação das mulheres, sendo que a diferença era maior segundo a região (em Minas Gerais, por exemplo, de 209 escolas, apenas 24 ofereciam educação às mulheres). O problema vinha, conforme dá a entender, tanto de uma questão de falta de políticas públicas quanto de cultura, já que a mulher era vista e representada como um ser frágil, pouco afeito a questões intelectuais.

Embora a autora entenda que a injustiça levará longo tempo para acabar, ela sabe também que é preciso lutar pela causa, sendo a educação das mulheres a principal. Para justificar a proposta, elenca o número de escolas no Brasil, mostrando a disparidade na quantidade daquelas que atendem meninos e nas que atendem meninas. Sua reflexão, por mais que se dirija à causa feminina, deixa claro como a nação recém independente investira pouco em educação, de uma maneira geral.

As questões colocadas pela autora oitocentista também ecoam na contemporaneidade, em que persiste a diferença salarial entre homens e mulheres para cargos iguais, em que as mulheres estudam mais, mas ocupam menos posições de poder e, especialmente, em que precisam conviver em uma sociedade violenta que naturaliza agressões físicas e simbólicas contra mulheres.

Por fim, no ensaio “Cintilações de uma alma brasileira” (2010), novos argumentos surgem para entender como foram feitas as representações literárias aqui estudadas. É análise de uma mulher do século XIX sobre os discursos que se constituem sobre as mulheres no século:

Cessai aqueles tolos discursos com os quais atordoais sua razão, fazendo-a crer que é rainha, quando nada mais é que a escrava dos vossos caprichos. Não façais dela a mulher da Bíblia; a mulher de hoje em dia pode sair-se melhor do que aquela; nem muito menos a mulher da Idade Média da qual estamos todas tão distantes, que não poder-nos-ia servir de modelo; mas a mulher que deve progredir com o século XIX, ao lado do homem, rumo à regeneração dos povos. (Floresta, 2010, p.136).

Floresta destaca a forma como os discursos costumeiramente tratam a mulher, como rainha, como mulher da Bíblia ou como mulher da Idade Média, para fazer pensar a mulher do seu tempo, a mulher do século XIX, que devia, junto do homem, fazer o progresso dos povos. Também é interessante a contradição apontada por ela quanto à visão da mulher que, no discurso, ganhava fórum de rainha, enquanto na



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

prática se assemelhava mais à condição de escrava, visto que lhe privavam de formação educacional, de participação pública, apartando-a das tomadas de decisões.

A forma como a literatura tece as questões de gênero ajuda a entender mais sobre o processo de formação da literatura no Brasil e sobre a sociedade brasileira. Muito do que é proposto por Floresta surge ainda como reflexão hoje, o que ajuda a entender o processo de construção da identidade em um país como contínuo e sujeito a continuidades, progressos e até retrocessos.

Ana de Castro Osório é natural do Distrito de Viseu. Por conta da família, também teve acesso à educação e se dedicou à vida intelectual. Escritora, editora, periodista, pedagoga e conferencista, ela ainda esteve à frente de organizações sociais como Grupo Português de Estudos feministas, Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, Associação de Propaganda Feminista, Comissão Feminina Pela Pátria, Cruzadas das Mulheres Portuguesas e Liga Internacional de Mujeres Ibéricas e Hispanoamericanas². Além de ser autora do primeiro livro português declaradamente feminista, *Às mulheres portuguesas* (1905), ela também é considerada a precursora da literatura infantil no país.

Sua visão sobre a educação e o trabalho da mulher é a de uma mulher burguesa, mas a questão de classe se faz bem enfática em seus escritos também, como no ensaio “A propósito de uma greve”, em que comenta que “a mulher não será completamente liberta enquanto houver desgraçadas que se prostituam por miséria” (Osório, 2022, p. 104). Em outros momentos, a autora também destacará concepções relativas a este assunto como a ideia de privilégio de classe.

Interessa-nos aqui, no entanto, os ensaios “Feminismo”, “As mulheres e a política” e “A mulher em Portugal”, presentes no livro *Às mulheres portuguesas* (2022). O primeiro, dividido em três partes, que discorrem sobre o papel da mulher na sociedade, especialmente o que se espera dela:

Toda a gente publica os seus afectos, puros ou impuros, por mais indesculpáveis que sejam, despertam mais simpatia e compaixão do que verdadeiras desgraças sociais. Na vida real, como no drama, no romance, na poesia, ou na música, só cai bem no gosto do público o amavio voluptuoso do amor sentimental.

² Ana de Castro Osório. Disponível em: <https://fem.org.pt/ana-de-castro-osorio/> Acesso em: 01 ago. 2023.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Assim o quer a sucessão de séculos, em que a mulher foi a reclusa do convento ou da família, tendo na vida um só fim – *agradar* (OSÓRIO, 2022, p. 8).

Ao comentar a situação da mulher diacronicamente, ela traz para seu discurso, a partir do uso do vocábulo “reclusa”, a condição de opressão da mulher, seja na família, seja em outros espaços como o convento, assim como sua grande função: a de “agradar”. Por conta disso, um discurso que desagrade, como é o do feminismo, costuma ser ou visto com indiferença ou com ironia. Segundo a autora,

o homem português não está habituado a deparar no caminho da vida com as mulheres suas iguais pela ilustração, suas companheiras de trabalho, suas colegas na vida pública; por isso as desconhece, as despreza por vezes, as teme quase sempre (Osório, 2022, p.7).

Com isso, ela destaca seu próprio lugar de escritora, mais efusivamente pelo assunto de que trata no livro *Às mulheres portuguesas*.

Tal como o que observou Floresta, Osório também aponta a oposição entre como a mulher é vista na arte e como é tratada na realidade. Se na literatura, ela aparece idealizada, como musa, na vida real o que se espera dela é “a cozinheira hábil, a dona de casa ignorante e útil, misto de costureira e governante, a mãe paciente e sofredora dos filhos que são o seu orgulho” (Osório, 2022, p.8). Assim, quando uma mulher se destaca, por ter recebido a instrução e o apoio não destinado à maioria, resta-lhe o papel de “raridade”, como se realizasse um feito extraordinário ao ter seu trabalho enaltecido (Osório, 2022, p.10).

Osório (2022) se preocupa com a educação das mulheres, a qual é a única forma de modificar efetivamente a sociedade. Sua preocupação não é vã, pois à altura que escreve, o analfabetismo é uma preocupação social também em Portugal, especialmente dentre a população feminina. Além disso, ela entende que, embora haja um descompasso entre os usos e a legislação, a mudança de leis e de políticas públicas pode iniciar grandes mudanças sociais:

Uma vez será um artigo do código que se modifica (porque as leis devem seguir e não preceder os costumes); amanhã um preconceito que cai no desuso; depois um hábito que se vence; até que obrigações e direitos se igualem entre as duas metades do gênero humano, hoje em guerra sob a aparência do amor e do respeito social (Osório, 2022 p.13).



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Ainda no ensaio “Feminismo”, Osório argumenta pela emancipação feminina, vendo esta como “o pleno direito da escolha, o direito sagrado de amar ou não amar, de casar ou ficar solteira, sem que isso represente uma vergonha ou, pelo menos, um ridículo” (Osório, 2022, p. 17). E é interessante o apelo que faz para o feminismo ser uma questão de todos, homens e mulheres, buscando desmistificar os estereótipos construídos socialmente sobre o movimento, os quais servem, no mais das vezes, à manutenção do estado de coisas desigual entre homens e mulheres:

Ser feminista é o dever de todos os pais. Porque ser feminista é o dever de todos os pais. Porque ser feminista não é querer as mulheres umas insexuais, umas masculinas de caricatura, como alguns cuidam; mas sim desejá-las criaturas de inteligência e de razão, educadas útil e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependência, sempre amarfanhante para a dignidade humana (Osório, 2022, p.14).

Recentemente, a palestra intitulada “Sejamos todos feministas” (2019)³, da nigeriana Chimamanda Adichie, vai proclamar ideia muito semelhante, num texto que se disseminou viralmente pelo universo digital, o que comprova a posição de vanguarda de escritora portuguesa ao argumentar pela igualdade de gêneros.

A recusa em proporcionar instrução adequada às mulheres é o que causa a ignorância que, muitas vezes, serve de argumento para menosprezar seu lugar na sociedade. É sobre isso que a autora discorre no ensaio “As mulheres e a política”. Para ela, se a política é a “arte de bem dirigir uma nação”, é normal que se enderece tanto a homens quanto a mulheres, pois que “a nação pertence tanto ao homem quanto à mulher” (Osório, 2022, p.33).

Osório defende que o futuro do país depende da educação da mulher, destaca a questão do analfabetismo e da falta de políticas públicas direcionadas a sanar desigualdades. Sua reflexão, assim como a de Floresta, ao tratar da questão da mulher, enfoca a sociedade portuguesa como um todo, sendo seus ensaios de temática social e de interesse geral, por isso.

Para convencer os homens da importância da educação, Osório recorre a um argumento comum nos ensaios de Wollstonecraft e de Floresta, seu papel de mãe como “educadora dos filhos”. No século XVIII, quando a britânica escreveu seu

³ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hq3umXU_qWc Acesso em: 01 ago. 2023.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Reivindicação dos direitos da mulher, época profundamente conservadora e puritana, o argumento parecia bastante condizente. A autora argumentava, então, que a educação das mulheres seria importante não só para as mulheres, mas também para os homens e a sociedade em geral. Nesse sentido, a mulher deveria ser instruída a fim de compreender o mundo que vivia e não se preocupar somente com frivolidades, mas também para ser uma boa companheira ao homem e para que seus filhos possam também receber uma rica educação.

No Brasil e em Portugal, o mesmo argumento ainda coaduna com o público para o qual Floresta e Osório escrevem. Para alcançar um maior número de interlocutores, muitas vezes se faz necessário o apelo a argumentos que perfazem o senso comum. Osório, ainda que defenda o direito de mulheres terem ou não filhos, de se casarem ou não, utiliza-se deste argumento no ensaio “A mulher em Portugal”: “Como companheira do homem e educadora dos seus filhos, a mulher é o fator mais importante para a reorganização da sociedade” (Osório, 2022, p.109).

Osório chega à conclusão de que uma reorganização da sociedade se faz, pois, necessária, o que significa, no discurso de Floresta, “progredir com o século”, “rumo à regeneração dos povos” (Floresta, 2010, p.136). A sociedade tal como aparece aos olhos de Osório (e também de Floresta) é desigual e precisa ser reorganizada, de modo que as injustiças sejam sanadas. E é claro que tal reorganização depende daqueles que, então, podiam tomar decisões, ou seja, os homens. Osório se utiliza do argumento pessoal para apontar um problema que é social, estrutural: “porque a maior culpa recai sobre o homem que assim a tem querido para sua esposa e para mãe dos seus filhos” (Osório, 2022, p.110).

O homem que pode tomar medidas para a educação da mulher – e logo dos filhos, pois que estes são educados por ela – e não o faz, falha com a família e falha com a sociedade. O trabalho de escrever sobre isso, de elucidar sobre a desigualdade e como ela pode ser sanada acaba por ser a função de mulheres como Wollstonecraft, Floresta e Osório. Num outro mundo, em que tais obviedades não precisassem serem ditas, talvez o tema de seus ensaios fossem outros, como demonstram outros textos das autoras, que também falam sobre lugares, identidade, literatura, religião. Contudo, penso que o principal aqui seja o de ver como a visão trazida por elas é essencial para



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

entender a sociedade da qual outros escritores nos falam só pela metade. Como falar de escolha, por exemplo, como questão filosófica, se metade da população não tem direito a ela? Ao contrário do que muitos críticos destacam, o tema da mulher não é menos universal, pois que a excluir dos discursos ou deturpar suas vontades e gostos é, em si, alimentar uma universalidade que não se cumpre.

A forma como a literatura tece as questões sobre a mulher no gênero ensaio ajuda a entender mais sobre o processo de formação da literatura, de modo geral. E a partir do trabalho de Osório e Floresta, podemos entender um pouco mais sobre a cultura e o sistema literário de Portugal e do Brasil. Muito do que é proposto pelas autoras analisadas surge ainda como reflexão ainda hoje, o que valida seu estudo e um alargamento dos cânones nacionais.

Referências

AMORA, A. Soares. **Presença da Literatura Portuguesa IV – O Simbolismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2004.

BURGESS, Anthony. **A Literatura inglesa**. São Paulo: Ática, 2005.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Coleção Educadores MEC. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4711.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

OSÓRIO, Ana de Castro. **Às mulheres portuguesas**. Lisboa: Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905 (eBook, 2022).

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

RETÓRICA E ESTILÍSTICA: HISTORICIZAÇÃO E DESDOBRAMENTOS

Stefane Katrini Koop¹
Tibério Bernardim de Oliveira²
Cláudia Maris Tullio³

Resumo: O modo como a comunicação humana ocorre, através de suas mais plurais formas e finalidades, é objeto de reflexão dos estudos filosóficos desde a Antiguidade Clássica. Ao lado deste discurso, que marca a esfera da produção do conhecimento antigo, a retórica, do grego *rhētoriké*, consolida-se como uma forma de se comunicar persuasivamente com o mundo. Por definição, a persuasão pode ser entendida como “o processo simbólico no qual os comunicadores procuram convencer outras pessoas a alterarem as suas atitudes ou comportamentos em relação a um assunto, através da transmissão de uma mensagem, num ambiente de escolhas” (Perloff, 2003, p. 8), sendo uma forma de comunicar que tem por objetivo influenciar e moldar um modo de agir ou um pensamento sobre determinado assunto. Tendo em vista tais pressupostos, o presente artigo objetiva descrever como se deu o desenvolvimento da retórica, traçando um percurso dos helênicos até suas noções contemporâneas, evidenciando, por fim, a noção moderna de estilística, área que se consolida nos estudos linguísticos ao focalizar as questões individuais da fala na modernidade.

Palavras-chave: Retórica; Oratória; Estilística; Percurso histórico.

A arte do bem falar: passos iniciais

Chamada de *paideia* (παιδεία) (1200-800 a.C.), a educação do povo grego nos tempos homéricos diz respeito às noções referentes à educação, cultura, tradição e civilização, apontando para uma formação do homem através da totalidade das manifestações culturais próprias de determinado povo (Jaeger, 1989). O conceito de *paideia* é atrelado a noção de *areté*⁴ (ἀρετή), que por sua vez compreende a

¹ Especialista (latu sensu) em Políticas Sociais pela Faculdade Unina (2018). Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2017) e graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma universidade (2020). E-mail: stefanekoopk@gmail.com.

² Graduado em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2022). Atualmente é graduando em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa - Educação a Distância/ UNICENTRO e pós-graduando MBA em Marketing Digital e Social Media pela Faculdade Unina.

³ Doutora em Estudos da Linguagem (UEL), Especialista em Metodologia do Ensino (UEPG), possui graduação em Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1994) e graduação em Licenciatura em Letras – Habilitação Português pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000). Atualmente, atua como Docente Adjunta da UNICENTRO e chefe do Departamento de Letras da mesma universidade.

⁴ A palavra *areté* “[...] designa uma capacidade qualquer ou excelência, seja qual for a coisa ou o ser a que pertença. Seus significados específicos podem ser reduzidos a três: 1º capacidade ou potência em geral; 2º capacidade ou potência do homem; 3ª capacidade ou potência moral do homem.” (ABBAGNANO, Nicola, 2007, p. 1003).



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



todas as qualidades – ou hábitos – ideais do homem, responsáveis por seu sucesso na sociedade grega. Observa-se que até meados do século V a.C., para possuir a areté, os homens dependiam de dons divinos e naturais de bom nascimento e uma boa geração familiar. Enquanto uma prerrogativa da classe que é própria para o governo, o cultivo da areté ocorria com o crescimento do indivíduo, naturalmente, que através da experiência, do exemplo do pai e dos mais velhos, apreendia as virtudes que o tornassem digno e bom para governar ou ser governado. A educação não tinha como fim o ensino de ofícios, mas era uma prática para a liberdade e nobreza, podendo ser entendida enquanto um legado geracional. Tal compreensão de virtude ensinada de forma inconsciente, de geração para geração, envolve um entendimento de paideia atrelada a uma cosmovisão, em que as leis, inscritas no cosmo, eram princípios naturais que governavam o mundo, derivando delas as normas que guiavam a vida individual e coletiva da sociedade.

Sabe-se que a palavra é um elemento crucial do sistema grego, que considera o dizer, a arte da expressão, o conteúdo essencial da formação humana. Dentre todos os instrumentos da pólis, a palavra é o maior, pois é através dela que se estabelece o comando. A *ágora*, como era chamada a grande praça aberta destinada ao uso público da palavra, era reservada justamente para reunir os cidadãos para debater atividades, realizar discussões, eleições, festivais e competições atléticas. O indivíduo grego que é capaz de usá-las pode ter sucesso nas assembleias e debates sobre questões da *res publica*, exercendo papel de prestígio na vida, visto que a palavra, conforme delimita Vernant (2000), torna-se o instrumento político por excelência, sendo a chave de toda a autoridade do Estado e o próprio modo de comando e domínio sobre outrem.

Após a vitória sobre os persas em 490 a.C.⁵, Atenas tornou-se o mais importante centro econômico, político e cultural do século V a.C., fortalecendo as atividades de manufatura, o enriquecimento econômico e político-social da pólis

⁵ Período denominado pela historiografia como Século de Péricles. Para enfrentar os persas, lideradas por Atenas, as cidades-estado gregas se uniram formando a chamada *Confederação de Delos*, responsável por recolher tributos de cada pólis para custear as despesas militares. Vitoriosa, Atenas, comandada por Péricles (495–429 a.C.), utilizou da Confederação para manter seu domínio em relação as outras cidades-estado, fazendo uso da riqueza acumulada durante a guerra para a construção de obras públicas. Péricles foi eleito como general-chefe por diversas vezes, controlando civil e militarmente a cidade, levando Atenas a uma maior projeção política, econômica e cultural.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



grega. Diante das mudanças que Atenas passava, no século IV a.C., ocorre a desvinculação da paideia a um princípio independente, natural, fazendo surgir professores de retórica, oradores e intelectuais chamados de sofistas. O período situado de 440 a 400 a.C. é representado como o período da sofística, momento de surgimento e popularização dos sofistas enquanto educadores, muito polemizados pelos filósofos, que os consideravam mercadores do saber e precursores de uma arte de persuadir pela *doxa*, fugindo dos critérios de verdade oriundos do saber filosófico. Ao passo que a realidade filosófica se voltava para a natureza e o cosmos, com a sofística surge o segundo momento da filosofia e educação grega.

Ainda que a prática persuasiva tenha se seguido em culturas diversas, seu estudo recebe significativa atenção de antigos filósofos gregos. Definindo o funcionamento da ação política ideal do cidadão, em Górgias (380 a.C.)⁶, Platão (428 a.C. – 347 a.C.), referência para pensar a paideia grega, apresenta uma das principais definições sobre esse novo homem que ensina, buscando ressaltar a natureza de suas funções. Tendo por ponto-chave o início da obra, Sócrates, personagem central dos diálogos platônicos, investiga, junto de Górgias, o sofista, sobre a finalidade de seus trabalhos, a saber, a retórica. Afirma Górgias: “[...] toda a sua ação e eficácia se realizam através palavra. É por isso que eu digo que a retórica é a arte dos discursos e estou convencido de que digo bem”. Apontando para uma consciência de seu próprio papel, o sofista procura ocupar espaços públicos, como os ginásios frequentados pela aristocracia, andando de cidade em cidade na busca por estudantes.

Conforme Costa (2019), a arte de bem falar é representada na mitologia grega por Peitho, deusa da persuasão, sedução e do discurso encantador, já a historiografia a coloca como resultado das questões políticas e economias daquele período, precisando a região de Siracusa, na ilha da Sicília, como ponto embrionário de sua gênese. Desejosos de recuperar as suas terras, seus habitantes tiveram a

⁶ Górgias foi um retórico e filósofo grego, natural da Sicília, sendo um dos nomes que formam a primeira geração de sofistas. Platão utiliza o seu nome em referência no diálogo. Em Górgias, Platão, atribui ao sofista a arte do simulacro, afirmando que estes vendem uma arte da ilusão, responsável por gerar almas superficiais, carregadas de opiniões, distantes da verdade. Isso ocorre pela adequação dos sofistas a aqueles que são seus estudantes, utilizando de critérios meramente oratórios e falaciosos na arte de bem falar.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

necessidade de criar discursos organizados racionalmente, de forma persuasiva. Os siracusanos eram descritos como dotados de uma eloquência maestral, necessitando apenas de um método para sistematização da fala. Neste sentido, Córax, discípulo de Empédocles (490-430 a.C.), e Tísias, discípulo de Córax, foram os primeiros mestres a formular a técnica retórica, cuja base consistia em aconselhamentos sobre os procedimentos mais persuasórios para apresentar uma causa em uma corte de justiça.

Em Atenas, a retórica chega com Protágoras (490-420 a.C.) e Górgias (485-380 a.C.), referenciado no diálogo platônico que leva seu nome. Os mestres faziam um contraponto em relação à rigidez dos pressupostos morais tradicionais à possibilidade de defender, de forma racional, distintos enfoques da mesma questão, realizando a adequação do discurso do retórico a partir de cada contexto específico, visando obter a concordância da plateia ao final. Os sofistas eram cosmopolitas, conheciam diferentes culturas e pessoas, indo de cidade em cidade na busca por ensinar, a quem tivesse interesse, a serem bons cidadãos e, sobretudo, vitoriosos na política, independente do preço ou do conteúdo dos ideais publicizados.

Ao passo que Platão considera a retórica a partir do seu dito valor educativo e disciplinador, Aristóteles (384-322 a.C.), seu discípulo, aborda o caráter prático e útil dos artifícios retóricos como conteúdo moral. Na obra *Retórica* (I: 1354a-1377b, II: 1377b-1403a, III: 1403^a-1420^a), Aristóteles dedica-se, dentre outras questões, ao seu modo de funcionamento e objetivo social no mundo helênico. O filósofo a define como a outra face da dialética, visto que ambas se voltam às questões relacionadas ao conhecimento e não correspondem a nenhuma ciência específica. Isso ocorre pela necessidade de se questionar sobre o mundo, sobre ideias, debater, argumentar, defender-se e acusar, valendo-se da retórica para um bom desempenho. É com Aristóteles que a retórica ganha o sentido de faculdade de descobrir, em todos os tipos de contexto e assunto, aquilo que é capaz de gerar a persuasão, trazendo o exame acurado das formas que compõem o discurso (*rethón*), entendendo a fala de acordo com o momento do dizer, o ambiente do orador, a cultura deste e as pessoas com quem ele embate.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Vê-se, pois, que a Retórica não se enquadra num gênero particular e definido, mas que se assemelha à Dialética. Igualmente manifesta é sua utilidade. Sua tarefa não consiste em persuadir, mas em discernir os meios de persuadir a propósito de cada questão, como sucedecom todas as demais artes. Assim a Medicina não tem por missão própria dar saúde ao doente, mas avançar o mais que lhe é possível na direção da cura. [...] o papel da Retórica se cifra em distinguir o que é verdadeiramente suscetível de persuadir do que só o é na aparência, do mesmo modo que pertence à dialética distinguir o silogismo verdadeiro do silogismo aparente. (Aristóteles, 2005, Retórica, livro I, cap. 2, 1356^a)

O discurso retórico é regido pelas mesmas regras e princípios dos discursos da lógica antiga, seguindo a normatização do *logos*. Neste sentido, a lógica é posta enquanto um instrumento do conhecimento e a retórica como uma gama de capacidades para formar a fala eloquente, feita para ser capaz de convencer, utilizando-se de fontes seguras do conhecimento. É nesse discurso que o orador dispõe de determinadas teses perante outro ou a um auditório, que irá julgá-lo, tornando imprescindível o ponderamento dos fatores ditos cognitivos e racionais que vão compor a situação. Aristóteles considera que, uma vez que a retórica visa formar um juízo, é essencial não apenas produzir um discurso demonstrativo fidedigno, mas que o orador mostre uma determinada atitude. O modo como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições a aqueles que o escutam também é fator determinante. Na *Retórica* II, 1, 1378a, Aristóteles acrescenta que “as emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos”. Além de ser um instrumento jurídico, a arte de bem falar pode ser utilizada como forma de persuadir sem ter a razão, burlando assim a moralidade. Roland Barthes (1975, p. 147), importante linguista norte-americano, afirma que os “traços de caráter que o tribuno deve mostrar ao auditório (pouco importa suas sinceridade), para causar boa impressão [...] são suas aparências”. De acordo com o meio em que é subscrita, a retórica pode estar ou não de acordo com os fatos, pois possui um fator de criatividade que fornece ao emissor a capacidade de imprimir a sua intenção no discurso conforme visão própria. Idealmente, a arte de bem falar deve sempre seguir formulações da lógica para ter efeito de convencimento, sendo considerada, por Aristóteles, como critério fundamental de qualquer discurso.

Considerando os desdobramentos dos estudos retóricos a contrapelo,



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Halliday, em *O que é retórica* (1990), aponta o estagirita como um divisor de águas nos estudos da área, pois teceu importantes críticas aos seus antecessores, e, por outro lado, contribuiu com a elaboração de um amplo sistema de ideias que norteou toda a bibliografia seguinte. Ainda conforme a autora: “Aristóteles nos forneceu, também, a ponte entre retórica antiga e retórica moderna” (HALLIDAY, 1990, p. 68).

A persuasão no discurso religioso

A retórica medieval herdou os temas éticos e a *virtus* antiga foi metamorfoseada e reunida às virtudes cristãs cardeais – da prudência, justiça, fortaleza e temperança – influenciada pelas ideias platônicas, o cristianismo acrescentou as teológicas, enfatizando a fé, esperança e caridade. Ela permanece nos primeiros séculos do medievo aplicada às declamações cerimoniais e a treinos escolares, abordados a partir da recuperação de exercícios retóricos provenientes da antiguidade, os *progymnasmatas*, exercícios preliminares cuja ênfase consistia na moral, com motivações laudatórias ou de censura. Este período é marcado como a segunda sofística, pois destaca-se novamente o papel dos professores das escolas sofistas, que contribuíam para os discursos e ensinamentos aplicados às circunstâncias históricas do período, fornecendo meios de confirmar os valores religiosos e morais da sociedade romana ocidental. Apesar de ainda receberem críticas por sua retórica dita vazia de verdade, os sofistas influenciaram os mesmos pregadores cristãos que diziam desprezar.

No século IV, o cristianismo passa a ser a religião oficial do Império, sendo, segundo Paul Veyne, um século importante para imperadores e oradores que celebravam as virtudes através da retórica voltada para as ideias cristãs, que eram perceptíveis nos grandiosos sermões panegíricos, isto é, elogios públicos a pessoas notáveis, e nas preces fúnebres. Saber proferir um panegírico gracioso, em forma de poema com versos hexâmetros, tal qual a *Ilíada*, por exemplo, passa a ser uma condição elementar para aqueles que buscavam atrair a atenção de algum patrocinador. Nesses primeiros séculos, observa-se a característica retórica de possuir escritos necessariamente excessivos, elogios desmedidos e não precisamente verídicos.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



É Santo Agostinho (354-430), um dos principais filósofos medievais, que estabelece os fundamentos da retórica cristã. Apoiando-se nos seus conhecimentos acerca da antiguidade clássica, faz uso da retórica em diversos momentos da obra *A cidade de Deus* (c. 412-426), em que explica e interpreta os textos metafísicos e religiosos, principalmente a Bíblia. Neste percurso, Agostinho trata da retórica para explicar a gramática, as quais junto da dialética, eram as três disciplinas ensinadas nas escolas: prezava-se por aprender a ler e a escrever de forma correta, saber raciocinar e apresentar assuntos ordenadamente e a realizar essas duas coisas de forma bela.

A retórica cristã defendida por Santo Agostinho era instrutiva, popular e religiosa. Instrutiva porque ensinava os apologetos a descobrir e difundir a verdade; popular porque era dirigida a todos, não a um povo ou cultura particular, e religiosa porque encontrava toda a sabedoria necessária para sua missão na Bíblia, não na filosofia (ainda que esta estivesse a serviço da fé). Por fim, é bom explicitar que o pensador cristão colocou sua ênfase na expressão retórica baseada na verdade, mas não na verdade filosófica socrático-platônica-aristotélica, mas na verdade da fé. Todo o desenvolvimento posterior da retórica (pelo menos até o séc. XI) teve no santo africano uma de suas bases mais sólidas (Costa, 2019, p. 370).

Conforme Costa (2019), é motivado pela intrínseca natureza apologética da religião cristã – “ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura” (Marcos 16:15) – que a soma maioria dos estudiosos do período se debruçaram, em alguma medida, às questões literárias, teológicas ou filosóficas de caráter retórico. Nesta toada, além de Agostinho, destaca-se o bispo Isidoro de Sevilha (560-636) com sua obra *Etimologias*, importante referência na consolidação dos estudos da retórica, em que traz uma definição dessa arte:

A retórica é a ciência de falar bem nas questões cívicas e com os adequados recursos da eloquência para persuadir o que é justo e o que é o bem. O nome retórica deriva do grego *retorikós*, que quer dizer “recurso da palavra”, já que entre os gregos “palavra” se chama *rhésis* e, orador, *rhétor*. A retórica está inseparavelmente ligada à arte da gramática. Com a gramática aprendemos a falar corretamente e, com a retórica, a expor os conhecimentos adquiridos. [...]
O orador é um homem bom, perito na arte de falar. A retidão do homem se baseia em sua natureza, em seus costumes e em suas qualidades. Sua experiência se baseia em uma eloquência regulada por normas e que tem cinco partes: invenção, disposição, elocução, memória e pronúncia. [...]
Fala com pureza latina aquele que utiliza palavras apropriadas e verdadeiras sem distanciar-se da maneira de falar e da elegância próprias da época em que vive.



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Quem se expressa dessa maneira não considera suficiente meditar o que diz, mas dizê-lo com clareza e de modo suave. Mais: deve praticar o que diz! (Santo Isidoro de Sevilha, Etimologias, II, 1, 1-2, 3, 16).

Isidoro de Sevilha e Agostinho são situados como autores de transição, responsáveis por transmitirem à Idade Média Central (XI-XIII) a herança dos estudos clássicos, não se restringindo apenas à retórica, mas abrangendo todo o conhecimento da filosofia produzida naquele período. A maioria dos autores ligados a religião e educados a partir do século IX se valeram da retórica para escrita de seus textos. Considera-se que os mais importantes tratados do Renascimento citam ou fazem alusão a essa temática, com destaque para os nomes de Thierry de Chartres (1150), Guilherme de Conches (1090-1154), Hugo de São Vítor (1096-1141) e João de Salisbury (1120-1180), que se debruçam sobre a retórica para entender os argumentos e as subordinações à dialética.

Retórica e estilística no campo dos estudos linguísticos

Ao final de século XIX, passando por preocupações técnicas acerca da organização da fala com fins de persuasão, a retórica moderna passa a se preocupar também com a ideia de embelezamento do texto, responsável por fornecer os recursos necessários para produzir mecanismos de expressão que o deixassem harmonioso. As figuras de linguagem e os torneios de estilo ganham uma ênfase própria, afastando-se, muitas vezes, da veracidade ou suficiência das ideias expostas. Com a grande mudança de ideias a partir do Romantismo – consequência do capitalismo emergente –, em que se afunila a valorização do individual e o repúdio às normas estabelecidas, tendo a própria imitação como possibilidade de princípio artístico, a retórica dá lugar à estilística, que ganha, no século XX, o *status* de disciplina ligada à linguística. Sendo a parte dos estudos da linguagem que trata do estilo, isto é, de seu caráter afetivo, o objetivo da estilística não consiste meramente em ministrar conselhos para outrem e gerar um convencimento geral a partir disso, mas se relaciona ainda com o estudo das expressões linguísticas utilizadas. Guiraud (1970), ao apresentar as principais concepções que nortearam a retórica e seus desdobramentos históricos, elucida que:



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



Uma ciência do estilo, tal como então se podia conceber uma ciência. A análise que nos legou do conteúdo da expressão corresponde ao esquema da linguística moderna: língua, pensamento, locutor. As figuras de dicção, de construção e de palavras definem a forma linguística em seu tríplice aspecto fonético, sintático e léxico; as figuras de pensamento, forma do pensamento; os gêneros, a situação e as intenções do sujeito falante (Giraud, 1970, p. 36).

Conforme Brito (2018), a estilística possui uma gama de definições na literatura especializada, não chegando a uma compreensão ideal e comum para o termo *estilo*, cuja complexidade abrange diferentes teóricos e áreas, envolvendo a subjetividade dentro do objeto ao qual se dedicam. Desde o seu surgimento no século XX, a estilística era relacionada aos estudos literários, dos quais busca se desvincular desde então, consolidando-se como disciplina independente, ocupada dos estudos sobre as funções da linguagem e dos fatos de sua expressão, tendo como fim atingir o patamar de ciência para “[...] explicar os usos da linguagem que ultrapassam a função puramente denotativa, com maior exatidão e sem o propósito normativo que caracterizou a retórica” (Martins, 2012, p. 22). Dito isto, posto que a língua é um todo – como define Ferdinand Saussure ao abordar o conceito de linguagem que se dicotomiza em língua e fala –, ela ainda se divide em face intelectual e afetiva, a qual corresponde ao interesse da estilista.

Dentro do seu quadro de estudos, se destaca a estilística linguística do genebrino Charles Bally (1865-1947), sucessor de Ferdinand Saussure na Universidade de Genebra, cujo objeto e método se voltam para o estudo das variantes idiomáticas utilizadas para expressar uma mesma ideia em função de um estado de espírito, recorte social e situação momentânea do falante. Bally, considerado o pai da estilística, elucida que em uma língua dada, num momento específico de seu desenvolvimento, o usuário – que pode ser utente, falante ou emissor – utiliza de palavras ou torneios frasais para expressar um mesmo conteúdo, tendo como base a sua origem, seu pertencimento social, intenções individuais, sentimentos etc. O recorte específico proposto não se refere ao que existe de comum entre os falantes, mas ao que se expõe como individual, sendo a análise da idiosincrasia linguística do falante que caracteriza a natureza da análise estilística.

Os elementos afetivos são os que agem no nível sintático e léxico do falante,



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

se diferenciando da retórica, da literatura e da arte de escrever. Buscando estabelecer as bases desse campo, Bally aponta para cinco níveis de estudo, a saber: a) estilística geral, ocupada dos mecanismos da linguagem comuns a todas as línguas, como projeto de universais estilísticos, que justamente por ser demasiado ampla, é vista posteriormente como ilusória; b) estilística de uma língua particular, voltada a apenas uma língua dada; c) estilística isolada ou individual, cuja proposta considera a noção de idioleto; d) estilística de um escritor específico ou da fala de um orador. Tais pressupostos são rejeitados por Bally no decorrer de seus estudos, passando a considerá-los de caráter voluntário e consciente, gerando um distanciamento do que se entende por língua espontânea. É diante desta negativa que o linguista chega a uma possibilidade firme de análise, focalizada na estilística da língua falada. Retomando a Saussure, que encerra a noção de linguagem pela subdivisão entre língua e fala, Bally amplia o entendimento de língua ao redefini-la como intelectual e afetiva, sendo a fala ordinária e comum, a escrita e a língua literária descartadas pelos estudos estilísticos, reitera Gomes (2015), que “a noção de estilo está associada a uma atualização individual do sistema linguístico, que não deve ser confundida nem com a noção de estilo de um escritor, nem com a fala de um orador [...]”. A partir de critérios expressos na relatividade dos fatos de comunicação e uso, o linguista volta-se a virtualidades expressivas, derivadas de categorias do pensamento e dos sentimentos, dando destaque ao estudo dos fatos da linguagem. O estilo, neste sentido, expressa os fatos da sensibilidade através da oralidade, dando espaço para se pensar em competências linguísticas.

Tendo a tarefa de exteriorizar a parte intelectual do pensamento, a fala é derivada do sistema de gestos de expressão, entendidos como um conjunto de unidades que se relacionam à subjetividade vislumbrada no uso da língua. Pode-se definir a afetividade como uma manifestação espontânea das formas de pensamento, de modo que a expressão de um pensamento x é possível apenas pelo sujeito falante que pensa x . Os sujeitos são criadores de um sistema expressivo que se volta a um conjunto de unidades relacionadas à esfera particular de cada falante e é atualizada pelo uso da língua. Neste sentido, Bally aponta para uma conceituação de sujeito que é representação em si mesmo da sociedade, das



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



condições de produção e dos demais indivíduos que estão em seu entorno, distanciando-se do entendimento de sujeito empírico.

Retórica e estilística: tempos de comunicação de massas

A retórica que se estabelece no século XXI não possui as mesmas características herdadas da antiguidade clássica, visto que persuadir na época de comunicação de massas exige técnicas que vão muito além das do orador antigo, que mobilizava o público face a face. Nesse sentido, a prática persuasiva deixa de ser delimitada por critérios meramente verbais para reivindicar o estudo para além da palavra, congregando a imagem e o cinema, por exemplo, incluindo a comunicação não-verbal. Reboul (2004) a considera uma área estilhaçada, que se ramifica em vários horizontes de aplicação e se fragmenta em espaços de estudo distintos, isto é, retórica é ramificada no que se refere aos seus contextos de usos, que ultrapassam o discurso do orador diante da assembleia e, além disso, possui uma prática persuasiva dita “geral”, que não se restringe aos donos do saber, como era antes – aos sofistas, a igreja, aos professores ou filósofos – estando presente no discurso e comportamento do vendedor, palestrante, no discurso familiar, conferencista, no telejornal etc.

Um dos usos mais comuns é o da *retórica midiaticizada*, técnica de persuasão que se volta ao convencimento potencializado e realizado por meio da mídia, com suas mais plurais formas e espaços. Fidalgo e Ferreira (2009, p. 151) elucidam que “retoricamente, os meios não potenciam apenas o alcance do discurso, não se limitam a levar o discurso a mais ouvintes ou a adicionar-lhes imagens, mas alteram as próprias formas da persuasão”. Do mesmo modo como os meios de comunicação, a retórica não é limitada às fronteiras do espaço e do tempo, visto que o sofista moderno dispõe das tecnologias para gravação e reprodução de sua preleção, não tendo mais a pressão de singularidade discursiva, característica própria dos meios de comunicação, que tendem à massificação e não à singularização de suas materialidades. Reproduzindo o discurso do orador, a mídia retira a característica de singularidade e irrepetibilidade da retórica. Ora, frente à centralidade dos processos comunicacionais, os meios de comunicação são



III COLÓQUIO DE LETRAS EaD Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



colocados como integrantes do desenvolvimento da persuasão atual, em que a retórica aparece indissociável dos fatores de midiaticização. Mateus (2018), em *Introdução à Retórica no séc. XXI*, ao descrever o atual processo de desenvolvimento da retórica e da mídia, explica que “não se trata da “retórica midiática” considerada como o tipo discursivo característico das mídias durante o seu normal funcionamento [...] Referimo-nos à Retórica Midiaticizada, às modificações que os meios de comunicação introduzem nos processos de persuasão” (MATEUS, 2018, p. 158), atuando sobre outrem de forma muito mais corrente.

Na obra *Contribuição à estilística portuguesa*, Mattoso Câmara (1978) estabelece então sua concepção de estilística com base nas três funções da linguagem propostas por Karl Bühler – correspondendo a representação à linguagem intelectual, e a expressão (ou manifestação psíquica) e o apelo (ou atuação sobre o outro) à linguagem afetiva de Bally (Martins, 2000). Assim, segundo Mattoso Câmara, a estilística estuda a língua como um meio de exprimir estados psíquicos (função de expressão) ou então de atuar sobre o interlocutor (função de apelo) (Moutinho, 2006, p. 73).

Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970), importante linguista e pesquisador brasileiro, ao propor uma definição de estilo, o coloca partindo de duas premissas basilares, sendo: a dicotomia língua – social da linguagem – e fala – correspondência individual –. Câmara Junior considera o estilo como conjunto dos processos que fazem da língua representativa de exteriorização psíquica e apelo, referenciando, neste aspecto, Karl Bühler, linguista alemão que escreve a respeito das três principais funções da linguagem, correspondentes às faculdades de inteligência, sensibilidade, desejo ou vontade. Dito isso, o estilo é responsável por condensar o olhar para com a temática do discurso, em que o sujeito concentra a maior parte do tempo, observando como as estratégias de persuasão se efetivam. A estilista, neste sentido, elucida acerca dos modos de pensar a derivação individual da composição que o orador imprime aos seus discursos, congregando-se a retórica atual.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Centro de Filosofia da



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023



Homenagem à escritora
Magda Soares

Universidade de Lisboa; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005a.
ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRITO, E. **Estilística linguística: a cacofonia como recurso expressivo da língua**. Orientadora Profa. Dra. Gladis Massini. 2018. 33p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Araraquara, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c8cf0465-24ef-4ed1-8e88-6b086ae72155/content> Acesso em: 09 ago. 2023.

CÂMARA JR., M. **Contribuição à estilística portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CHAUÍ, M. **Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

COSTA, R. A retórica na Antiguidade e na Idade Média. **Revista Trans/Form/Ação**, Marília, v. 42, p. 353-390, 2019, Edição Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/wrCMVbRK9THLXXvKdCz8cxH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 09 ago. 2023.

FIDALGO, A.; FERREIRA, I. A retórica midiaticizada. **Retórica e Mídia: Estudos Ibero-brasileiros**. Florianópolis: Insular, 2009.

GUIRAUD, P. **A estilística**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

JAEGER, W. **Paideia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARTINS, N. S. **Introdução à estilística: a expressividade da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

MATEUS, S. **Introdução à Retórica no séc. XXI**. Covilhã. Portugal: Editora LabCom.IFP, 2018.

MOUTINHO, A. A. N. **A expressão linguístico-poético-musical de um brincante pernambucano**. Orientador: Prof. Dr. André Crim Valente. 2006. 187f. Tese (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/6177>. Acesso em: 09 ago. 2023.

PEREIRA, É. **Retórica e argumentação: os mecanismos que regem a prática do discurso jurídico**. Orientador: Prof^a. Dra. Júnia Diniz Focas. 2006. 113 p. Dissertação (Mestrado em Letras Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/764M.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.



III COLÓQUIO DE
LETRAS EaD
Letras e Diversidade

3 e 4 de agosto de 2023

Homenagem à escritora
Magda Soares



PERLOFF, R. **The Dynamics of Persuasion** – communication and attitudes in the 21st century. London and New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2003. Disponível em: <https://staffnew.uny.ac.id/sites/default/files/pendidikan/dwi-budiyanto-spd-mhum/e-book-%20dinamic-persuasive.pdf> Acesso em: 09 ago. 2023.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo MartinsFontes, 2004.

SAN ISIDORO DE SEVILLA. **Etimologías**. Madrid: BAC, MM, 2004. 2 v.

SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições: J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. V. 3.